

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO

LIANA DOS SANTOS GONÇALVES DE SOUZA

AS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE O BRASIL E A CHINA DE 2008-2018

SÃO LUÍS
2021

LIANA DOS SANTOS GONÇALVES DE SOUZA

AS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE O BRASIL E A CHINA DE 2008-2018

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador (a): Prof. Dra. Maria de Fátima Silva do Carmo Previdelli.

SÃO LUÍS
2021

LIANA DOS SANTOS GONÇALVES DE SOUZA

AS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE O BRASIL E A CHINA DE 2008-2018

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador (a): Prof. Dra. Maria de Fátima Silva do Carmo Previdelli.

A banca examinadora, em sessão pública realizada em: ____/____/____ considerou o discente: _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Maria de Fátima Silva do Carmo Previdelli
Orientadora (PPGDSE-UFMA)
Presidente

Prof. Dr. Luiz Eduardo Simões de Souza
(PPGDSE-UFMA)
Examinador 1

Prof. Dr. Cesar Augustus Labre Lemos de Freitas
(DECON-UFMA)
Examinador 2

Dedico essa pesquisa a todos que fizeram parte da minha trajetória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à Universidade Federal do Maranhão (UFMA), por fornecer um ensino público, gratuito e de qualidade, e a estrutura necessária para a concretização desse curso de pós-graduação mesmo durante o período de pandemia que o mundo está vivenciado de forma tão inconsolável, assim como o Brasil e o Maranhão. Agradeço também por resistir a esse longo período de desestímulo à educação.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida que cooperou para a dedicação integral ao mestrado e tornou possível a pesquisa, a conclusão e a divulgação para a comunidade acadêmica e a comunidade em geral.

Agradeço a minha orientadora, Prof. Dra. Maria de Fátima Silva do Carmo Previdelli, pela orientação e pela amizade. Obrigada por cada um de seus ensinamentos compartilhados de forma admirável e afetuosa e por nortear os meus primeiros passos na pós-graduação. Não há palavras que sejam suficientes para externar a minha admiração e o meu agradecimento por seu apoio e sua presença na minha vida.

Agradeço à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, pelo apoio e orientação durante esse período. Agradeço também às bolsistas do programa que me conduziram nesse período, com informações, apoio e amizade, Dani, Aline e Ana Patrícia.

Agradeço a todos os professores do Programa pelo compartilhamento paciente de conhecimento em todas as aulas e encontros nos corredores da Universidade. Em especial ao Prof. Dr. Luiz Eduardo Simões de Souza a quem admiro e por estar presente desde a iniciação científica nessa trajetória até o mestrado.

Agradeço também ao Prof. Dr. Cesar Augustus Labre Lemos de Freitas, ao Prof. Dr. Ricardo Zimbrão Affonso de Paulo, ao Prof. Dr. José de Ribamar Sá Silva, Prof. Dr. Elizeu Serra de Araújo, Prof. Dra. Rosirene Lima, ao Prof. Dr. Benjamin Alvino e à Prof. Dra. Valéria Ferreira Santos de Almada Lima, professores a quem admiro e contribuíram com todos os ensinamentos e diálogos para a minha formação desde a graduação.

Agradeço aos meus amigos que estavam presentes em minha vida durante essa trajetória e por dividirem comigo afeto e apoio, em especial Andressa, Brenda, Ana Eliza, Marianne, Leandro, Laryssa e João Batista.

Agradeço a minha família, por todo suporte e afeto, em especial a minha mãe, Jacirema Gonçalves, aos meus avós Nely e José Bento, aos meus sogros, Maria do Amparo e Rui Deglan, ao meu cunhado, Rui Jr. e aos meus tios e tias, primos e primas, que sempre me motivaram a seguir em frente e saber que posso contar com vocês.

Finalmente, agradeço àquele que sempre me acolheu em seus braços, me acompanhando diariamente em todas as situações difíceis e alegres, da vida e da academia, com muito amor, paciência, suporte, apoio, ao meu companheiro e meu amado, Rodolfo Soares. Agradeço por compartilhar mais esse objetivo alcançado. Por fim, agradeço ao Dylan, Uly e Raul, por todos os momentos que me acolheram e me acompanharam nessa trajetória. Vocês formam a minha base e toda a minha estrutura.

“O povo, só o povo é a força motriz, o criador da história universal”. (Mao Tse-Tung, 1945)

RESUMO

A presente pesquisa tem como tema principal as transações comerciais estabelecidas entre Brasil e China, à luz das relações internacionais e das teorias do comércio internacional, com o intuito de determinar a influência desse comércio para a economia brasileira. O recorte temporal se dá de 2008 a 2018, com destaque para a crise de 2007-2008 que reconfigura a pauta exportadora brasileira, passando a existir um certo grau de dependência das exportações brasileiras em relação às importações chinesas. É importante mencionar que em 2008 a China passou de 57,6% para 37,5% na relação Comércio Exterior/PIB, já o Brasil teve um leve aumento de 27,3% para 29,4%. De 2008 para 2009, as exportações sofreram uma drástica retração, no caso do Brasil era de 23,2%, passando para -22,7%, já a China de 17,2% para -16%. Além disso, é possível destacar que o Brasil passou a preservar seu caráter primário-exportador em relação à China, sendo a soja o principal produto exportado, enquanto que, a China passou a importar para o Brasil produtos com maior valor agregado, os principais são barcos, dragas, guindastes flutuantes e aparelhos eletrônicos. Dessa forma, podemos perceber que a relação comercial é importante para as duas partes, já que a China é o principal parceiro comercial brasileiro, enquanto que o Brasil se configura como um mercado abundante em matérias-primas, no âmbito comercial.

Palavras-Chave: Brasil; China; Comércio Internacional; Teorias das Relações Internacionais; Teorias do Comércio Internacional.

ABSTRACT

This research has as main theme the commercial transactions established between Brazil and China, in the light of international relations and theories of international trade, in order to determine the influence of this trade for the Brazilian economy. The time frame is from 2008 to 2018, with emphasis on the 2007-2008 crisis that reconfigures the Brazilian export agenda, with a certain degree of dependence on Brazilian exports in relation to Chinese imports. It is important to mention that in 2008 China went from 57.6% to 37.5% in the Foreign Trade / GDP ratio, while Brazil had a slight increase from 27.3% to 29.4%. From 2008 to 2009, exports suffered a drastic retraction, in the case of Brazil it was 23.2%, going to -22.7%, while China from 17.2% to -16%. In addition, it is possible to highlight that Brazil started to preserve its primary exporting character in relation to China, with soybeans being the main exported product, while China started to import products with higher added value to Brazil, the main ones being boats, dredges, floating cranes and electronic devices. Thus, we can see that the commercial relationship is important for both parties, since China is the main Brazilian commercial partner, while Brazil is configured as an abundant market in raw materials, in the commercial sphere.

Key-words: Brazil; China; International Trade; International Relations Theories; International Trade Theories.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Mundo, Brasil e China, evolução do Produto Interno Bruto, 2008-2018, em % do total do PIB.....	114
Gráfico 02 – Brasil e China, Evolução da Participação no PIB Mundial, 2008-2018, em % do PIB Mundial.....	115
Gráfico 03 – Países e Grupo de Países selecionados, proporção Comércio Exterior/PIB, 2008 e 2018, em % do PIB	116
Gráfico 04 – Mundo, Brasil e China, evolução das exportações, 2008-2018, variação em relação ao ano anterior.....	117
Gráfico 05 – Mundo, Brasil e China, evolução das importações, 2008-2018, variação em relação ao ano anterior.....	118
Gráfico 06 – Mundo, Brasil e China, evolução da relação Exportação/Importação, 2008-2018, EXP/IMP	119
Gráfico 07 – Brasil, exportações brasileiras em países, Blocos Econômicos e grupo de países, 2008 e 2018, em % do total exportado pelo Brasil	120
Gráfico 08 – Brasil, produtos exportados pelo Brasil para a China, 2008 e 2018, em % do total exportado pelo Brasil.....	122
Gráfico 09 – Brasil, importações brasileiras em países, blocos econômicos e grupo de países, 2008 e 2018, em % do total importado pelo Brasil	123
Tabela 02 – Brasil, importações brasileiras por produto (SH2), 2008 e 2018, em % do total importado.....	124
Gráfico 10 – Importações brasileiras de produtos chineses (SH4), 2008 e 2018....	125
Gráfico 11 – China, destino das exportações chinesas por países, 2008 e 2018, em % do total exportado pela China.....	126
Gráfico 12 – China, origem das importações chinesas por países, 2008 e 2018, em % do total importado.....	127
Gráfico 13 – Mundo, Brasil e China, evolução das entradas e saídas do Investimento Direto Estrangeiro, 2008-2018, em % do PIB.....	128

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Teorias das RI, pressupostos e valores	24
Quadro 02 – Liberalismo, vertentes, pressupostos e principais teóricos.....	35
Quadro 03 – Os Ciclos Sistêmicos de Acumulação e suas particularidades	46
Quadro 04 – Ramos da Economia Política Internacional	48
Quadro 05 – Exemplo da Teoria das Vantagens Absolutas (TVA).....	54
Quadro 06 – Exemplo da Teoria das Vantagens Comparativas (TVC)	54
Quadro 07 – Quantidade de Acontecimentos Bilaterais e Visitas de Chefe de Estado	76
Quadro 08 – Tratado Sino-Brasileiro de Amizade, Comércio e Navegação.....	93
Quadro 09 – Acordos de comércio, cooperação econômica entre Brasil e China.....	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Brasil, principais produtos exportados, 2008 e 2018, em % do total exportado	121
--	-----

LISTA DE SIGLAS

ACE	Atlas da Complexidade Econômica
BB	Banco do Brasil
BM	Banco Mundial
BRIC	Brasil, Rússia, Índia e China
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CBERS	Programa Sino-Brasileiro de Satélites de Recursos Terrestres
CCPIT	Conselho Chinês para a Promoção do Comércio Internacional
CEBC	Conselho Empresarial Brasil e China
CEE	Comunidade Econômica Europeia
CFMI	Comitê Financeiro Monetário e Internacional
CGETI	Contato sobre Assuntos Econômicos e Comerciais
COSBAN	Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DEG	Diálogo Estratégico Global
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
EUA	Estados Unidos da América
EPI	Economia Política Internacional
EXP	Exportações
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNAG	Fundação Alexandre Gusmão
GATT	Acordo Geral de Comércio e Tarifas
G7	Grupo dos Sete
G20	Grupo dos Vinte
HOS	Heckscher-Ohlin-Samuelson
ICBC	Banco Industrial e Comercial da China
IMP	Importações
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MNTs	Medidas Não Tarifárias
MPMEs	Micro, Pequenas e Médias Empresas
MRE	Ministério das Relações Exteriores

NICs	<i>Newly Industrialized Countries</i>
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODA	Assistência de Desenvolvimento Oficial
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PT	Partido dos Trabalhadores
PIB	Produto Interno Bruto
RI	Relações Internacionais
RPC	República Popular da China
RTAs	Acordos Comerciais Regionais
TCI	Teorias do Comércio Internacional
TIC	Tecnologia da Informação e da Comunicação
TVA	Teoria das Vantagens Absolutas
TVC	Teoria das Vantagens Comparativas
TRI	Teorias das Relações Internacionais
UE	União Europeia
UNCTAD	<i>United Nations Conference on Trade and Development</i>
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS	19
2.1 Teorias das Relações Internacionais (TRI)	19
2.1.1 Realismo	28
2.1.2 Liberalismo	34
2.1.3 Sociedade Internacional	36
2.1.4 Economia Política Internacional	37
2.2 Teorias do Comércio Internacional (TCI)	48
2.2.1 Teorias Clássicas do Comércio	53
2.2.2 Teorias Neoclássicas do Comércio	60
2.2.3 As Novas Teorias do Comércio	64
3 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS	73
3.1 As relações bilaterais entre Brasil e China antes de 1974.....	74
3.2 Estabelecimento das relações diplomáticas a partir de 1974	80
3.3 Acordos Comerciais entre Brasil e China	93
3.4 BRICS	96
3.5 G20	104
4 AS RELAÇÕES COMERCIAIS SINO-BRASILEIRAS, 2008-2018	113
5 CONCLUSÃO	130
REFERÊNCIAS.....	135
ANEXOS	141

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema principal as transações comerciais entre Brasil e China, trazendo a análise das relações internacionais e das teorias do comércio internacional, objetivando determinar a atuação desse comércio em variáveis características da economia brasileira.

A hipótese da pesquisa é a de que o comércio exterior entre Brasil e China, no período de 2008 a 2018 – apesar de manter uma pertinente importância para a pauta exportadora brasileira, em 2009, as exportações de ambas economias sofreram uma drástica retração causada pelos efeitos da crise financeira de 2007-2008, e por isso, a pauta exportadora brasileira se reconfigurou – sofreu alterações que levaram à existência de um grau de dependência das exportações brasileiras em relação às importações chinesas e, que o Brasil ainda preserva seu caráter primário-exportador em relação à China.

O recorte temporal a ser adotado, de 2008 a 2018, se justifica por compreender a reconfiguração da pauta exportadora brasileira em relação à China com produtos de caráter, predominantemente, primários e importar produtos com maior valor agregado, destacando o contexto da crise financeira de 2007-2008. A crise, em destaque, foi um fenômeno de muitos desdobramentos no campo das relações internacionais para todo o mundo, e por isso, possibilitou analisar a trajetória comercial desses dois países no contexto do capitalismo contemporâneo na sua fase financeira¹.

Dito isso, o objetivo geral do presente estudo é apresentar a evolução do comércio entre Brasil e China como destaque para a reconfiguração da pauta exportadora brasileira, analisando também as consequências do contexto mundial da crise financeira de 2007-2008 para esse comércio.

De forma específica, busca-se também destacar as Teorias das Relações Internacionais (TRI) atreladas, diretamente, pela Economia Política Internacional (EPI), em especial às Teorias do Comércio Internacional (TRI), que buscam explicar a relação do Brasil com outros países, seja, economicamente, seja politicamente. Além disso, evidenciar os dados que determinam a relação comercial e o nível de

1 CARCANHOLO (2013) e CARCANHOLO; NAKATANI (2015), argumentam que grande parte dos autores aceitam que uma das principais características básicas do Capitalismo Contemporâneo consiste na financeirização ou na generalização do movimento especulativo do capital e isso ocasionou um fenômeno no qual expandiu-se o uso da categoria “capital financeiro” para caracterização e interpretação do capitalismo contemporâneo.

comércio entre esses dois países, através das variáveis PIB, PIB/Comércio Exterior, Importações, Exportações, e Investimento Direto Estrangeiro.

Essa pesquisa, primeiramente, parte de uma revisão bibliográfica das teorias das relações internacionais, com destaque para a Economia Política Internacional (EPI), que caracteriza o mundo por seu aspecto socioeconômico, por fundir a economia à política, e por isso, faz parte dessa teoria o comércio internacional, as finanças internacionais, os fóruns multilaterais, e as grandes economias, entre outros tempos. Associadas à EPI estão as Teorias do Comércio Internacional, também apresentadas sinteticamente nessa pesquisa, que parte para a análise de modelos do comércio internacional, desde da Teoria das Vantagens Absolutas (TVA) de Adam Smith, até as Novas Teorias do Comércio com destaque para a Nova Geografia Econômica que acrescenta importantes elementos antes negligenciados, principalmente pelas teorias tradicionais do comércio, que são os custos de transação no espaço, em particular custos de transporte; o tamanho das economias ou a escala dos mercados; e as cadeias verticais de produção, a montante e a jusante.

Somado a essa parte teórica, apresentamos os antecedentes históricos das relações sino-brasileiras, mas não somente aqueles a partir do estabelecimento diplomático, em 1974, mas algumas tentativas de estabelecer contato, anteriores a esse período, como por exemplo, no período imperial do Brasil, durante o governo de Dom Pedro II. E a relação desses dois países imbricada aos fóruns multilaterais, onde a participação dos dois países sugerem um poder de barganha em negociar acordos comerciais, ou acordos estratégicos em outras áreas, com as demais economias que também são integrantes desses fóruns como o G20, e o agrupamento de países conhecidos como BRICS.

Nesse ínterim, perpassamos por acontecimentos marcantes e pelas fases desse relacionamento bilateral, como é o caso em 1993, da Parceria Estratégica, que somada a criação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), em 2012, evoluíram para uma Parceria Estratégica Global, e após isso foi criado o Diálogo Estratégico Global (DEG) e o Plano Decenal de Cooperação (2012-2021).

Para além do levantamento bibliográfico, foram utilizadas algumas bases de documentos do governo brasileiro, como a do Ministério das Relações Exteriores² (MRE); O acervo de atos internacionais do Brasil, a Concórdia³, que está atrelada ao MRE e dispõe acerca dos acordos envolvendo o Brasil; a Fundação Alexandre Gusmão⁴ (FUNAG), que dispõe de um rico acervo de obras com ênfase nas relações internacionais, na política externa e na história diplomática do Brasil, também vinculada ao MRE; o Centro de Informações do G20⁵ da Universidade de Toronto, que dispõe de uma ampla variedade de informações sobre o G20 e sobre o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Para a análise empírica, concernentes aos dados, foram utilizadas bases de dados oficiais como a do Banco Mundial (BM), Organização Mundial do Comércio (OMC), a base de dados do Comércio Exterior do Brasil (COMEXSTAT) e o Atlas da Complexidade Econômica (ACE).

De acordo com os dados levantados e as informações destacadas no presente trabalho, observou-se que as relações comerciais sino-brasileiras aumentaram ao longo do período ao passo que o comércio exterior brasileiro como um todo se tornou cada vez mais concentrado em produtos primários e dependente da demanda de *commodities* por parte da economia chinesa.

Para além desta introdução, o presente trabalho se divide em outros quatro capítulos. No capítulo 2 serão abordadas as teorias das Relações Internacionais e do Comércio Internacional. No capítulo 3 serão apresentadas as relações bilaterais entre o Brasil e a China, com destaque para os acordos referentes ao comércio bilateral. No capítulo 4 serão apresentadas as relações comerciais entre o Brasil e a China no período de 2008 a 2018. Por fim, a título de conclusão, alguns destaques serão feitos acerca da presente pesquisa.

2 Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br>. Acessado em 14 de Janeiro de 2021.

3 Acervo de Atos Internacionais do Brasil. Disponível em: concordia.itamaraty.gov.br/. Acessado em 14 de Janeiro de 2021.

4 Fundação Alexandre Gusmão. Disponível em: funag.gov.br/. Acessado em 14 de Janeiro de 2021.

5 Centro de informações do G20. Disponível em: <http://www.g20.utoronto.ca/>. Acessado em 14 de Janeiro de 2021.

2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

O presente capítulo apresenta algumas considerações teóricas consideradas basilares para o entendimento das relações sino-brasileiras. Primeiramente, aborda-se sinteticamente um panorama das principais Teorias das Relações Internacionais (TRI), isto é, as variadas escolas de pensamento da área com seus respectivos contextos históricos, seus teóricos, pressupostos e críticas. A segunda parte compreenderá as Teorias do Comércio Internacional (TCI) nas suas variadas vertentes com os modelos que, juntos, buscam explicar como o comércio entre países pode ocorrer. As variadas perspectivas dessas duas áreas somadas esclarecem como a Economia Política Internacional (EPI) é importante para o entendimento de como as nações se relacionam comercialmente e suas implicações para a Divisão Internacional do Trabalho (DTI).

2.1 Teorias das Relações Internacionais (TRI)

Para avançarmos com o capítulo é necessário pontuarmos algumas ressalvas essenciais para o entendimento de sua estrutura. A primeira destas ressalvas diz respeito ao processo de construção da argumentação teórica deste trabalho onde utilizaremos duas metodologias para abarcar todo o escopo teórico. Essas metodologias se referem à pesquisa de autores que são amplamente utilizados na área de estudos de Relações Internacionais (RI), quais sejam, Jackson; Sørensen (2007) e Jatobá; Lessa; Oliveira, (2013).

A segunda ressalva relaciona-se ao objetivo geral dessa discussão, que é apresentar as abordagens partindo das vertentes teóricas que fazem parte das Teorias das Relações Internacionais (TRI). O decorrer da construção da TRI é acompanhado de variadas correntes de pensamentos e muitos teóricos. As diferentes abordagens, ainda que considerando que possuem uma qualidade de interdisciplinaridade, não podem deixar de ser mencionadas dada a sua importância individual para o escopo teórico em questão. Assim, buscou-se apresentá-las de forma a não transformar uma ou outra em uma teoria dominante.

A terceira ressalva faz referência ao objetivo específico deste capítulo que é relacionar uma das correntes de pensamento da disciplina de Relações

Internacionais, chamada Economia Política Internacional (EPI), ao Comércio Internacional e às suas abordagens acerca das Teorias do Comércio Internacional.

A quarta observação relaciona-se ao uso da expressão “Relações Internacionais (RI)”. Essa expressão com iniciais maiúsculas difere de quando utilizada com iniciais minúsculas. Da primeira forma, fará referência ao corpo teórico, da segunda forma, ou seja, com iniciais minúsculas, será referente ao aglomerado de fenômenos do mundo aos quais os acadêmicos dedicam seus esforços intelectuais com o propósito de compreendê-los. (JATOBÁ; LESSA; OLIVEIRA, (2013).

O quinto ponto que é necessário destacar é como o pensamento das Relações Internacionais foi influenciado por outras disciplinas acadêmicas, como Filosofia, Direito, Sociologia, Economia, História, e também pode ser contextualizado de acordo com o desenvolvimento histórico e contemporâneo. Jackson e Sørensen (2007) nos dizem que as duas grandes guerras, juntamente à Guerra Fria estabelecida entre Ocidente e Oriente, o surgimento da cooperação econômica entre os Estados ocidentais são exemplos de problemas e eventos que pertencem ao cenário global que incitaram a consolidação das TRI no século XX.

Logo após essas explicações iniciais, é relevante destacarmos a importância da área de estudo das Relações Internacionais, que segundo Castro (2012), é autoevidente, uma vez que, as Relações Internacionais podem ser encontradas por toda a parte e fazem parte do nosso cotidiano, impreterivelmente. O saber internacional, para o autor, está presente em nossas vidas, amplia nossas visões, redefine quem somos enquanto cidadãos e decompõe a forma de analisar e tratar o outro. A força desse saber questiona e transforma o Estado, seu papel e suas atribuições, (re)equacionando a lógica de poder entre cidadãos, empresas, unidades subnacionais, sociedade civil e organismos multilaterais.

Podemos exemplificar essa importância com, por exemplo, diversos processos que ocorreram na dinâmica global como o processo de integração do Mercado Comum do Sul (Mercosul), problemáticas de guerras, a questão do terrorismo e a segurança internacional, o papel da Organização das Nações Unidas (ONU), o papel das Organizações Não Governamentais (ONGs) em escala global, a ampliação dos mercados, o comércio internacional, as novas jurisdições extraterritoriais, as crises de Estado, crises de identidade nacional (balcanização da antiga Iugoslávia na década de 1990), entre outros. (CASTRO, 2012)

Bull (2002) afirma que o ponto de partida das relações internacionais é a existência de Estados, definidos como comunidades políticas independentes, cada uma das quais possui um governo e afirma a sua soberania com relação a uma parte da superfície terrestre e a um segmento da população humana.

Utilizando essa premissa e analisando sob o prisma das relações internacionais, é válido dizer que existe um interesse pré-estabelecido de entender a forma como funciona essa dinâmica dos Estados e como foi o processo de divisão da população mundial nesses Estados.

Para alguns autores como Magnoli (2013), o Estado pode ser considerado uma criação recente, uma vez que é comum as pessoas do meio acadêmico não utilizarem o termo para fazer referência às formas de articulação de poder em sociedades mais antigas e medievais. Considerando isso, o autor diz que esse termo só ganha sentido e conteúdo a partir do contexto histórico renascentista que se deu da passagem da Idade Média para a Idade Moderna.

A Europa pós-medieval inventou o Estado sob a forma das monarquias absolutas. Essas monarquias podem ser caracterizadas com o aparecimento de funcionários burocráticos, a partir do surgimento de exércitos regulares e centralizados. A soberania, que nos reinos medievais estava associada à linhagem das dinastias, ou seja, ao sangue das famílias reais, passou a associar-se aos territórios com fronteiras geográficas definidas, capitais permanentes e cidades que se tornavam sede dos órgãos do Estado. Esse fato fez com que, aos poucos, fosse desenvolvida a prática de cobrança generalizada de impostos, e juntamente a esses tributos, a cartografia e os censos, se tornam um instrumento vital para a administração do Estado. (MAGNOLI, 2013)

Podemos ainda destacar acerca da divisão da população dos Estados, conforme Jackson e Sørensen (2007) que a divisão da população mundial se deu em “comunidades políticas territoriais distintas” ou “Estados independentes” que, em conjunto, formam o sistema internacional de extensão global e que o fato de tais Estados serem independentes uns dos outros lhe delega a qualidade de soberania.

Essa independência entre os Estados não representa a noção de isolacionismo, pelo contrário, os Estados se unem e procuram formas de se influenciarem e de coexistirem, incorporados aos mercados internacionais que geram efeitos sobre suas políticas governamentais e sobre a riqueza e bem-estar de seus cidadãos (JACKSON; SØRENSEN, 2007).

Já a soberania é um ponto essencial para entendermos o poder político-administrativo do Estado e, para isso, devemos lembrar que agora o Estado muda a sua forma para Estado-Nação que surge com a decadência do Absolutismo e a sua substituição pelo Liberalismo. Essa forma contemporânea estatal que gerou a soberania nacional, pode ser expressa através da eleição de governantes e na limitação do poder executivo por representantes eleitos. Isto é, a soberania se modificou ao ser transferida do monarca para a nação e o poder se despersonificou, dando espaço para o povo e para o consenso popular. (MAGNOLI, 2013)

Castro (2012, p. 76) corrobora ao dizer que a soberania estatal também pode ser, “um conceito derivado do latim *summa potestas*, a soberania é prerrogativa exclusiva do exercício da capacidade de mando do Estado nacional reconhecido”, e possui algumas vertentes, como a interna e a externa. A interna “diz respeito ao exercício de autogoverno, de poder de polícia e capacidade de organização político-administrativa”.

Já a vertente externa está associada a vários direitos que dizem respeito à presença reconhecida do Estado nacional, à sua prerrogativa jurídica e à sua articulação internacional com base no *jus in bellum*, que é o direito de decretar guerra e celebrar a paz com outros Estados, ao *jus tractum*, direito de negociar, assinar, ratificar e denunciar tratados, e ao *jus legationis*, sendo o direito de legação em sua dimensão ativa e passiva. A dimensão ativa refere-se à capacidade de receber enquanto que a passiva diz respeito ao recebimento de agentes consulares e diplomáticos. O *jus petitionis* faz referência ao direito de solicitar a prestação jurisdicional em tribunais internacionais quando aceitar o direcionamento de várias Cortes, podendo, para tanto, ser parte ativa ou passiva em processos judiciais e, por último, o direito de *jus representationis*, direito de representar e fazer-se representar em organismos internacionais, agências multilaterais e programas com direito à voz, voto e determinação de agenda.

É considerando essas relações internas entre os governantes e a sociedade em geral que as teorias políticas clássicas concentraram seus interesses nos Estados. Porém, o estudo das relações que são estabelecidas entre os Estados é de interesse das relações internacionais. (MAGNOLI, 2013)

A partir desse entendimento, devemos conceituar o que significa o sistema no qual esses Estados subsistem, no caso, o sistema estatal. Esse sistema é um “sistema de relações sociais, ou seja, relacionamentos entre grupos de seres humanos”. Isso

quer dizer que o sistema estatal é um conjunto de relações ou agrupamentos humanos organizados politicamente, que ocupam territórios distintos, não estão subordinados a nenhum poder ou autoridade superior e desfrutam e exercem um certo grau de independência com relação aos outros. (JACKSON; SØRENSEN, 2007, p. 21)

Jackson e Sørensen, (2007, p. 21) nos explicam que nos séculos XIX e XX, o sistema estatal foi ampliado a fim de abranger todo o território global. O mundo de Estados é basicamente um mundo territorial, e por isso, é uma forma de organizar politicamente as regiões povoadas no mundo, que significa um tipo diferenciado de estruturação política territorial com base em inúmeros governos distintos, que são legalmente independentes uns dos outros.

E para que esse sistema estatal funcione, de acordo com Jackson e Sørensen (2007) é necessário que os Estados sigam, e defendam, cinco regras básicas ou cinco valores sociais básicos por serem fundamentais ao bem-estar humano e atingir o ponto que as Relações Internacionais procuram entender, isto é, se os povos estão ou não providos desses valores básicos: segurança, liberdade, ordem e justiça, e riqueza e bem-estar. Vale ressaltar que, desde a Era Moderna, o Estado tem sido a principal instituição garantidora de tais valores.

O primeiro valor está relacionado à segurança nacional. O segundo valor é a liberdade, tanto pessoal quanto nacional. Especificamente, a condição de liberdade nacional. O terceiro valor está relacionado à manutenção da ordem internacional, e, consequentemente, ao direito internacional. O quinto valor – diretamente relacionado ao presente trabalho – direciona-se à riqueza e ao bem-estar socioeconômico da população, para tanto o Estado deve procurar pôr em prática políticas apropriadas para o emprego, controle da inflação, investimentos, fluxos comerciais, atuação no ambiente econômico internacional para manutenção do padrão de vida nacional, entre outras. A principal ideia desse valor é estabilidade da economia internacional, e isso se refere aos mercados internacionais, investimento externo, taxas de câmbio, comércio internacional, transporte internacional, entre outras relações.

Dito isso, a independência econômica, segundo os autores, que se refere ao alto grau de dependência econômica mútua entre os países, é uma característica do sistema estatal contemporâneo, e é passível de críticas. Alguns teóricos afirmam que a expansão dos mercados gera liberdade e riqueza, já teóricos contra a independência econômica defendem que essa expansão promove desigualdades, onde países pobres e fracos não detêm as mesmas vantagens dos ricos e poderosos.

Essas regras ou valores também podem ser associados às abordagens ou teorias tradicionais das Relações Internacionais (RI), que seguindo a metodologia de Jackson e Sørensen, (2007), são: Realismo, Liberalismo, Sociedade Internacional e Teorias da Economia Política Internacional, como se pode observar no quadro 01 juntamente com uma síntese de seus pressupostos e os valores predominantes, utilizando os cinco citados anteriormente.

Quadro 01 – Teorias das RI, pressupostos e valores

Teorias das RI	Pressupostos	Valor predominante
Realismo	As relações dos países podem ser melhor caracterizadas como um mundo no qual os Estados que possuem armas são rivais competidores e, de tempos em tempos, iniciam guerras	Segurança
Liberalismo	As relações internacionais podem ser melhor caracterizadas como um mundo, no qual os Estados cooperam entre si, com objetivo de manter a paz e a liberdade, além de buscar a mudança progressiva	Liberdade
Sociedade Internacional	As relações internacionais são melhor caracterizadas como um mundo onde os Estados são atores socialmente responsáveis e compartilham o interesse de preservar a ordem internacional e promover a justiça internacional	Ordem e Justiça
Teorias da Economia Política Internacional	As relações internacionais são melhor caracterizadas como um mundo socioeconômico e não simplesmente político e militar	Riqueza e bem-estar

Fonte: elaborado pela autora com base em Jackson; Sørensen, (2007)

Considerando o quadro 01, temos que existem quatro importantes tradições teóricas nas RI, o Realismo, o Liberalismo, a Sociedade Internacional e a Economia Política Internacional. Entretanto, existe um grupo mais diversificado de abordagens alternativas que foi apresentado nos últimos anos. Jackson e Sørensen (2007) afirmam que para analisar as TRI como corpo teórico em desenvolvimento, é preciso considerar que o pensamento das relações internacionais foi dividido em fases diferentes e essas fases são caracterizadas por debates específicos entre vários grupos de pensadores.

Jatobá, Lessa e Oliveira (2013) nomeiam esses debates como os “grandes debates teóricos”. Essa representação busca explicar como se deu o desenvolvimento

histórico das Teorias das Relações Internacionais (TRI). Jatobá, Lessa e Oliveira (2013); e Jackson e Sørensen (2007) apresentam um total de quatro debates.

O primeiro debate foi protagonizado pelas visões liberais utópicas e pelos realistas, no contexto da política internacional do período entreguerras, entre o final da Primeira Guerra Mundial e o início da Segunda Guerra Mundial. Esse debate ocorreu sobre a política internacional desse período e foi marcado pelas divergências entre os defensores do internacionalismo liberal (“idealismo”) e os defensores do Realismo político. Cabe destacar que Idealismo foi um termo criado pelos seus críticos.

Tal debate foi vencido pelos realistas. Durante a Guerra Fria, o Realismo pode ser considerado a forma dominante de se pensar as relações internacionais, não só entre os acadêmicos, mas entre os políticos, diplomatas e as pessoas em geral. O resumo do Realismo de Morgenthau (1960) se tornou a apresentação padrão das RI nos anos de 1950-1960. (JACKSON; SØRENSEN, 2007)

Na perspectiva internacionalista liberal, os autores compartilhavam a ideia de identificar as causas da guerra e buscar soluções necessárias para a existência de uma ordem mais pacífica. Já os pensadores realistas, dessa primeira geração, reivindicavam a herança de certa tradição do pensamento político ocidental, principalmente, o pensamento político de Thomas Hobbes (1588-1679) e Nicolau Maquiavel (1469-1527), para defender o que ficou conhecido como “estado de natureza”, uma especificidade da política internacional do período que se encontravam esses teóricos. No estado de natureza, os interesses dos Estados não se submetiam às restrições morais pressupostas pelo Liberalismo. (JATOBÁ; LESSA; OLIVEIRA, 2013).

De forma geral, as relações internacionais, segundo Jatobá, Lessa e Oliveira (2013), são caracterizadas pela política de poder e pela lógica da balança de poder. Esse fato nos leva à ideia de um mecanismo interligado, no qual as nações satisfeitas, buscam a manutenção desse *status quo*, conseqüentemente, buscam conter as pretensões daqueles que, encontram-se em ascensão e realizam políticas que desafiam a configuração do poder vigente. Dessa forma, a recorrência de conflitos armados entre as grandes potências é uma característica incontornável da política internacional ao contrário das pretensões dos defensores do Liberalismo internacional durante o período entreguerras.

Já o segundo debate ocorreu no período de 1950 e 1960, segundo Jatobá, Lessa e Oliveira (2013), e envolveu autores defensores da abordagem humanista ou tradicionalista, que incluíam os behavioristas ou cientificistas da época. Esse debate foi metodológico, pois as discussões em voga agora das RI eram concernentes à metodologia, ou seja, a forma de estudar as relações internacionais. Jackson e Sørensen (2007) chamam o debate de abordagens tradicionais e behaviorista.

Os “behavioristas” ou “cientificistas” estavam intrigados com os métodos e técnicas inspirados em outras ciências sociais ou mesmo ciências naturais que pretendiam trazer para a área da RI. Já os pensadores de abordagem “tradicional” ou “humanista”, defendiam um entendimento para a RI mais filosófico, histórico, jurídico e sociológico.

Dessa forma, a proposta dos behavioristas era transformar a RI em uma área de estudos de cunho mais científico capaz de reproduzir conhecimentos mais associados aos fenômenos internacionais a partir de esquemas classificatórios, mensurações quantitativas e hipóteses explicativas comprovadas por meio da empiria e por meio da precisão. Já a outra ponta do debate reforçava a ideia de utilizar o conhecimento histórico, e defendiam a “impossibilidade de aplicação do experimentalismo para o estudo das relações humanas como aquelas que caracterizam as relações internacionais”. (JATOBÁ; LESSA; OLIVEIRA, 2013)

O terceiro debate, segundo os autores, é pontuado como “interparadigmático” na literatura, pois ocorreu como reação ao Realismo da década de 1970 entre três visões de mundo alternativas a saber: (1) os chamados novos realistas, (2) os liberais e (3) as perspectivas globalistas. Destaca-se que nenhum dos três grupos foi dominante. Para Jackson e Sørensen (2007), o terceiro debate polarizou o Neorrealismo/Neoliberalismo e o Neomarxismo. Esse debate se referenciou à chamada economia política internacional e acabou trazendo ao estudo das RI questões mais complexas, uma vez que expande seu debate em direção às questões de cunho econômico e introduz os problemas dos países do Terceiro Mundo.

Continuamos usando a estrutura dos grandes debates de Jatobá; Lessa; Oliveira (2013) e Jackson; Sørensen (2007) para apresentarmos o quarto e último, que se deu, inicialmente, nas últimas décadas do século XX e criou uma oposição entre os críticos pós-positivistas e os defensores do positivismo ou tradições consagradas. No início da década de 1990, para alguns pensadores da RI, o debate existente entre os neorrealistas e os neoliberais passou a ser visto como “debate

contemporâneo”. Para outros, o debate seria entre os racionalistas e os construtivistas sociais.

As críticas realizadas à ortodoxia teórica representada pelos teóricos neorrealistas e neoliberais deram origem a um movimento que ficou conhecido como “expansão filosófica do estudo de RI”. E a partir disso começaram a surgir várias novas abordagens que desafiavam as teorias tradicionais, provenientes das mais diversas perspectivas teórico-filosóficas como a teoria crítica, o construtivismo social, as perspectivas de gênero, a teoria normativa, o pós-estruturalismo, o pós-modernismo e o pós-colonialismo. A ideia a partir dessa exposição de teorias contemporâneas é uma apresentação de forma mais sintética delas.

Jatobá; Lessa; Oliveira (2013) apresentam algumas críticas acerca dessa forma de apresentar os “grandes debates”. A primeira é que se critica a própria existência dos “debates”, uma vez que essa noção é definida como uma série de ideias contrapostas diretamente, sendo que, os defensores das diversas perspectivas apenas defendem um modelo teórico ou uma interpretação particular.

A segunda crítica, diz respeito à exposição cronológica. A forma de apresentar os “debates” produz a ideia de que o desenvolvimento teórico das relações internacionais aconteceu de forma exata, entretanto, o processo foi mais complexo e confuso, com muito tumulto teórico.

A terceira, alega que esse modo de apresentar a disciplina desconsidera às divergências internas existentes em cada período de abordagem, a diversidade e a complexidade dos pensamentos dos autores ou até mesmo de certas obras de determinado autor são deixadas de lado.

A última diz respeito à seletividade das apresentações, uma vez que, diversas correntes de pensamento podem ser deixadas de lado por não se encaixarem em nenhum debate, ou esquecidas por não sabermos onde encaixa-las e isso diz muito sobre a variada produção teórica nas RI.

Nogueira e Messari (2005), corroboram afirmando que embora seja a classificação tradicional da evolução das teorias de RI, ela transforma essa discussão em uma tradição inventada de teorias dominantes. Como exemplo disso, os autores apresentam a “batalha” que foi travada do Realismo contra o Idealismo utópico.

Mediante o exposto até agora, é necessário fazer uma explicação individualizada de cada teoria apresentada nos debates para conseguirmos ter uma

visão delas separadamente dos debates ou disputas teóricas que ocorreram no decorrer do tempo.

2.1.1 Realismo

Para Jackson e Sørensen (2007), as premissas básicas realistas são: a) uma visão pessimista da natureza humana; b) uma convicção de que as relações internacionais são necessariamente conflituosas e os conflitos internacionais são, em uma última análise, resolvidos por meio da guerra; c) existe uma apreciação dos valores da segurança nacional e da sobrevivência estatal; d) existe um ceticismo básico com relação à existência de um progresso compatível ao da vida política nacional, ao se considerar o contexto internacional.

Alguns autores como Castro (2012), afirmam que desde a rica herança greco-romana, passando pelo mundo oriental e antigo, houve significativas contribuições para a formação epistêmica das Relações Internacionais:

Da queda de Roma, em 476 DC, quando se inicia a Idade Média, até o renascimento em finais do século XV, houve certo hiato bastante espaçado nas contribuições historiográficas e políticas com diretas influências para o pensamento realista clássico em Relações Internacionais, especialmente pelo fato de que o pensamento teológico medieval amputava o homem como ator protagônico de seu destino e de suas relações humanas. (Castro, 2012, p. 315)

Considerando o pensamento teológico medieval, temos contribuições teóricas consagradas como a de Santo Ambrósio, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, no entanto, suas contribuições estavam mais atreladas à dogmática religiosa medieval. São Tomás de Aquino tem uma máxima que diz: *Finis política est urbanum bonum* (o fim da política é o bem comum), essa máxima denota as características da idealização da política que era intermediada para a sociedade civil e é bem típica da era medieval onde prevalência a metafísica religiosa como meio e fim da vida social e política. (CASTRO, 2012)

Ainda segundo Castro (2012), o Realismo Clássico inicia seus argumentos sobre a tese da sobrevivência e autoajuda em sentido amplo por meio da manutenção do Estado, conservação do seu poder e a preservação da ordem pela subserviência de sua população, tendo a segurança comum como seus principais pressupostos. A segurança é bem público imaterial de relevante valor.

O pensamento realista, então, pode ser caracterizado a partir da preocupação dos seres humanos com o seu próprio bem-estar, principalmente, nas relações competitivas uns com os outros. Os homens se esforçam para assumir a liderança nas interações com os outros e não serem explorados, conseqüentemente, isso pode ser considerado no campo das relações internacionais entre países, e isso justifica o fato dos seres humanos serem semelhantes em todos os lugares, já que o desejo de tirar vantagem sobre os outros e de evitar ser dominado é universal. (JACKSON; SØRENSEN, 2007)

Para os teóricos realistas clássicos, a finalidade, os meios e os usos do poder são uma preocupação central da atividade política, e devido a isso, a atividade política é retratada como a “política de poder”, que é caracterizada como uma arena de rivalidade, conflitos, guerras entre os Estados nos quais existem os mesmos problemas básicos de defender os interesses nacionais e garantir sua sobrevivência contínua. (JACKSON; SØRENSEN, 2007)

Portanto, os realistas possuem uma forma específica de agir, partindo da suposição central de que a política mundial se desenvolve em uma anarquia internacional, isto é, um sistema sem uma autoridade determinante e dominante ou um governo mundial. O Estado é um ator proeminente na política mundial e nas relações internacionais. Os outros atores na política mundial como indivíduos, organizações internacionais, ONGs, são muito menos importantes ou sem relevância. (JACKSON; SØRENSEN, 2007)

O principal objetivo da política externa pode ser entendido como a projeção e a defesa dos interesses do Estado na política mundial. Todavia, os Estados não podem ser considerados igualitários, uma vez que, há uma hierarquia internacional de poder entre os países, sendo que os Estados mais importantes da política mundial são as grandes potências, e as relações internacionais constituem uma luta entre grandes potências pelo domínio e pela segurança. (JACKSON; SØRENSEN, 2007)

Dito isso, o núcleo normativo do Realismo é a segurança nacional e a sobrevivência estatal e esses valores que impulsionam a doutrina e a política externa realista, sendo o Estado considerado essencial para a vida de seus cidadãos, para garantir os meios e as condições de segurança e bem-estar, cuja ausência, por sua vez, limita a vida humana. E o fato de que todos os Estados devem seguir o próprio interesse nacional significa que não é possível confiar inteiramente em outros países ou governos. Isto posto, contratos, acordos, regras, convenções, hábitos, leis entre

países podem ser facilmente ignorados caso haja um conflito iminente, quando se prejudicarem os interesses dos Estados. (JACKSON; SØRENSEN, 2007; JATOBÁ; LESSA; OLIVEIRA, 2013)

O Realismo apresenta uma distinção crucial entre sua vertente clássica e a contemporânea, principalmente, nas abordagens tradicionais de RI anteriores a revolução behaviorista dos anos de 1950 e 1960. As abordagens tradicionais se concentram em valores políticos centrais como segurança nacional e sobrevivência estatal. Os clássicos estiveram presentes em muitos períodos históricos, da Grécia antiga até os tempos atuais. Já a vertente contemporânea, é mais recente, e por isso, tem uma abordagem científica e enfoca a estrutura ou o sistema internacional. E se tornou, pelo menos a sua maior parte, norte-americana em sua origem. Considerando essas vertentes, elas não são as únicas que fazem parte do Realismo, temos pois: o Realismo clássico, o Realismo neoclássico de Morgenthau, o Realismo estratégico e o Neorealismo (JACKSON; SØRENSEN, 2007). Neste trabalho, no entanto, trataremos apenas da vertente clássica e neoclássica, pois elas cumprem sua função de apresentação da vertente principal, o Realismo.

O Realismo clássico, por exemplo, tem vários filósofos da Grécia antiga, como Tucídides (ca. 460 a.C. – ca. 400 a.C.) que ficou famoso pela sua obra chamada de *História da Guerra de Peloponeso*, do século V a.C., pensadores não-ocidentais, como Sun Tzu (544 a.C. – 496 a.C.), com seu livro *A arte da guerra*, do século VI, a.C. e o filósofo hindu Kautilya (ca. 370 a.C. – 283 a.C.) com sua obra chamada de *Arthashastra*, do século IV a.C., Maquiavel (1469-1527) com sua obra *O Príncipe* e Thomas Hobbes (1588-1679) com *O Leviatã*. (JACKSON; SØRENSEN, 2007; JATOBÁ; LESSA; OLIVEIRA, 2013)

Os realistas ressaltam sua visão pessimista da natureza humana, ponto de partida para a discussão sobre a relevância do poder para deter as ameaças à segurança nacional, que podem colocar em risco a própria sobrevivência do Estado. Outro ponto importante é concernente à preocupação de Maquiavel sobre “o mundo como ele é” e não “como deveria ser”, assim como a sua defesa da inaplicabilidade dos padrões morais individuais para a condução do Estado e guiado por interesses políticos e pelo uso de quaisquer meios disponíveis para preservar seus interesses e manter a segurança. (JATOBÁ; LESSA; OLIVEIRA, 2013)

Um pensador importante do Realismo Clássico foi Thomas Hobbes (1588-1679), autor do *Leviatã*, foi o principal teórico do absolutismo. O filósofo defendeu a

ideia da necessidade do contrato social em torno de um Estado Civil, representado pela alegoria bíblica do Leviatã, dotado de autoridade para controlar os apetites humanos sem restrições e os conflitos que resultam da impossibilidade de satisfazer aos interesses de todos. Para ele, o Estado nasce na sociedade, mas eleva-se acima dela. (MAGNOLI, 2013; JATOBÁ; LESSA; OLIVEIRA, 2013)

O Estado surge, então, como resultado de um consentimento, do pacto geral dos homens. Essa legitimidade ancestral ocorre na transição do “estado de natureza” para o “estado político”. Antes do surgimento do Estado, imperava o “estado de natureza”, a guerra de todos contra todos. O Estado surge como manifestação da evolução humana, cujo sinal pode ser conferido pela consciência da necessidade de um poder superior, absoluto e despótico, voltado para a defesa da sociedade, e é dessa consciência que se origina o contrato, pelo qual homens abdicam da sua liberdade anárquica em favor do Estado, a fim de evitar o caos. A figura bíblica de Leviatã representa o Estado. O Leviatã é um monstro cruel que, no entanto, vai impedir que peixes pequenos sejam devorados pelos maiores. (MAGNOLI, 2013)

Dito isso, para Jatobá; Lessa; Oliveira (2013), Hobbes foi defensor da soberania. Para os realistas, nas relações entre os Estados prevalece o princípio da soberania, ou seja, o sistema internacional anárquico, pois não existe governo acima das unidades soberanas que o compõe. Assim, essas relações podem ser descritas como um verdadeiro “estado de natureza”. Na ausência de um contrato social entre os Estados, não há ordem possível, prevalecendo entre eles a desconfiança mútua, a insegurança e, especialmente, a recorrência do fenômeno da guerra.

A solução de Hobbes para o problema da condição natural da humanidade implica em um problema político. Ou seja, o próprio ato de instituição de um Estado soberano para escapar do temível estado de natureza, cria, ao mesmo tempo, outro estado de natureza entre os países, gerando o conhecido “dilema de segurança” na política mundial. A realização da segurança pessoal e nacional por meio da criação de um Estado é necessariamente acompanhada pela condição de insegurança nacional e internacional enraizada na anarquia do sistema estatal. Ao contrário dos indivíduos do estado primário de natureza, os Estados soberanos não estão propensos a abrir mão de sua independência em prol de qualquer garantia de segurança global, uma vez que o estado de natureza internacional não é tão ameaçador e perigoso como o estado de natureza original. (JACKSON; SØRENSEN, 2007)

Muitos realistas têm por objetivo apresentar uma análise empírica da política mundial, mas hesitam em fornecer uma análise normativa da política mundial considerada subjetiva e não-científica. Essa atitude culminou em uma divisão entre os realistas clássicos e neoclássicos por um lado e os neorealistas e realistas estratégicos contemporâneo de outro. Dito isso, vamos apresentar de forma sintética outra vertente do Realismo que foi importante para a compreensão das teorias de RI, o Realismo neoclássico de Morgenthau. (JACKSON; SØRENSEN, 2007)

No final dos anos 1940, surgiu um livro que deu um impulso importante para a disciplina dos Estados Unidos e para o Realismo, foi *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz* de Hans J. Morgenthau (1904-1980). O objetivo do livro era apresentar uma teoria realista da política internacional e para isso apresentou conceitos e argumentos realistas dentro de uma abordagem inspirada por uma visão de teoria como um sistema de hipóteses gerais e passíveis de verificação empírica.

Para Morgenthau existem leis objetivas da política, o que torna possível o desenvolvimento de uma teoria racional capaz de refletir as leis gerais da política entre as nações. Uma teoria deve se submeter a um teste empírico e pragmático trazendo ordem e sentido para fenômenos que, sem ela, permaneceriam desconexos e incompreensíveis, em vez de ser testada em função de critérios apriorísticos e abstratos ou de determinado conceito desligado da realidade. (JATOBÁ; LESSA; OLIVEIRA, 2013)

Para ele a natureza política é sempre a mesma, ou seja, uma luta pelo poder a qual se revela por meio de três tipos ou padrões de políticas:

- (i) política de conservação do poder ou manutenção da distribuição do poder em um dado momento da história, denominada de “política do status quo”; (ii) a política de expansão do poder ou modificação das relações de poder existentes, que ele denomina de “política de Imperialismo”; (iii) política de demonstração do poder, por meio da diplomacia ou da força militar, denominada de “política de prestígio”, e usada como um fim em si mesma ou como um suporte para os outros dois padrões já citados (i) e (ii). (JATOBÁ; LESSA; OLIVEIRA, 2013, p. 23)

Esses padrões para Morgenthau adquirem um significado especial na política internacional, pois na medida em que uma multiplicidade de Estados dotados de soberania eleva cada um deles à condição de suprema autoridade política e moral, tornando o conflito de interesses entre eles inevitável e a guerra um elemento constitutivo da política entre as nações. (JATOBÁ; LESSA; OLIVEIRA, 2013)

O Realismo Estratégico representado por Thomas Schelling (1921-2016) procura fornecer instrumentos analíticos para o pensamento estratégico e entende

que a diplomacia e a política externa, em especial a das grandes potências, e em particular, os Estados Unidos, são uma atividade racional-instrumental que pode ser mais bem compreendida por meio da aplicação de uma forma de análise matemática chamada de “teoria dos jogos”.

A coerção é um método de atrair um adversário para uma relação de barganha e, assim, conseguir vantagens sobre ele sem precisar usar a força bruta, que além de ser mais perigosa, é geralmente, bem mais difícil e menos eficiente. Nessa vertente, alguns autores costumam colocar o Sun Tzu também.

O conceito fundamental utilizado por Schelling é o de “ameaça” e suas análises se ocupam do modo pelo qual estadistas podem lidar racionalmente com a ameaça e os perigos de uma guerra nuclear. Outro ponto importante do Realismo estratégico de Schelling é que há semelhanças com Maquiavel, entretanto, a comparação que pode ser feita nos permite analisar que eles são diferentes. (JACKSON; SØRENSEN, 2007)

O Neorrealismo é uma tentativa de explicar as relações internacionais em termos científicos por meio de uma referência às capacidades desiguais dos Estados e à estrutura anárquica do sistema estatal, além de focar as grandes potências, cujas relações determinam os resultados mais importantes da política internacional. Uma teoria científica de RI que nos leva a esperar que os Estados se comportem de forma previsível. Autores como Kenneth Waltz (1924-2013) e John Mearsheimer (1947-) que são pensadores dessa corrente, acreditam que os sistemas bipolares são mais estáveis e, sendo assim, oferecem mais garantia de paz e segurança do que os multipolares. Segundo essa visão, a Guerra Fria foi um período de paz e estabilidade internacional, por exemplo. *A Teoria da política internacional de Waltz* (1979) apresenta uma explicação científica de RI e para o autor, espera-se que os Estados se comportem de maneira previsível. (JACKSON; SØRENSEN, 2007)

A tradição da Sociedade Internacional, citada no quadro 1, critica o Realismo em dois pontos. O primeiro ponto diz respeito ao Realismo como uma teoria da RI considerada unidimensional com um enfoque muito limitado. Segundo, afirma que o Realismo não é capaz de entender que a política internacional é um diálogo entre opiniões e perspectivas diferentes em RI. (JACKSON; SØRENSEN, 2007)

2.1.2 Liberalismo

O ponto de partida do Liberalismo é o indivíduo. Os indivíduos e as várias coletividades de indivíduos são o foco da análise, pois primeiro e acima de tudo, os Estados, mas também as corporações, as organizações e associações de todos os tipos. Os liberais sustentam que não só o conflito, mas também a cooperação, pode configurar as questões internacionais. (JACKSON; SØRENSEN, 2007)

As premissas básicas dos liberais são: 1) uma visão positiva da natureza humana; (2) convicção de que as relações internacionais podem ser cooperativas em vez de conflituosas; e (3) crença no progresso. Sobre a primeira premissa, os liberais acreditam na razão humana e são convencidos de que os princípios racionais podem ser aplicados às questões internacionais. Todavia, eles reconhecem que os indivíduos são seres egoístas e competitivos até certo ponto, e defendem que existe muito interesse em comum compartilhado pelos indivíduos, o que faz o autor acreditar que esse é o motivo pelo qual os indivíduos se engajam em ações sociais colaborativas e cooperativas, tanto nacional como internacionalmente, e isso significa que o conflito e a guerra podem ser evitados, basta que as pessoas utilizem a razão para alcançar uma cooperação benéfica mútua não só dentro dos Estados, mas também por meio das fronteiras internacionais.

Quanto ao progresso, para os liberais, ele está atrelado diretamente aos indivíduos, pois a preocupação central do Liberalismo é a felicidade e a satisfação dos seres humanos. John Locke (1632-1704), por exemplo, argumenta que os Estados existem para garantir a liberdade de seus cidadãos e, assim, permitir que vivam suas vidas e busquem a felicidade sem a interferência indevida de outros. E enquanto os liberais viam o Estado antes de tudo como um centro e um instrumento de poder, os liberais o veem como uma entidade constitucional que estabelece e impõe o estado de direito, que respeita os direitos dos cidadãos à vida, à liberdade e à prosperidade.

De acordo com essa lógica, pode-se dizer que os liberais viam os países como constitucionais e como tal respeitariam e lidariam uns com os outros segundo as normas de tolerância mútua. Esse argumento, segundo Jackson e Sørensen (2007), foi apresentado por Jeremy Bentham (1748-1832), um filósofo do século XVIII, que cunhou a expressão “direito internacional” e acreditava que fazia parte do interesse racional dos Estados constitucionais aderir o direito internacional em suas políticas externas.

O argumento em questão ainda foi desenvolvido por Immanuel Kant (1724-1804), filósofo alemão do século XVIII. Kant argumentava que um mundo formado por Estados institucionais que se respeitem mutuamente, os quais chamou de “repúblicas”, poderia com o tempo alcançar a “paz perpétua”.

Em síntese, os liberais possuem uma característica importante, são otimistas. Quando os seres humanos utilizam sua razão, eles podem alcançar a cooperação benéfica mútua e acabar com a guerra. O otimismo liberal está bem próximo à ascensão do Estado moderno. A modernização significa o progresso na maioria das áreas da vida humana, incluindo as relações internacionais.

É importante ainda dividir o Liberalismo do pós-guerra em quatro principais vertentes de pensamento: sociológico, de interdependência, institucional e republicano, seus principais pressupostos e teóricos conforme o quadro 02.

Quadro 02 – Liberalismo, vertentes, pressupostos e principais teóricos

Liberalismo		
Vertentes	Pressupostos	Principais teóricos
Sociológico	RI não é somente o estudo das relações entre os governos, mas também entre indivíduos, grupos e sociedades. As relações entre as pessoas são mais cooperativas do que entre os governos. Um mundo com um grande número de redes transnacionais será mais pacífico.	John Burton; James Rosenau
Interdependência	A modernização do Estado aumenta o nível de interdependência dos Estados. Atores transnacionais se tornam mais importantes, a força militar é um instrumento menos útil e o bem-estar, não a segurança, é o objetivo predominante dos Estados. Essa interdependência complexa significa um mundo de relações internacionais mais cooperativas.	Richard Rosecrance; David Miltrany; Ernst Haas; Robert Keohane e Joseph Nye
Institucional	As instituições internacionais promovem a cooperação entre os Estados e diminuem os problemas relativos à falta de confiança entre os países reduzindo, assim, o medo mútuo.	Woodrow Wilson
Republicano	As democracias não entram em guerra umas com as outras devido a suas culturas nacionais pacíficas de resolução de conflito, aos seus valores morais comuns e às ligações benéficas de interdependência e cooperação econômica.	Immanuel Kant, Dean Babst e Michael Doyle

Fonte: elaborado pela autora com base em Jackson; Sørensen (2007), Jatobá; Lessa; Oliveira, (2013) e Magnoli (2013)

Um ponto importante é que os neorrealistas criticaram a visão liberal afirmando que a anarquia não pode perder a importância e, portanto, o otimismo liberal não é justificável. Enquanto anarquia predominar, não há como escapar da autoajuda, ou seja, o egoísmo, e do dilema da segurança. Todavia, os liberais reagem de forma diferente às conjecturas neorrealistas. Um grupo de liberais “menos convictos” aceita várias das afirmações neorrealistas, porém, outro grupo, de “liberais mais convictos”, sustenta que o mundo se altera de forma significativa de acordo com os preceitos liberais. A anarquia não acarreta consequências exclusivamente negativas, como pregado pelos neorrealistas. É possível então que haja uma anarquia positiva que envolva a paz segura entre as democracias liberais consolidadas. (JACKSON; SØRENSEN, 2007)

2.1.3 Sociedade Internacional

A abordagem da Sociedade Internacional é vista pelos teóricos como Jackson e Sørensen (2007) como uma via intermediária na medida em que se esforça para conseguir um espaço entre o Realismo e o Liberalismo Clássico, mas a sua abordagem é diferente de ambas vertentes. Considera as relações internacionais como “sociedade” de Estados na qual os principais atores são estadistas que são especialistas na arte da política. Um sistema de Estados, para a Sociedade Internacional, é formado quando dois ou mais Estados que têm contato suficiente para tornar o comportamento de um deles um elemento necessário nos cálculos do outro. Uma sociedade de Estados existe quando um grupo de Estados forma uma sociedade no sentido de que se concebem vinculados por um conjunto de regras comuns em suas relações uns com os outros.

Para a Sociedade Internacional, as RI são um diálogo entre o Realismo, o Racionalismo e o Revolucionismo. O Realismo enfatiza a anarquia e a política de poder, o Racionalismo enfoca a sociedade e o direito internacional, e o Revolucionismo destaca o humanitarismo, os direitos humanos e a justiça humana. Os principais pontos para essa abordagem são a promoção e a preservação da ordem internacional. A responsabilidade para a manutenção da ordem entre os Estados pertence às grandes potências. Mas existe também a preocupação com a justiça, uma justiça comutativa que é a principal forma de justiça internacional. (JACKSON; SØRENSEN, 2007; MAGNOLI, 2013)

Sob outra perspectiva, a abordagem da Sociedade Internacional nos leva também ao estudo das escolhas morais na política externa, encaradas por políticos responsáveis. Dessa forma, Jackson e Sørensen (2007) e Magnoli (2013), discorrem que existem pelo menos três níveis ou dimensões distintas de responsabilidade que correspondem às três tradições de Wight, já mencionadas anteriormente. Elas são: a nacional, na qual os políticos são responsáveis pelo bem-estar de seus cidadãos e o único padrão fundamental de conduta que deveriam seguir em suas políticas externas é o do próprio interesse nacional. A segunda responsabilidade é a internacional que é uma concepção na qual o respeito pelos interesses legítimos, pelos direitos de outros Estados e pelo direito internacional são fundamentais. Essa concepção é uma visão normativa típica dos formuladores de política norte-americano, que consideram a Constituição dos Estados Unidos acima do direito internacional. E por último, a responsabilidade humanitária que afirma que os políticos são acima de tudo seres humanos, e sendo assim, têm a obrigação fundamental de respeitar os direitos humanos não só em seus países, mas em todo o mundo.

Ainda segundo Jackson e Sørensen (2007) e Magnoli (2013), sobre a abordagem da Sociedade Internacional, muitas críticas foram tecidas, em primeiro lugar, pelos realistas que acreditavam que não haviam evidências de normas internacionais como determinantes do comportamento e da política estatal. Os liberais, em segundo lugar, afirmaram que a Sociedade Internacional subestima a democracia enquanto política nacional e não consegue esclarecer a mudança progressiva na política internacional. Em terceiro lugar, temos a crítica da Economia Política Internacional que questiona o fato de a Sociedade Internacional ser incapaz de justificar as relações econômicas internacionais.

2.1.4 Economia Política Internacional

Da perspectiva das relações internacionais, segundo Jackson e Sørensen (2007), a Economia Política Internacional (EPI) estuda a relação entre política e economia. Para os autores, a EPI está direcionada para problemas de riqueza e pobreza e para questões de distribuição no sistema internacional.

Um mercado moderno se baseia em normas políticas (se não, seria um “mercado mafioso” fundamentado em ameaças, subornos e na força), isto é: regras e regulamentos políticos constituem uma estrutura na qual o mercado funciona. Ao mesmo tempo, a força econômica também é uma base importante para o mercado político. Se a economia é a busca da riqueza e a

política é a do poder, as duas interagem de modos complicados e surpreendentes. (Polanyi 1957; Gilpin 1987; 2001). Essa complexa interação entre a política e a economia, entre Estados e mercados, no contexto internacional, é a essência da EPI. (JACKSON; SØRENSEN, 2007, p. 242)

Para Castro (2012), a escola da Economia Política Internacional funde duas tradições acadêmicas, como o próprio nome sugere:

A escola da Economia Política Internacional (EPI), como a própria denominação já sugere, funde duas grandes trajetórias e tradições acadêmicas. Essa fusão tem gerado importantes contribuições para a investigação, sobretudo, da ideologia de seu poder no contexto abordado. A junção da tradição economicista com a politológica acarreta tratamento binomial indissociável aos focos primordiais da EPI: integração regional, relações econômico-comerciais, finanças internacionais, doutrinas e ideologias econômicas e organismos multilaterais desse segmento. (CASTRO, 2012, p. 360)

Não há motivos para classificar como correta quaisquer dessas argumentações acerca da EPI em relação a RI, o intuito, no entanto, é demonstrar que existe uma ligação entre ambos os assuntos, as relações internacionais e a Economia Política, e relatar que todas essas áreas, inclusive a política e a economia, estão interligadas.

Nos anos de 1950 e 1960, muitos acadêmicos de Relações Internacionais cometeram o equívoco de separar a economia da política e durante muito tempo esses dois temas foram considerados nas relações internacionais como dois campos totalmente diferentes com atividades qualitativamente diferentes estudadas com abordagens diferentes. Nos anos de 1970, a economia e a política internacionais passaram a ser questionadas se realmente deveriam ser estudadas separadamente.

De forma geral, as RI precisam ser capazes de compreender a relação que foi estabelecida como complexa, no decorrer dos anos, entre economia e política e entre Estados e mercados. E essa interação é o ponto chave da EPI, por isso, precisamos de meios teóricos diferentes para avaliar a conexão. Elencaremos então algumas teorias que fazem parte das EPI: Mercantilismo, Liberalismo econômico e Globalismo. Dentro do Globalismo discutiremos sobre o marxismo, teorias do Imperialismo e globalização e teoria dos sistemas-mundo.

O Mercantilismo está bastante ligado ao estabelecimento do Estado moderno soberano nos séculos XVI e XVII. Era a visão de mundo das elites políticas na vanguarda da construção do Estado moderno, que adotaram a abordagem de que a atividade econômica é e deve ser subordinada à finalidade principal de construir um Estado forte. A economia é um instrumento da política, uma base para o poder político.

Para Castro (2012), o Mercantilismo foi uma escola vigente da EPI entre os séculos XVI e meados do século XVIII.

Nesse contexto, o Mercantilismo utilizaria as práticas de balanças comerciais superavitárias por meio de pactos coloniais. A unilateralidade era uma marca patente do Mercantilismo que se baseava no bimetalismo (exploração das colônias de metais preciosos, em particular, ouro e prata). O lastro da moeda nacional das principais potências marítimas (Espanha, Inglaterra, França e Portugal) estava voltado para a acumulação dos metais preciosos. A opulência nacional se formava a partir do protecionismo e das práticas assimétricas de conquistas coloniais, da exploração e da manutenção de domínios ultramarinos. (Castro, 2012, p. 364)

Essas características citadas por Castro (2012), são determinantes para o pensamento mercantilista. Para estes pensadores, a Economia Internacional era uma arena de conflito entre interesses nacionais opostos em vez de uma área de cooperação e ganho mútuo. Os Estados precisavam se preocupar com ganhos econômicos relativos, porque a base do poder político-militar é a riqueza material acumulada por um país. Vale dizer que essa abordagem da EPI tem uma semelhança com o Neorrealismo, uma vez que, trata da competição entre Estados em um ambiente anárquico.

O Mercantilismo sustenta que a economia deve ser subordinada ao aumento do poder do Estado. Entretanto, o conteúdo das políticas recomendadas para essa finalidade foi mudando ao longo do tempo. Mercantilistas do século XVI observaram variadas tendências:

A Espanha se beneficiou do fornecimento de barras de ouro e prata originadas das Américas; a ponto de considerar a aquisição de barras de ouro o principal meio para o aumento da riqueza nacional. Quando a Holanda surgiu como o principal país da Europa, no entanto, sem adquirir diretamente as barras, mas em função de seus vastos impérios comerciais no exterior, os mercantilistas começaram a enfatizar os negócios e a criação de um excedente comercial, o maior possível, como caminho à prosperidade nacional. A partir do momento que a Grã-Bretanha obteve um papel importante na política mundial por meio da industrialização, os mercantilistas ressaltaram a necessidade dos países de se industrializarem como a melhor forma de adquirir poder nacional. (JACKSON; SØRENSEN, 2007, p. 242)

Embora se perceba que o Mercantilismo tenha sido mais sobrepujante nas potências à época, ele também se difundiu em nações mais atrasadas que a Grã-Bretanha, por exemplo, no desenvolvimento industrial. Essas nações sentiam uma ampla necessidade em alcançar o mesmo patamar das nações mais avançadas e de serem capazes de competir. A atualização econômica exigida por esses países não poderia ser deixada para o controle do mercado, por isso, se exigiu medidas políticas para proteger e incentivar a indústria local.

Em síntese, o Mercantilismo apresenta uma economia subordinada ao governo, a atividade econômica é vista como um impulso para o aumento do poder estatal, o Estado é responsável pela defesa e pelo interesse nacional, e governa por interesses econômicos privados, a riqueza e o poder podem ser considerado complementares, e a dependência econômica em relação a outros Estados deve ser evitada, suas indústrias ou atividades econômicas devem ser protegidas e a segurança é sempre prioritária em detrimento da economia. (MAGNOLI, 2013)

Para Jackson e Sørensen (2007), o Liberalismo econômico surgiu como uma crítica ao controle e à regulação das questões econômicas, dominantes durante o surgimento dos Estados nacionais do século XVI e XVII, ou seja, como crítica ao Mercantilismo. Os liberais econômicos rejeitaram teorias e ações que subordinavam a economia à política.

Durante o século XVIII, difundiu-se a doutrina do livre-comércio, cujos principais representantes são Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1722-1823). Smith é considerado o “pai da economia moderna” e o “pai do liberalismo econômico”. A doutrina liberal tem como base a ideia de que o mercado deve ser deixado por conta própria, e funcionará de forma espontânea.

A filosofia moral e econômica de Smith teve influência política significativa durante quase todo o século XIX, devido ao período de difusão da Revolução Industrial e da hegemonia britânica. Ricardo também teve muita influência nesse período, ficou conhecido por propor a Teoria das Vantagens Comparativas. O autor defendeu o livre comércio, ou seja, atividades comerciais realizadas além das fronteiras nacionais, e que essas atividades trariam benefícios a todos os participantes porque torna a especialização possível, aumentando a eficiência e a produtividade de uma economia.

Em síntese, os liberais econômicos defendem que a economia de mercado é uma esfera autônoma da sociedade que opera de acordo com suas próprias leis, na qual as trocas comerciais é um jogo de soma positivo e o mercado maximizará os lucros de todos que participarem do intercâmbio comercial. A economia é um espaço de cooperação entre os Estados assim como entre indivíduos. Portanto, a economia internacional tem como base o livre-comércio. O Liberalismo econômico foi tratado aqui de forma sintética, uma vez que, ele engloba uma importante parte das Teorias do Comércio Internacional que serão tratadas posteriormente. (CASTRO, 2012; (JATOBÁ; LESSA; OLIVEIRA, 2013; MAGNOLI, 2013; JACKSON; SØRENSEN, 2007).

O Globalismo denomina um conjunto de perspectivas teóricas influenciadas pelo materialismo histórico desenvolvido inicialmente pelo filósofo e economista alemão no século XIX, Karl Marx (1818-1883). Muitas vezes, ele é chamado de “marxismo”, mas adotaremos o primeiro nome devido ao fato de que existem pensadores nessa perspectiva globalista que são marxistas e não marxistas. Sob a maior ou menor influência do pensamento de Marx, é possível identificar a crítica ao Capitalismo, visto como uma forma particular da história da organização social humana, e, ainda que Marx, não tenha escrito propriamente sobre as relações internacionais, nem tenha produzido uma teoria do Estado, ele desenvolveu uma teoria que explicava as relações entre a exploração da classe proletária e a dimensão global do Capitalismo, marcadas pelas contradições do sistema capitalista. (JATOBÁ; LESSA; OLIVEIRA, 2013; JACKSON; SØRENSEN, 2007).

Vários precursores influenciaram a tradição Globalista das RI como Vladimir Lênin (1870-1924), Rudolph Hilferding (1877-1941), Rosa Luxemburgo (1871-1919) e Antonio Gramsci (1891-1937). Esses autores construíram suas obras na forma de crítica ou reformulação do pensamento Marxista, entretanto, esse fato não tira a importância consagrada de Marx sobre o Capitalismo. Para ele, o Capitalismo é uma formação histórica que resulta das relações de produção que ocorrem entre sujeitos, um modo de produção no qual ocorre a geração de riqueza envolvendo relações de poder entre as classes burguesas e o proletariado, nas quais, a classe burguesa explora a força de trabalho dos proletariados. (JATOBÁ; LESSA; OLIVEIRA, 2013)

Para Marx, a história não deve ser vista do prisma da ascensão e queda das cidades-Estado, impérios, Estados nacionais, ou qualquer outra unidade política similar, mas como a história da luta de classes. Nesse sentido, podemos dizer que a principal função do Estado é assegurar a estabilidade da ordem capitalista, permitindo a reprodução da acumulação de capital através da exploração dos trabalhadores pelos capitalistas. Porém, ao longo do tempo, a luta de classes vai se aprofundando pelo aumento da exploração, por meio do aumento da produtividade e do lucro capitalista, e não se observa o aumento da renda dos trabalhadores. (JATOBÁ; LESSA; OLIVEIRA, 2013)

O núcleo da abordagem Globalista está no Capitalismo enquanto uma forma material de vida, com relações de produções baseadas em fatores econômicos, mas que produzem efeitos em diversos compartimentos da vida social, como na política e na cultura. Para os globalistas, é preciso que haja uma abordagem histórica do

desenvolvimento do Capitalismo, onde todas as unidades da análise das relações internacionais como indivíduos, Estados e suas burocracias, sociedades e suas classes, devem ser interpretadas a partir de sua inserção nas estruturas desse sistema mundial, dentro do qual os comportamentos e as interações sociais ocorram. (JATOBÁ; LESSA; OLIVEIRA, 2013)

Já com relação às Teorias do Imperialismo, elas ganham destaque no debate inter paradigmático, devido ao fato de seus principais representantes terem escritos suas obras antes ou simultaneamente ao surgimento sistemática das relações internacionais, no princípio do século XX. Os teóricos imperialistas partem do pressuposto da Divisão Internacional do Trabalho hierárquica dentro do sistema capitalista, ou seja, a divisão entre regiões ou países, pobres e ricos, constituiu uma forma de apresentar a exploração econômica e a dominação política, contrariamente, a vertente liberal que destaca as relações de complementariedade, com as vantagens comparativas e benefícios mútuos do comércio internacional, ou até mesmo da visão realista, na qual as políticas imperialistas seriam expressão da balança de poder, ou seja, os Estados mais poderosos seriam favorecidos pela competição com as demais potências. Os teóricos do Imperialismo ainda buscam explicações sobre o poder militar a serviço da acumulação de capital, entre o século XIX e XX. (JATOBÁ; LESSA; OLIVEIRA, 2013; JACKSON; SØRENSEN, 2007)

Temos alguns pensadores que trouxeram contribuições ao Imperialismo como John Hobson (1858-1940) em seu *livro Imperialis: A Study*, no qual ele adota uma visão não determinista do fenômeno imperialista, pois para ele os investimentos no militarismo, na guerra ou na diplomacia inescrupulosa e arriscada resultaram de escolhas políticas e não a partir de determinismos econômicos ou naturais, e isso faz com que ele negue o Materialismo Histórico, tratando-o como um reducionismo econômico.

Para ele, as sociedades capitalistas do mundo desenvolvido, enfrentavam três problemas com a passagem do século XIX para o XX: a superprodução, o subconsumo por parte dos trabalhadores e as altas taxas de acumulação de capital pelos proprietários dos meios de produção. A solução foi buscar novos mercados consumidores e novas oportunidades de investimentos nos países do Terceiro Mundo ou mercados emergentes. A maioria dos autores o veem como um liberal. (JATOBÁ; LESSA; OLIVEIRA, 2013)

A principal obra de referência entre os teóricos marxistas do Imperialismo é o livro *Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*, de Vladimir Lênin, e para ele, o “Imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do Capitalismo em geral” e se fosse necessário definir o Imperialismo de forma breve “ele é o estágio monopolista do Capitalismo”. (LÊNIN, 2012, p. 124-125)

Para Lênin (2012), o Imperialismo é o Capitalismo no estágio de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, assim como, período em que a exportação de capitais adquiriu marcada importância e a partilha do mundo em trustes internacionais começou e a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes terminou. Ele explica ainda melhor incluindo cinco características fundamentais:

1)Concentração da produção e do capital alcançou um grau tão elevado de desenvolvimento que criou monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2)a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro”, da oligarquia financeira; 3)a exportação de capitais, diferentemente, da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4)a formação de associações internacionais monopolistas de capitais, que partilham o mundo entre si; 5)conclusão da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. (LÊNIN, 2012, p. 124)

Em resumo, a teoria Imperialista de Lênin tem como principal contribuição aos estudos marxistas o fato de considerar os Estados e suas relações internacionais como parte das contradições da expansão do Capitalismo. Para ele, as contradições de classe e estatais integram-se no Capitalismo financeiro monopolista, fase à qual deu o nome de “Imperialismo”.

Entretanto, durante um longo período, deixou-se esse conceito de lado e passou-se a utilizar Globalização, pois possui uma conotação menos coercitiva. Para alguns teóricos, a Globalização implica na ampliação dos poderes das forças capitalistas, na volatilidade do capital, principalmente o financeiro, e o poder disciplinador dos investidores sobre os Estados e as sociedades. (JATOBÁ; LESSA; OLIVEIRA, 2013)

Para Ianni (2014), a globalização do mundo expressa um novo ciclo de expansão do Capitalismo, tanto como um modo de produção, quanto como processo civilizatório de alcance mundial. Essa expansão global do Capitalismo tem como características a formação de vários sistemas econômicos regionais nos quais as economias nacionais se integram criando condições diferentes para a organização e

o desenvolvimento das atividades produtivas. E por isso, deve ser visto como um vasto e complexo processo que engloba o local, o nacional, o regional e o mundial, a cidade e o campo, os diferentes setores produtivos, as diversas forças produtivas e as relações de produção, compreende simultaneamente, colonialismos e Imperialismos, interdependências e dependências, nova divisão do trabalho, multilateralismo e transnacionalismo, alianças estratégicas e rede de comunicações, cidades globais e tecnoestruturas globais.

Outra teoria importante, é a Teoria de Sistema-mundo que tem como principal representante, Immanuel Wallerstein (1930-2019). Sua abordagem histórica e estrutural do Capitalismo apresenta uma série de conceitos e argumentos associados às relações internacionais, embora não se defina de modo convencional simplesmente como relações entre Estados ou como o estudo do sistema internacional.

O ponto principal da teoria está nos padrões de dominação e na rede de relações econômicas entre as sociedades, não na estrutura do sistema internacional de Estados. A teoria traça uma evolução do sistema capitalista diferenciando áreas periféricas e centrais, demonstrando as raízes do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Para ele, o sistema de Estados é apenas uma estrutura institucional, ou plano de análise entre as diversas outras dimensões que se integram e constituem o sistema-mundo moderno. (JATOBÁ; LESSA; OLIVEIRA, 2013)

A primeira discussão que destacamos é no diferencial entre “economia mundo” e “economia mundial”. Economia mundial implica na existência de uma série de economias de escopo nacional, as quais mantêm limitados vínculos comerciais entre si e ao somar esses contatos temos a economia internacional. Esses contatos se expandiram durante o século XX e deram origem à noção de economia mundial globalizada devido ao aprofundamento dos vínculos entre as economias nacionais. (MAGNOLI, 2013)

Porém, o conceito que realmente interessa na teoria de Wallerstein é o de “economia mundo”. Fernand Braudel é o pai da expressão e das ideias relacionadas e para ele, “envolve apenas um fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica”. (BRAUDEL, 1996)

Essa unidade orgânica é a economia-mundo, sendo que seu núcleo do século XVI correspondeu, primeiramente, às cidades italianas, mas transferiu-se para a

Europa. No núcleo, encontravam-se atividades complexas e diversificadas, como finanças, as manufaturas têxteis, e a construção naval. Empreendedores locais associados ao poder estatal, controlavam o comércio internacional. (MAGNOLI, 2013)

Vale ressaltar, que as ideias de “sistema-mundo” e “economia-mundo” foram elaboradas pelo historiador francês Fernand Braudel (1902-1985), mas foi a partir de sua assimilação por autores como Wallerstein, Christopher Chase-Dunn, Craig Murphy e Giovanni Arrighi, entre tantos outros, que esses conceitos foram incorporados às discussões teóricas do RI.

Para os teóricos do Sistema-mundo, o conceito de “sistema internacional”, conforme é definido tradicionalmente na TRI, é apenas uma dimensão ou nível de análise do que constitui o mundo moderno. A análise da geopolítica só poder ser realizada no contexto de funcionamento do sistema-mundo moderno como um todo e, além disso, dentro de sua trajetória histórica particular. (JATOBÁ; LESSA; OLIVEIRA, 2013)

Os comportamentos dos Estados são condicionados de acordo com a oposição que ocupam na DTI e para Wallerstein, os Estados são considerados como empregados do sistema capitalista. Nessa vertente teórica, se constata uma articulação funcional entre o Capitalismo e as superestruturas políticas do Estado e do sistema internacional. E por esse fato, os globalistas têm contribuído em termos de produção histórica dessas superestruturas como formas sociais modernas, mas articuladas ao desenvolvimento do sistema-mundo capitalista. (JATOBÁ; LESSA; OLIVEIRA, 2013)

Giovanni Arrighi (1937-2009) é outro expoente dessa vertente. Em seu livro *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*, reflete sobre a existência de uma convergência ou afinidade eletiva entre o desenvolvimento do Capitalismo no norte da Itália, a partir do século XIV, e o surgimento de um sistema de unidas territoriais soberanas, com princípios e regras estabelecidos mediante a interação dos agentes territoriais e capitalistas. Isso reflete no que ele chama de deslocamento de centros de poder, pois é por meio dessa lógica de acumulação atrelada à Teoria dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação, que os centros de poder econômico mundial se deslocam no decorrer dos séculos, por meio de uma rede de produção, comércio e poder. E é através dessa lógica que ele sugere a existência de quatro ciclos de acumulação.

Quadro 03 – Os Ciclos Sistêmicos de Acumulação e suas particularidades

CICLO SISTÊMICO DE ACUMULAÇÃO	PERÍODO	ASPECTO PRINCIPAL
GENOVÊS	Século XV ao início do século XVII	Acirramento da concorrência entre cidades-estados italianas, com destaque para Gênova
HOLANDÊS	Fim do século XVI e o do século XVIII	Amsterdã tornou-se centro mundial de armazenagem de mercadorias europeias, asiáticas e americana
BRITÂNICO	Meados do século XVIII ao início do século XX	A <i>Pax Britannica</i> articulou as finanças, o comércio e a produção industrial
NORTE AMERICANO	Desde o final do século XIX, início do século XX, até o presente	Hegemonia norte-americana atuou como uma empresa capitalista moderna

Fonte: elaborado pela autora com base em ARRIGHI (1996) e MAGNOLI (2013).

Arrighi (1996) caracteriza essa primeira fase do ciclo sistêmico de capital afirmando que existe um processo de capital que provinha do comércio à longa distância, mas não só desse comércio, também da administração do equilíbrio de poder, da comercialização realizada por meio da guerra e por meio do desenvolvimento da diplomacia, e todos esses pontos reunidos foram responsáveis por promover uma extraordinária concentração de riqueza e poder nas mãos das oligarquias que dominavam as cidades-Estados do norte da Itália.

Entretanto, a expansão financeira que ocorreu entre o século XVI e o XVII refletiu em uma ruptura desse ciclo sistêmico, declinando o ciclo genovês e iniciando o ciclo holandês. Esse ciclo ocorre entre o século XVI e o século XVIII. Com o ciclo holandês, o polo da economia-mundo se deslocou para a Europa. As Províncias Unidas estabeleceram sua hegemonia comercial e financeira mediante o controle dos fluxos de mercadorias do Báltico. Mas o auge de seu poder se deu no período do comércio transoceânico. Amsterdã se tornou o centro de armazenagem de mercadorias, e o comércio e as finanças se complementaram. A estratégia consistia em comprar produtos a preço baixo oferecendo pagamento à vista, e revender a preço elevado utilizando sua capacidade de armazenagem.

O ciclo britânico começou em meados do século XVIII até o início do século XX, sob as estruturas do Capitalismo comercial, mas só se consolidou com o advento do Capitalismo industrial, que a partir do qual a Grã-Bretanha assumiu o controle das grandes rotas do comércio transoceânico.

As principais empresas capitalistas dos ciclos genovês e holandês engajavam-se tipicamente no comércio a longa distância e nas altas finanças

(...). No ciclo britânico, em contraste, a acumulação de capital passou a se basear em empresas capitalistas que estavam profundamente envolvidas na organização e racionalização dos processos de produção. (ARRIGHI, 1996, p. 182)

Já o último ciclo começou nas últimas décadas do século XIX, mas só atingiu seu apogeu com as duas grandes guerras do século XX e a transição que ocorreu do padrão ouro para o padrão dólar, em Bretton Woods, que consolidou a hegemonia americana. Com a primeira grande guerra, a demanda britânica por armamentos, matérias-primas e bens de capital foi suprida, principalmente, pelos Estados Unidos. No pós-guerra, a conta corrente estadunidense registrava um saldo positivo maior que o da Balança Comercial e a reserva nacional de ouro correspondia a cerca de 70% das reservas globais sendo que a demanda por dólares na Europa alicerçou o padrão dólar. O Capitalismo americano teve como suporte, desde o início, o mercado interno, que proporcionou a rápida constituição de grandes empresas.

Depois de apresentar esses aspectos, podemos dizer que, de forma geral, a Economia Política Internacional tem como foco questões de riqueza e pobreza, problemas do desenvolvimento e a mudança da condição de Estado soberano de um modo muito direto, a guerra e paz, os conflitos violentos que ocorrem dentro dos Estados, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento.

Souza (2014, p. 5) explica que a Economia Política Internacional estuda as relações produtivas entre as nações e essas relações produtivas, de caráter internacional, são, na verdade, abstrações das relações sociais de produção e o pensamento econômico consolidou a convenção de que essas relações se dão entre países, como se eles fossem capazes de trocar fatores produtivos entre si, e não as pessoas.

O autor ainda divide em ramos os diversos tipos de problemas que podem ser estudados a partir da perspectiva da EPI e esses ramos serão apresentados a seguir no Quadro 4, assim como suas respectivas abordagens.

Quadro 04 – Ramos da Economia Política Internacional

COMÉRCIO INTERNACIONAL	POLÍTICAS MACROECONÔMICAS	FINANÇAS INTERNACIONAIS	BLOCOS ECONÔMICOS	MERCADOS INTERNACIONAIS
ABORDAGENS				
Aborda questões referentes ao tipo de intervenção de política econômica e à interação do "setor externo" com a dinâmica própria de uma economia	Estuda os modelos macroeconômicos de crescimento, estabilização e mudança estrutural de uma economia do seu lado real (ativos físicos e fatores produtivos) e monetário (ativos financeiros e mercado de liquidez)	Aborda especialmente a conta de investimentos do Balanço de Pagamentos; modelos de investimentos adotados pelo mercado financeiro;	Aborda os impactos dos grupos e bloco econômicos internacionais e seus impactos geopolíticos na economia de cada país e do mundo	Estuda os mercados internacionais em diferentes situações de concorrência e escalas de produção

Fonte: elaborado pela autora com base em SOUZA (2014, p. 15-16)

Um dos ramos essenciais para dar prosseguimento ao próximo tópico deste capítulo em questão é o “comércio internacional”, pois é a partir dele que elucidaremos as Teorias que fazem parte do corpo teórico da Economia Internacional enquanto uma disciplina presente nas Ciências Econômicas.

É pertinente dizer que o intuito deste capítulo não é esgotar todo o conteúdo referente às teorias das Relações Internacionais, mas sim, apresentar as teorias do RI de modo equivalente, por meio de uma abordagem ampla de detalhes, de forma a não consagrar nenhuma dessas teorias como dominantes. A ideia principal foi nos dar base para a abordagem do ponto que se seguirá acerca das teorias do comércio, e por último, nos ajudará no entendimento do objeto de estudo que é a relação estabelecida entre Brasil e China.

2.2 Teorias do Comércio Internacional (TCI)

Uma das questões preliminares mais importante para a apresentação deste capítulo, e para a pesquisa em geral, é a definição de comércio internacional. De forma geral, o comércio internacional é estabelecido entre países, pressupõe troca ou intercâmbio de produtos/bens e serviços, fatores de trabalho que são resultantes das especializações de cada país, de acordo com o que ficou conhecido como Divisão Internacional do Trabalho (DTI).

A partir disso, é possível que surja a seguinte pergunta: quais as razões que levam as nações a estabelecerem relações comerciais entre si? Quais os efeitos desse processo? Essa pergunta busca ser respondida pelas TCI.

É importante enfatizar que utilizamos como base de referência sobre essas teorias alguns autores que são considerados chaves no estudo das Teoria do Comércio Internacional, destacando também o período em que apresentaram seus estudos: Sarquis (2011), Magnoli; Serapião Jr. (2006), Rainelli (2004), Gonçalves et al. (1998; 2005) e a Kindleberger (1968).

O argumento básico e eixo estruturante desse panorama é que não existe uma teoria unificada do comércio internacional e isso se deve ao fato da complexidade dos temas e da influência das diversas variáveis heterogêneas, e por isso é importante considerarmos um balanço diferente dos diferentes enfoques teóricos que existem no ínterim do comércio internacional.

As Teorias do Comércio Internacional, segundo Sarquis (2011) podem ser divididas em teorias tradicionais (Teorias Tradicionais das Vantagens Comparativas) e as novas teorias do comércio. As teorias tradicionais ainda podem perpassar por uma segunda subdivisão, ou seja, podem ser divididas em clássicas e neoclássicas.

As Teorias Clássicas, também chamadas de “Teoria Pura do Comércio Internacional” são direcionadas para a escola clássica da Economia Política, com destaque para os teóricos, Adam Smith e David Ricardo. Já as Teorias Neoclássicas podem ser analisadas a partir do modelo de Heckscher-Ohlin, também conhecido como a Teoria das Proporções dos Fatores de Produção, desenvolvido por dois economistas suecos, Eli Heckscher (1879-1952) e Bertil Ohlin (1899-1979).

Antes de analisarmos as teorias do comércio, é necessário situar no tempo os pensadores que serão apresentados por meio dessas teorias. O contexto através do qual abriremos a discussão é o Mercantilismo, que segundo Heckscher (1994, p. 20) “é uma fase na história da política econômica⁶” preocupado com “a riqueza simplesmente como base no poder de Estado⁷”.

Outra característica importante do Mercantilismo é o seu caráter protecionista que segundo Heckscher, “o Mercantilismo como sistema protecionista tem um complemento importante na esfera monetária (...). A conexão entre dinheiro e bens

6 Do original: “it is a phase in the history of economic policy”. Heckscher (1994, p. 20, tradução nossa)

7 Do original: “(...) in so far as mercantilism was concerned with wealth simply as a basis for state power (...)”. Heckscher (1994, p. 25, tradução nossa)

na concepção mercantilista da economia estava representada na teoria da Balança Comercial". Sendo assim "Ideias sobre a Balança Comercial e o significado do dinheiro sem dúvida ocupam uma posição central no Mercantilismo". (HECKSCHER, 1994, p. 26⁸)

De acordo com Gonçalves et al.(1998, p. 6), o Mercantilismo como sistema econômico, é uma reação à ordem medieval, contrariando o poder local do nobre rural ou da cidade livre, e ao poder universal, supranacional da Igreja católica e de seu aliado temporal, o imperador do Sacro Império Romano-Germânico. A política comercial mercantilista reforça o poder do monarca absoluto, defende a unificação econômica, jurídica e administrativa nacional, sustenta a necessidade de se reforçar o poder nacional para permitir a sobrevivência do Estado-nação contra ameaças externas. "Nacionalismo e absolutismo são, portanto, as contrapartidas políticas do Mercantilismo".

De forma geral, o Mercantilismo é uma doutrina econômica que caracteriza o período histórico da Revolução Comercial durante os séculos XVI e XVIII, e pode ser caracterizada por alguns fatos históricos importantes como a desintegração do regime feudal e formação dos Estados Nacionais.

Os princípios básicos do Mercantilismo se apoiam no Estado que deve garantir o bem-estar da nação, assim como, a riqueza da economia nacional no Mercantilismo depende do aumento da população e do aumento do volume de metais preciosos no país; outro princípio é que o comércio exterior deve ser estimulado através de uma Balança Comercial favorável; e por último, o comércio e a indústria são mais importantes para a economia nacional que a agricultura.

Gonçalves et al. (1998, p. 6) ainda discorre sobre alguns pontos que formam a caracterização do Mercantilismo enquanto o ponto de partida de uma agenda de pesquisa que culminaria no pensamento clássico. A partir disso, o Mercantilismo implica formulação de políticas nacionais pela ação política do Estado e como fundamento da consolidação do poder nacional. A riqueza só interessa como fonte de poder do Estado, a partir da qual os mercantilistas passam a investigar a origem dessa

8 Do original: Mercantilism as a protectionist system has an important complement in the monetary sphere (...). The connection between money and goods in the mercantilist conception of the economy was represented in the trade balance theory. (...) Ideas about the trade balance and the meaning of money undoubtedly occupies a central position in mercantilism. (HECKSCHER, 1994, p. 26, tradução nossa)

riqueza e formas de garanti-las. Existem preocupações concernentes ao papel da moeda e sobre a riqueza das nações.

No Mercantilismo a relação que existe entre política monetária e política comercial é essencial, uma vez que determina a natureza das políticas econômicas desse período. Para eles, o dinheiro seria uma terminologia moderna e era visto enquanto fator de produção, e se considerava a existência de uma “riqueza artificial”, em oposição a terra, que seria uma “riqueza natural”.

Portanto, de forma geral, o Mercantilismo foi uma doutrina que prevaleceu durante os séculos XVII e XVIII, isto é, durante o desenvolvimento do estado nacional moderno, por isso é possível destacar muitas características modernas como o fato de ser altamente nacionalista, buscava o bem-estar da própria nação como importância primordial, favorecia a regulamentação e o planejamento da atividade econômica como um meio eficiente de estabelecer as metas da nação e, geralmente, via o comércio exterior com desconfiança. (SÖDERSTEN, 1979, p. 13)

Dito isto, podemos começar a analisar os teóricos que inauguram a discussão acerca do campo da economia internacional. O primeiro que destacamos é David Hume (1711-1776), que segundo Gonçalves et al. (1998) e Paula (2020), cuja influência para o pensamento econômico, como o fundador do Iluminismo Escocês, e para a área de economia internacional, não pode ser subestimada, já que se pode considerá-lo como o primeiro defensor do livre comércio, e no campo da economia internacional pode ser considerado como o primeiro economista moderno com escritos que eram contrários às ideias mercantilistas.

Hume foi um filósofo escocês e o maior representante do Ceticismo do século XVIII. Adam Smith, considerado o fundador da Ciência Econômica, também foi muito influenciado por ele. Nas obras filosóficas de Hume, estão desenvolvidas algumas das teses fundamentais do Liberalismo, como, por exemplo, a de que a propriedade não é um direito natural e seu primeiro fundamento é o trabalho. As ideias exclusivamente econômicas estão em oito ensaios que fazem parte do *Political Discourses* (Discursos Políticos) de 1752. Essa obra faz parte da sua obra *Ensaio Morais, Políticos e Literários* (1742), lançada posteriormente. (GONÇALVES et al., 1998; PAULA, 2020)

De acordo com Gonçalves et al. (1998) sem pormenorizar, em *Discursos Políticos*, Hume trata dos problemas do comércio exterior, atacando a tese central do Mercantilismo (de que a riqueza privada é o fundamento da riqueza pública) e

mostrando que os comerciantes e donos de manufaturas absorvem recursos que poderiam servir ao fortalecimento do Estado.

Hume procura mostrar que o comércio exterior exerce o papel de fornecedor do estímulo inicial à indústria, com o que aumenta o número de empregos, a demanda interna e a riqueza da nação. Passada essa fase inicial, no entanto, o comércio exterior deixaria de ser essencial ao desenvolvimento da indústria, tornando-se um mal que deveria ser combatido, pois as pessoas ricas causariam um crescimento ilimitado da demanda interna.

O Mercantilismo é também atacado quando defende que a abundância de moeda (trazida pelo comércio exterior) não é a causa da baixa nas taxas de juros, pois estas dependeriam dos lucros no comércio e na indústria, tese posteriormente retomada por Smith e Ricardo.

Gonçalves et al. (1998), discorrem que a tese de Hume, conhecida pelo nome em inglês *specie flow-price hypothesis* (hipótese do preço-fluxo de metais preciosos), propõe que um superávit comercial continuado não é possível e nem desejado. Assim como os mercantilistas, acreditava que um superávit comercial levaria necessariamente à transferência de metais preciosos ou moedas metálicas do país deficitário para o país superavitário.

Mas diferentemente dos mercantilistas, Hume acreditava que essa transferência culminaria não no crescimento da riqueza de um país, e sim ao crescimento dos produtos produzidos domesticamente. Esse aumento do nível doméstico de preço teria como consequência o aumento do preço das exportações desse país em relação ao resto do mundo, reduzindo a demanda delas no exterior.

A teoria desenvolvida por Hume, foi basilar nos estudos do sistema monetário do padrão ouro. Os princípios do livre-cambismo, posteriormente, desenvolvidos por Smith e Ricardo, combinaram-se com a hipótese do *specie flow-price hypothesis* para a criação de uma nova ordem econômica internacional.

Esta ordem tinha por objetivo ser liberal, politicamente simétrica, impessoal, com mecanismo de ajuste automático, dependendo apenas da flexibilidade dos preços domésticos e do crescimento da produção internacional de ouro para determinar os níveis domésticos de preço e equilíbrio nas balanças comerciais de todos os países europeus.

2.2.1 Teorias Clássicas do Comércio

Foi nesse contexto que a Economia clássica inglesa se desenvolveu com Smith e Ricardo com princípios contrários ao estabelecido pela doutrina mercantilista:

A Economia clássica na Inglaterra nada mais era que o florescimento do Liberalismo e do Iluminismo – de uma filosofia que destacava a importância dos indivíduos e via a nação como nada mais que a soma de seus habitantes. Para Smith, como Ricardo, o objeto supremo da Economia era o consumidor. E qualquer coisa que aumentasse o consumo ou usando a pitoresca expressão de Ricardo “a soma das satisfações”, deveria ser vista favoravelmente. (SÖDERSTEN, 1979, p. 13)

Adam Smith, assim como Hume, foi um filósofo do empirismo inglês. Sua obra *Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações* de 1776, é considerada a obra seminal da Escola Clássica da Economia Política. O tema central da obra é o comércio internacional e inclusive se destaca pelo nome do livro, sendo também uma das questões essenciais para os mercantilistas, os quais, assim como Hume, Smith questionava. (GONÇALVES et al., 1998)

Gonçalves et al. (1998) afirmam que para Smith, a riqueza das nações é o resultado do aumento da produtividade do trabalho como consequência da divisão do trabalho, e a divisão do trabalho é o resultado da propensão humana em trocar, negociar e vender um produto em troca de outro. No entanto, essa divisão do trabalho é limitada pela extensão do mercado, uma vez que, o comércio internacional aumenta o mercado para os produtos produzidos domesticamente, isso aprofunda a divisão do trabalho contribuindo para o aumento da riqueza das nações. Assim, é por meio do comércio internacional que um país exporta mercadorias que consegue produzir de forma mais barata ou com o custo menos que os demais países e importa aquelas que produz mais caro, produzindo mais dos produtos que faz com eficiência e consumindo mais produtos do que seria capaz na ausência do comércio internacional.

Destacamos ainda a sua teoria principal no campo da economia internacional, a Teoria das Vantagens Absolutas (TVA). A Teoria das Vantagens Absolutas é a possibilidade de um país produzir um bem com menor emprego de trabalho do que o resto do mundo, trabalho esse que seria, para a Economia Política Clássica o único fato de produção. Ou seja, para Smith, o comércio internacional seria possível somente quando o tempo de trabalho necessário para produzir pelo menos um produto fosse inferior àquele tempo de trabalho no exterior. (GONÇALVES et al., 1998)

Para melhor elucidar a teoria de Smith, utilizaremos o exemplo de Kindleberger (1968), e temos que, ao considerarmos dois países e duas mercadorias, se um determinado país produz uma mercadoria a um preço mais baixo, ou seja, se essa mercadoria possuir menos trabalho incorporado que a outra, cada um desses países terá uma vantagem sobre o outro na produção de duas mercadorias. Logo, cada país poderá exportar a mercadoria em que tem vantagem e importar aquela em que tem desvantagem.

Quadro 05 – Exemplo da Teoria das Vantagens Absolutas (TVA)

Produção de um homem por semana

Produto	EUA	Inglaterra
Trigo	6 <i>blushels</i>	3 <i>blushels</i>
Tecido	3 jardas	6 jardas

Fonte: elaborado pela autora com base em Kindleberger (1968, p. 103)

Temos, de acordo com o quadro acima, que o trigo nos Estados Unidos é produzido com o custo mais baixo e o mesmo ocorre com o tecido na Inglaterra. Dessa forma, os Estados Unidos têm uma vantagem absoluta no trigo e uma desvantagem absoluta no tecido. Por isso os Estados Unidos exportarão trigo e importarão tecido, conforme os valores numéricos dados, a razão de uma jarda de tecido por um *bushe*l de trigo.

Entretanto, outro exemplo é pertinente para análise. Suponhamos que o conteúdo do trabalho do trigo e do tecido seja menor nos Estados Unidos do que na Inglaterra e também que em lugar de apenas 3 jardas por semana, um homem nos Estados Unidos possa produzir 10 jardas, dessa forma:

Quadra 06 – Exemplo da Teoria das Vantagens Comparativas (TVC)

Produção de um homem por semana

Produto	EUA	Inglaterra
Trigo	6 <i>blushels</i>	2 <i>blushels</i>
Tecido	10 jardas	6 jardas

Fonte: elaborado pela autora com base em Kindleberger (1968, p. 103)

No exemplo acima, o conteúdo do trabalho do trigo e do tecido é maior nos Estados Unidos do que na Inglaterra e por isso o trabalho é mais eficiente, assim como os salários mais elevados. Nesse caso, o comércio não pode se regular pela vantagem absoluta e devido a esse fato é necessário um novo princípio, este foi formulado pelo teórico David Ricardo, e denomina-se Teoria das Vantagens Comparativas (TVC). Nesse exemplo é conclusivo que os EUA possuem condição de exportar trigo e importar tecido, embora possa produzir ambas as mercadorias com mais eficiência que a Inglaterra. (KINDLEBERGER, 1968, p. 103)

Ricardo observou que em casos semelhantes aos exemplos apresentados, ainda que os Estados Unidos tivessem uma vantagem absoluta sobre a Inglaterra tanto em trigo quanto em tecido, a vantagem era maior nos EUA que na Inglaterra. Por isso, chegou à conclusão de que mesmo que os países exportassem a mercadoria que possuísssem mais vantagem, nesse caso, vantagem comparativa, e importassem as mercadorias nas quais a vantagem fosse menor, possuiriam uma desvantagem comparativa.

Dito isto, as principais teorias do comércio internacional de bens se baseiam no princípio da vantagem comparativa, segundo a qual, as trocas nacionais de bens são resultantes de diferenças entre os países em termos de preços relativos, os quais estão associados aos custos relativos de produção, essa relação direta que existe entre preços e custos relativos, tem como premissas a inexistência de custos de transportes, barreiras comerciais, tributação, dentre outros fatores que causam diferenças entre custos e preços relativos no sistema econômico internacional. A vantagem comparativa apresenta o diferencial de custos relativos de produção de dois produtos entre dois países, a primeira é a de custos relativos de produção de dois bens em um determinado país e a segunda é a comparação dos custos relativos entre dois países. (GONÇALVES, 2005, p. 97)

Vale dizer, que David Ricardo foi um economista inglês de origem judaica, e introduziu o conceito de vantagens comparativas no início do século XIX, conhecida ainda como o modelo ricardiano ou teoria dos custos comparativos. Ricardo foi filho de comerciante e cresceu no mundo dos negócios, depois tornou-se operador na Bolsa de Valores de Londres e possuiu familiaridade com as finanças do Capitalismo ainda jovem. (MAGNOLI; SERAPIÃO JR., 2006)

Na origem do princípio da vantagem comparativa está o modelo de David Ricardo, cuja obra de maior destaque é o livro *Sobre os Princípios da Economia*

Política e da Tributação de 1817. O modelo ricardiano de comércio internacional é baseado na teoria clássica do valor trabalho. Nesse modelo, os custos comparativos são determinados pela produtividade relativa do trabalho. A produtividade é a quantidade de produção por trabalhador. Variações nessa produtividade entre os países adviriam principalmente de diferenças tecnológicas entre eles. Assim, técnicas mais eficazes implicam maior produtividade e menor custo de produção. (GONÇALVES, 2005, p. 98)

A análise ricardiana começa com a crítica do princípio das vantagens absolutas de Adam Smith, ou seja, de que o comércio internacional é determinado por diferenças absolutas na produtividade do trabalho e, portanto, diferenças nos custos e preços absolutos.

Em seu modelo, Ricardo supõe que as funções de produção são diferentes entre países e que elas apresentam retornos constantes de escala. A função de produção é dada pela tecnologia disponível e expressa quanto é gerado de um produto com uma quantidade dada de fatores de produção (trabalho, capital e terra). A técnica de produção mais eficiente é aquela que gera o menor custo unitário de produção. No modelo clássico supõe-se que o fator básico de produção é o trabalho. Assim, para produzir uma quantidade X de um bem é necessário um número Y de horas de trabalho. Os retornos constantes de escala significam que para dobrar a quantidade produzida do bem é necessário duplicar a quantidade utilizada de trabalhadores. (GONÇALVES, 2005, p. 99)

No modelo ricardiano o comércio é dado pelo diferencial de preços relativos dos países. Esse diferencial é explicado pelo fato de cada país ter acesso a uma tecnologia de produção mais eficiente. Assim, o país que tem a tecnologia mais eficiente é o que tem vantagem comparativa. Como no modelo clássico há um único fator de produção (trabalho), o determinante do comércio é a produtividade do trabalho. O custo unitário é, então, medido em termos de quantidade do fator trabalho (homens/hora). (GONÇALVES, 2005, p. 99)

Como regra geral, qualquer país tenderá a exportar produtos nos quais tenha vantagem comparativa, ou seja, seus custos relativos são menores. O país importa produtos nos quais tenha desvantagem comparativa, que é quando seus custos relativos são maiores do que os custos relativos de outros países.

O problema teórico básico é, por conseguinte, a explicação dos determinantes das diferenças de custos relativos entre os países, ou seja, dos determinantes da

vantagem comparativa. O princípio da vantagem comparativa significa focar os determinantes do comércio internacional pelo lado da oferta (custos de produção). Entretanto, o papel da demanda também é importante na medida em que ela afeta a determinação dos preços relativos.

Contudo, de acordo com o modelo, países que estão em níveis distintos de produtividade do trabalho e em indústrias também diferentes, especializam-se na produção de mercadorias em que são mais produtivos. Os ganhos do comércio são realizados com a especialização e o comércio se forma como uma produção indireta e mais eficiente, e aumenta as possibilidades de consumo. (MAGNOLI; SERAPIÃO JR., 2006)

Os ganhos de comércio podem ser demonstrados de duas formas: a primeira é pensar no comércio como um método indireto de produção e a segunda é pensar como o comércio afeta as possibilidades de consumo de cada país. (KRUGMAN; OBSTFELD; MELITZ, 2015)

No primeiro, consideramos dois países, onde o país A poderia produzir vinho diretamente, mas o comércio com o país B permite que ele “produza” vinho produzindo queijo e trocando o queijo por vinho. Esse exemplo nos mostra que o país A em vez de levar duas horas de trabalho para produzir um galão de vinho, ele usa essa mão de obra para produzir um quilo de queijo e trocar esse queijo por dois galões de vinho.

A segunda maneira, nos diz que na ausência de comércio, as possibilidades de consumo são iguais às da produção. No entanto, ao existir comércio, cada país pode consumir uma mistura diferente de queijo e vinho da mistura que produz, ampliando assim a prosperidade dos moradores de cada país.

Gonçalves et al. (1998), resumiram de forma sintética as premissas do modelo de vantagens comparativas e isso nos permite compreender as limitações da aplicação dessa abordagem. Primeiro, o modelo pressupõe o comércio entre dois países com dois produtos. Porém, essa premissa, é facilmente descartável. A segunda premissa nos informa que só existe um fator de produção, o trabalho. Porém, esse fator de trabalho é completamente móvel em território nacional e imóvel no âmbito internacional.

A terceira, diz respeito, ao uso de tecnologias em diferentes países, que só é possível para países com diferentes estruturas de preços relativos. A quarta premissa, é que a Balança Comercial está sempre equilibrada e o custo de transportes é zero. Por fim, esse modelo foi formulado considerando-se a estrutura de produção de pelo

menos dois países. E que de acordo com o modelo, mais comércio é melhor que menos comércio, o que não implica, necessariamente, em livre comércio.

É importante um exemplo pragmático de como pode acontecer ou ocorreu a teoria das vantagens comparativas:

O conceito de vantagens comparativas pode ser aplicado indistintamente em uma ordem internacional liberal ou em um mundo de economias planificadas. Por exemplo, o comércio exterior entre Cuba e a ex-União Soviética, durante os anos da Guerra Fria, pautava-se pela troca do açúcar cubano pelos manufaturados soviéticos. Esta estrutura de comércio entre esses dois países, que não se pautavam por sinais de mercado, pode ser perfeitamente explicada por vantagens comparativas, isto é, por custos diferenciados para a produção de mercadorias distintas. (GONÇALVES et al., 1998, p. 16)

De forma geral, podemos analisar algumas suposições levantadas pelos clássicos e que foram apresentadas por Södersten (1979, p: 5): (a) os economistas clássicos viram o trabalho como o único fator de produção e disseram que diferentes produtividades do trabalho entre países causam o comércio; (b) os economistas clássicos afirmam que assim que as condições de custo diferissem entre os dois países, pelo menos um, e provavelmente ambos, ganhariam por comerciarem; (c) os economistas clássicos supuseram que os fatores de produção fossem totalmente móveis dentro dos países, mas estático entre países; d) os economistas clássicos acreditavam que o comércio será benéfico para todos os países nele envolvidos.

Alguns autores como (KRUGMAN; OBSTFELD; MELITZ, 2015; MAGNOLI, SERAPIÃO JR., 2006) costumam analisar os mitos ou equívocos por trás do modelo da TVC. O primeiro equívoco, dessa forma, é com relação ao comércio ser benéfico apenas se um país suficientemente forte for para enfrentar a concorrência internacional. Esse mito implica nos ganhos de comércio, os quais, Ricardo afirmava que, aconteciam com vantagens comparativas e não absolutas. Isto é, um país pode não produzir nenhuma mercadoria mais eficientemente do que os demais e não ter, vantagem absoluta em nenhum produto.

Mas, mesmo tendo produtividade do trabalho inferior em um determinado produto X, o país pode pagar salário mais baixos, obtendo vantagem comparativa no produto X em relação a outro país com produtividade maior nesse produto, mas com salários mais altos. Dessa forma, os dois países podem ganhar com o comércio.

Krugman; Obstfeld; Melitz, (2015, p. 31) corroboram sobre a taxa salarial nacional: “a vantagem competitiva de uma indústria depende não só da sua produtividade em relação à indústria estrangeira, mas também da taxa salarial

doméstica em relação à taxa salarial estrangeira” e complementam com um exemplo pragmático desse mito:

Da mesma forma, no mundo real, Portugal tem baixa produtividade em produzir, por exemplo, vestuário, em comparação com os Estados Unidos, mas como a desvantagem de produtividade de Portugal é ainda maior em outras indústrias, o país paga salários baixos o bastante para ter uma vantagem comparativa na indústria de roupas sobre os Estados Unidos. (KRUGMAN; OBSTFELD; MELITZ, 2015, p. 31)

O segundo equívoco está relacionado com a competição internacional ser injusta e danosa para outros países quando baseada em baixos salários e é um dos argumentos que é repetido pelos sindicatos de países ricos, algumas vezes chamado de “argumento da mão de obra pobre”, e se refere a não poder competir com países com indústrias de menor produtividade, mas que pagam salários mais baixos. (KRUGMAN; OBSTFELD; MELITZ, 2015; MAGNOLI, SERAPIÃO JR., 2006)

Temos como o exemplo o seguinte: se um país A é menos eficiente no produto X e no Y em relação a um país B, a única forma de A vender para B é pagando salários mais baixos na produção de X ou Y. Os dois países lucram com esse comércio devido ao fato de que B comprará produto de X ou Y mais barato do que se fosse responsável por sua fabricação, e venderá para alguém seu produto X ou Y, adquirindo recursos para importar outras mercadorias de sua necessidade. (SERAPIÃO JR., 2006)

Um terceiro equívoco diz respeito ao comércio piorar a qualidade de vida em um país se os trabalhadores recebem salários muito mais baixos do que em outros países. Esse debate é pertinente do ponto de vista político, social e humanitário. Entretanto, partindo do pressuposto da conveniência do livre comércio, os autores afirmam que vai ficar pior a situação dos trabalhadores de um país de terceiro mundo não exportar nenhuma mercadoria do que exportar mercadorias baratas, cujos salários são “salários de fome”. Esse efeito, inclusive é denominado de *dumping* social. (KRUGMAN; OBSTFELD; MELITZ, 2015; MAGNOLI; SERAPIÃO JR., 2006)

Podemos adicionar a esse modelo os custos de transportes e torná-lo mais pragmático. Segundo Krugman; Obstfeld; Melitz, (2015, p. 36) os custos de transporte não alteram os princípios fundamentais de vantagem comparativa ou os ganhos do comércio. No entanto, como os custos de transporte representam entraves à circulação de mercadorias e serviços eles têm importantes implicações sobre a forma como uma economia de comércio mundial é afetada por uma variedade de fatores, como problemas na balança de pagamentos, investimentos internacionais e ajuda externa. Uma exemplificação disso é o fato de como é caro transportar mercadorias e

serviços. Em alguns casos, o custo de transporte é suficiente para levar países à autossuficiência em certos setores.

Para Kindleberger (1968), ao se introduzir esses custos na teoria já não podemos mais chegar à conclusão de que os preços relativos entre as mercadorias exportadas e importadas sejam iguais no país exportador e importador. As mercadorias de exportação têm de ser mais baratas para absorver os custos de transporte e, portanto, as de importação mais caras. O autor ainda nos informa que se os custos de transporte forem maiores do que a diferença entre os preços relativos em cada país, não há razão para que seja feito o comércio, e esse é o fato que explica o motivo de muitas mercadorias e serviços não serem objetos de tráfico internacional.

O efeito dos custos de transporte pode ser visto mediante as curvas de oferta ou no equilíbrio parcial. Estes custos não são considerados regulares, mas variam conforme algumas características como peso, volume, valor, duração do artigo, meio de transporte e distância. O transporte ainda tem que seguir rotas determinadas e pré-estabelecidas, e as mercadorias passam por vários procedimentos, principalmente se forem descarregadas e carregadas de novo para que haja a alteração do meio de transporte. Tudo isso faz com que a questão do transporte seja muito complexa. (KINDLEBERGER, 1968, p. 178)

Levando em consideração todos esses aspectos inerentes às teorias clássicas, é propício dizer que para Ricardo, o que determina o comércio é o fato de existir apenas um fator de produção, nesse caso, o trabalho, entretanto, também é necessário que o custo de produção de um bem qualquer seja determinado pela quantidade de trabalho necessária para produzir uma unidade desse determinado bem, por fim, as diferenças na produtividade relativa do trabalho, entre os países, determinarão a existência do comércio.

2.2.2 Teorias Neoclássicas do Comércio

Por outro lado, a teoria moderna do comércio oferece uma outra explicação para determinar as suas causas, Rainelli (2004), considera que existem teorias baseadas nas diferenças internacionais de custos, e nessa categoria ele agrupa a teoria ricardiana como já vimos e a teoria de Heckscher-Ohlin-Samuelson.

A Teoria Neoclássica defende que o comércio é resultado do fato de países diferentes possuírem dotações de fatores diferentes como terra, capital e trabalho, e

essa explicação é representada pela teoria conhecida como a Teoria de Heckscher-Ohlin, ou Teoria de Heckscher-Ohlin-Samuelson ou ainda Teoria das Proporções dos Fatores, ou ainda conforme apresentado anteriormente como Teoria Neoclássica do Comércio Exterior.

Alguns teóricos como Södersten (1979) discorrem que houve uma verdadeira “revolução” neoclássica da Economia nos anos de 1870 do século XIX, através da introdução dos conceitos chamados “marginalistas” que levaram a reformulação completa da teoria do valor, e um de seus principais pressupostos era que os fatores de produção seriam substituíveis entre si. Vale dizer, que três economistas independentes um do outro começaram a formular a nova teoria do valor, os quais ficaram conhecidos como marginalistas: Stanley Jevons, Léon Walras e Carl Menger.

Entretanto, a teoria em questão aplicada para o comércio exterior tem sua representação principal pelos teóricos Eli Heckscher e Bertil Ohlin. Heckscher foi economista sueco e historiador econômico. Publicou, em 1919, *The Effect of Foreign Trade on the Distribution of Income*, no *Ekonomisk Tidskrift*, um documento que continha o núcleo para a sua teoria do comércio, além disso, ficou conhecido, principalmente, por seus trabalhos pioneiros sobre o Mercantilismo e a História Econômica Sueca. Esse documento, no entanto, só foi traduzido para o inglês em 1949 e suas ideias só começaram a ocorrer com a tradução para o inglês da tese do doutorado de seu discípulo, Bertil Ohlin, em 1933. Ohlin foi um economista e político sueco, que teve como principal *trabalho Interregional and International Trade*, em 1933. Após isso passou para a política tornando-se um líder do Partido Liberal Sueco. (SÖDERSTEN, 1979; GONÇALVES, 2005; MAGNOLI; SERAPIÃO JR., 2006)

Heckscher se preocupava principalmente com a relação do comércio internacional e distribuição de renda e é por esse motivo que o autor discutia a hipótese de equalização dos preços relativos dos fatores de produção, hipótese essa que só foi desenvolvida posteriormente por Samuelson em 1948. O modelo de Heckscher foi reformulado por Ohlin em sua tese de doutorado, o que explica o porquê de o modelo neoclássico de comércio internacional também ser conhecido como a teoria de Heckscher-Ohlin-Samuelson (HOS). (GONÇALVES, 2005)

O teorema neoclássico básico do comércio internacional nos diz que qualquer país tende a ter vantagem comparativa e a exportar bens que utilizam quantidades relativamente altas de seus fatores de produção mais abundantes. Ou seja, países ricos em trabalho exportam bens que empregam intensivamente esse fator. Nesse

caso, o padrão de vantagem comparativa é, portanto, determinado conforme a escassez relativa dos fatores de produção, de forma que os países mais ricos em capital tendem a exportar produtos intensivos de capital. (GONÇALVES, 2005)

Se consideramos, o modelo com duas mercadorias produzidas por dois fatores (capital, trabalho), as duas mercadorias se diferenciarão pela intensidade de utilização de cada fator. Por exemplo, se ocorre uma alta no preço relativo da mercadoria A, que é mais intensiva em trabalho, ocorre uma redistribuição de renda em favor do fator trabalho. Isto quer dizer que o aumento da disponibilidade de um fator amplia a possibilidade de produção de uma mercadoria intensiva naquele fator. Se considerarmos um quadro de preços constantes das mercadorias, a produção da mercadoria intensiva no referido fator de produção cresce, enquanto a produção da outra mercadoria cai. (MAGNOLI; SERAPIÃO JR., 2006)

Em um modelo idealizado do comércio internacional, no qual pudéssemos considerar que o trabalho possa migrar em busca de melhores salários e o capital possa se deslocar para onde seu retorno fosse maior, a remuneração dos fatores tenderia para a equalização. Mas, se considerarmos essa hipótese no mundo real, essa equalização não ocorre devido às grandes distinções de dotação de fatores, às restrições ao fluxo de mercadorias e fatores, assim como, às diferenças tecnológicas entre os países. (MAGNOLI; SERAPIÃO JR., 2006)

Dito isso, Magnoli e Serapião Jr. (2006) afirmam que o teorema de equalização dos preços dos fatores de produção busca demonstrar que o comércio de mercadorias tem o mesmo efeito sobre as taxas de salário e de retorno sobre o capital físico que a mobilidade de fatores. Esse teorema, como já exposto, foi demonstrado por Paul Samuelson em 1948 em seu trabalho *Internacional trade and the equalization of factor prices*, na *Economic Journal*, e é considerado um corolário, ou seja, o resultado do teorema de Heckscher-Ohlin. Portanto, isso quer dizer que, o livre comércio de bens tende a equalizar a remuneração dos fatores de produção, na visão dos autores em questão.

Segundo Gonçalves (2005), alguns testes empíricos do modelo de Heckscher-Ohlin foram realizados, e como exemplo temos aquele realizado por Wassily Leontief em 1953, analisando o comércio internacional estadunidense. O teste levou ao que se conhece como “paradoxo de Leontief”. Wassily Leontief (1906-1989) foi um economista russo que a partir de 1931 foi radicado nos Estados Unidos. Em 1953, Leontief baseou-se na matriz insumo-produto dos Estados Unidos de 1947 para

analisar os efeitos do capital e do trabalho domésticos nas exportações e importações. Ele descobriu, desagregando 200 setores de atividades, que as exportações norte-americanas em 1947 foram mais intensivas no uso de trabalho do que as importações, sendo assim, o capital por trabalhador necessário para produzir US\$ 1 milhão em exportações era menor do que o capital necessário para produzir US\$ 1 milhão de substitutos dessas importações.

Nesse estudo ficou evidente que as exportações embutiam menos capital por trabalhador que as importações, isto quer dizer que, considerando o país norte-americano, rico em capital, as exportações eram mais intensivas em trabalho que as importações, e esse resultado era contrário ao que preconizava o modelo de Heckscher-Ohlin, ou seja, essa descoberta era contrária à noção empírica de que, naquela época, os Estados Unidos possuíam capital em abundância em relação ao trabalho, não obstante, também contrariava a formulação de Heckscher-Ohlin do comércio internacional, e por isso, ficou conhecida como “paradoxo”, na medida que foi um caso em que a teoria não foi confirmada conforme a prática, o que estimulou vários estudos teóricos e análises empíricas do comércio internacional. (GONÇALVES, 2005; RAINELLI, 2004).

Rainelli (2004) também discorre que como existiam muitas teorias diferentes, deveria ser possível estabelecer algumas diferenças a partir de dados estatísticos para validar uma explicação e não as outras, segundo o que o autor chama de “modelo ingênuo de verificação empírica de uma teoria” e isso nos leva ao “paradoxo de Leontief” pois os resultados foram interpretados para que fosse favorável à teoria.

Resultados empíricos negativos sempre podem ser reinterpretados em um sentido que não seja desfavorável à teoria, como demonstra um exemplo célebre exposto adiante, o famoso “paradoxo de Leontief”. Uma contribuição que buscava arbitrar entre as diversas explicações do comércio internacional chegou a um resultado que é, em si mesmo, verdadeiramente paradoxal: todas as teorias foram validadas (ou melhor, o que é metodologicamente diferente, nenhuma foi desmentida). (RAINELLI, 2004, p. 38)

Tendo em vista os aspectos apresentados da teoria de Heckscher-Ohlin, Gonçalves (2005), analisando o prefácio do trabalho de Heckscher, observou que o autor em questão enfatizou que o termo “fator de produção” não se referia apenas às categorias capital, terra e trabalho, mas às diferenças de qualidades de cada uma dessas categorias. E isso indica que o número de fatores de produção poderia ser considerado ilimitados e por isso a versão simplificada da teoria neoclássica conhecida como 2x2x2, ou seja, dois fatores de produção, dois produtos e dois países,

parece se constituir de um rompimento importante com a concepção original de Heckscher sobre os determinantes do comércio.

Outro fato importante é, que segundo Sarquis (2011), as ideias neoclássicas não foram frontalmente contestadas apenas por Leontief mas também pelo comércio intraindústria, ou seja, da troca de bens semelhantes, produzidos com base em composição similar de fatores, e esse intercâmbio passou a ser a principal fonte de expansão do comércio internacional, em detrimento do comércio interindústria.

Sarquis (2011 *apud* Helpman, 1999) afirma que as teorias neoclássicas previam que os países comerciariam bens produzidos em diferentes setores, produzidos com uma composição diferenciada de fatores. Entretanto, o fenômeno predominante do comércio mundial se distanciava, pois, do padrão pressuposto pelas teorias tradicionais. E esse distanciamento se tornou ainda maior com relação às teorias neoclássicas, já que se requeria o aprofundamento das diferenças tecnológicas. Ainda com relação ao paradigma tradicional, ele estaria ainda longe de esclarecer questões basilares como, por exemplo, as forças que induzem os países a ter diferentes produtividades e a engendrar inovações tecnológicas.

2.2.3 As Novas Teorias do Comércio

As chamadas Novas Teorias do Comércio surgiram para explicar o comércio a partir do momento em que a teoria clássica não era mais suficiente. Rainelli (2004;1998) afirma que a Nova Teoria do Comércio Internacional se desenvolveu no final da década de 1970 e início da década de 1980, como uma crítica à teoria neoclássica, especialmente ao enfoque HOS. A teoria neoclássica foi alvo de muitas críticas e questionamentos desde o seu desenvolvimento, mas nenhuma outra teoria alternativa havia sido elaborada. Entretanto, a nova teoria surgiu com um enfoque completo e formalizado que tem por objetivo explicar os fenômenos não explicados pela teoria tradicional, aplicando instrumentos analíticos.

Para Rainelli (1998), para se definir a Nova Teoria do Comércio Internacional é necessário o abandono de uma das hipóteses centrais da teoria do HOS, a da concorrência perfeita. A nova teoria caracteriza os mercados em concorrência imperfeita e que existem economias de escala. Com isto, a nova teoria rompe com o quadro de análise da teoria antiga e se aproxima da economia industrial, utilizando seus conceitos, o que levou certos autores a denominar a nova corrente de “economia

industrial internacional". Paul Krugman (1953-) é um dos pesquisadores mais conhecidos desta corrente.

Segundo Sarquis (2011), as novas teorias do comércio substituíram as hipóteses de concorrência perfeita por hipóteses alternativas de concorrência imperfeita, como base de funcionamento dos mercados. Assumiram economias de escala ou rendimentos crescentes de escala, em vez de rendimentos constantes. Esses novos pressupostos haviam sido difundidos, com sólida fundamentação microeconômica, em estudos de organização das indústrias, notadamente no marco do modelo de Dixit e Stiglitz (1977).

Para Sarquis (2001), as Novas Teorias do Comércio Internacional se destacam por passarem a adicionar na sua análise as economias de escala. As economias de escala são determinadas pela produção de bens em grande escala, com a finalidade de redução nos custos. Podem ainda ser chamadas de economias internas, pois resultam da racionalização intensiva da atividade produtiva devido ao aumento dos fatores tecnológicos e processos como automação, organização e especialização do trabalho.

Para Rainelli (2004), a nova teoria adota uma representação das economias nacionais que se assenta em um conjunto de hipóteses diferentes. A diferença mais importante decorre do fato de a teoria tradicional se basear na ideia de concorrência perfeita e a nova adotar os conceitos de concorrência imperfeita. E as características mais importantes do novo quadro de referências são que os mercados são oligopólios, a produção é feita com rendimentos de escala crescentes, os produtos ofertados pelas empresas são diferenciados e a concorrência entre as empresas consiste em investimentos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Sarquis (2011) também demonstra que existem dois tipos de estruturas de concorrência imperfeita: (a) a concorrência monopolística, apoiada por preferência dos consumidores em relação à variedade de produtos e (b) equilíbrios estratégicos de mercado que podem ser exemplificados pelos duopólios⁹.

Ainda seguindo essas premissas, dependendo do autor, o enfoque pode recair sobre uma dessas características. A mudança de perspectiva conduz a uma aproximação com os desenvolvimentos da Economia Industrial, devido ao enfoque da

⁹ Duopólio é uma situação de mercado caracterizada pela existência de apenas dois vendedores de determinada mercadoria ou serviço. (SARQUIS, 2011)

preferência sobre a concorrência oligopolista. Essa aproximação é justificada por Krugman pelo o fato de que as trocas internacionais ocorrerem por atores que são considerados, no plano nacional, como oligopólios.

Nicholas Kaldor (1908-1986), em seu artigo de 1935, *Market Imperfections and Excess Capacity*, argumenta que na concorrência imperfeita existe uma cadeia de grupos de oligopólios que compõem o mercado. Ou seja, uma empresa está em concorrência direta com algumas poucas outras que concorrem com outras e assim por diante. Labini (1966) também argumenta que a importância da observação de Kaldor é que ele mostra que o mercado no qual vigora a concorrência imperfeita não está de todo disperso, e isso significa que a unidade para a análise teórica não é a mesma isolada, mas o grupo de empresas que estão em concorrência direta. (GONÇALVES, 1998)

Conforme esses entendimentos, Rainelli (2004) apresenta que a explicação do comércio internacional por meio da nova teoria pode ser apresentada distinguindo dois tipos de variáveis: os rendimentos de escala e a diferenciação dos produtos.

Alfred Marshall foi o primeiro a tratar dos rendimentos de escala crescentes, por isso essa questão foi abordada bem antes da nova teoria, em sua obra *Economics of Industry* de 1879. Os rendimentos de escala crescentes são o vínculo entre as quantidades produzidas e o custo de produção, e dois tipos são levados em consideração pelas teorias do comércio internacional, os rendimentos constantes e os rendimentos crescentes. A teoria tradicional repousa na hipótese de rendimentos de escala constantes, implicando na especialização ser determinada apenas pelas diferenças internacionais de técnicas de produção, como em Ricardo ou das dotações relativas aos fatores de produção como no modelo de HOS.

Autores como Ohlin, consideram que as vantagens que são decorrentes da produção em larga escala podem explicar certas trocas comerciais, sem elaborar uma análise rigorosa sobre essa possibilidade. A nova teoria vai além desse desenvolvimento, tanto nos casos das economias de escala internas à firma como no caso das economias de escalas externas à firma e internas à indústria.

A discussão sobre economias de escala no comércio internacional, exige, no entanto, a especificação da natureza dessas características. Isto é, se as economias de escala são (i) internas à firma ou se são (ii) externas à firma e internas à indústria. No primeiro caso as economias de escala dependem do tamanho da firma individual, mas não necessariamente da indústria como um todo. No segundo caso, as economias de escala dependem do tamanho da indústria, mas não necessariamente da firma individual. (GONÇALVES, 1998, p. 31)

O primeiro caso leva ao desaparecimento da concorrência, isto é, se os custos de produção diminuírem de maneira contínua quando o tamanho aumenta, o mercado está em situação de monopólio. As consequências dessas economias de escala nas trocas internacionais podem ser expostas de acordo com o contexto especial do monopólio contestável, no qual um mercado em que a empresa instalada pode ser sua posição contestada por um novo integrante em potencial e em que a empresa instalada fixa o preço em um nível igual ao custo médio.

Um exemplo desse caso foi apresentado por Rainelli (2004), no qual afirma que se no caso de dois países, A e B, devido a um monopólio contestável, serem diferenciados em situação de autarquia apenas pelas taxas de salário e, portanto, pelo nível dos custos de produção. Suponhamos que a taxa de salário em A é mais elevada que em B. A abertura comercial internacional dos dois países conduz para o desaparecimento da empresa localizada no país A. A empresa B está só para provisionar os dois países, e, devido às economias de escalas internas, o preço do equilíbrio com trocas internacionais se estabelece a um nível inferior aos dois preços em situação de autarquia. Caso todos os monopólios sejam contestáveis, a especialização internacional ocorre de forma total, ou seja, cada bem produzido unicamente por uma empresa e apenas em um país.

Já as economias de escala externas à empresa, mas internas ao setor de atividades são compatíveis com a persistência da concorrência, pois o custo unitário da produção depende do tamanho do setor e não da importância de uma empresa específica. Essa situação pode ser observada com a concentração geográfica de uma dada indústria no *Silicon Valley*, por exemplo. A proximidade entre as empresas conduz a uma difusão de informações entre as empresas por meio de encontros entre empregados, ao desenvolvimento de um mercado de trabalho específico ao setor e a uma oferta localizada de serviços ou de bens utilizados por todas as empresas do setor.

A existência dessas economias favorece, em igualdade de condições, as nações que produzem volumes importantes. Isso quer dizer que, considerando uma nação sendo a primeira a produzir um não poderá sofrer concorrência de uma outra, mesmo que essa tenha vantagens em razão de uma taxa de salário mais fraca, mas que não pode alcançar um nível de produção suficiente para poder se beneficiar pelas economias de escala.

Dessa situação decorrem três consequências importantes. A primeira diz respeito ao tamanho do mercado interno de uma nação. Esse fato pode, em presença de economias de escala externas, ser um fator explicativo do comércio internacional. A segunda relaciona-se às especializações internacionais resultantes das economias de escala externas serem estáveis, inclusive quando as vantagens comparativas se modificam. E a última diz que os acidentes históricos levando à produção de um bem em um dado país podem explicar a criação dos fluxos comerciais internacionais.

Ainda seguindo a diferenciação das duas variáveis propostas por Rainelli (2004), temos a diferenciação do produto. A teoria tradicional se sustenta na hipótese da homogeneidade dos bens, como é o caso dos produtores ingleses de lã que colocam no mercado a mesma lã, e a lã produzida por Portugal era estritamente idêntica à produzida pela Inglaterra. No entanto, a teoria microeconômica desenvolveu a partir da década de 1930 uma hipótese diferente: a da diferenciação dos produtos.

Por razões objetivas ou subjetivas, os consumidores não consideram idênticos os produtos de duas empresas que pertencem ao mesmo ramo. Nos mercados chamados de concorrência monopolística, as empresas rivais desfrutam de certo poder de monopólio que lhe é concedido pela latitude para a definição de preço. Outro fato, é que mediante gastos em publicidade, elas podem criar ou reforçar a diferenciação entre produtos. A introdução dessa hipótese permite compreender a existência do comércio intrarramo. A diferenciação dos produtos pode, com efeito, provocar dois tipos de comércio internacional, a diferenciação horizontal e a diferenciação vertical.

O primeiro decorre da diferenciação horizontal, que foi proposta por Harold Hotelling em 1929 e baseia-se na especificação do produto. Quando os produtos apresentam a mesma qualidade, mas são identificados pelos consumidores em razão de suas diferenças reais ou supostas. De acordo com o tipo particular de modelo de desenvolvimento, os consumidores de um país demandarão produtos estrangeiros porque têm gosto pela variedade, e o comércio internacional permite aumentar o leque de bens, ou porque os produtores estrangeiros oferecem produtos que correspondem de maneira mais adequada às especificações que os consumidores desejam. (RAINELLI, 1998; 2004)

O segundo tipo de comércio que decorre da diferenciação dos produtos ocorre com a diferenciação vertical, que foi proposta por Edward Chamberlin, em 1933, com a sua obra *A Teoria da concorrência monopolista*, baseada na qualidade de um

produto. Quando os consumidores são confrontados com produtos com qualidades diferentes, como os modelos de automóveis de um produtor. Os consumidores de alta renda demandam a qualidade superior enquanto os de renda mais baixa se interessam pela qualidade inferior. A especialização internacional pode então ser explicada pelo nível médio de renda dos habitantes. O país com a renda média mais elevada se especializa na produção de qualidade superior, ocorrendo trocas internacionais de produtos de qualidade diferente. (RAINELLI, 1998; 2004) Esses dois enfoques, vertical e horizontal, das trocas internacionais, oferecem explicações consistentes do comércio intrarramo.

E enquanto a teoria tradicional ambicionava fornecer um modelo geral, a tendência atual privilegia o fato de que existem explicações particulares pertinentes para um ou outro tipo de trocas, segundo as diferenças de desenvolvimento dos países envolvidos, as particularidades dos processos de produção ou ainda o grau de diferenciação dos produtos que compõem o comércio internacional.

Assim sendo, as Novas Teorias do Comércio foram inicialmente desenvolvidas entre os anos de 1978 e 1985, em artigos seminais de Paul Krugman e Elhanan Helpman. Entretanto, foi em 1985 que eles publicaram o livro *Market Structure and Foreign Trade: Increasing Returns, Imperfect Competition and International Economy* ao qual, normalmente, se atribui o marco inicial do que ficou conhecido como Nova Economia Internacional. A partir desses dois autores se desenvolveu um amplo corpo teórico e muitos modelos e por isso sua evolução pode ser classificada a partir de três gerações: (a) comércio intraindústria ou comércio intrarramo; (b) política comercial estratégica (*strategic trade policy*) e (c) nova geografia econômica. (SARQUIS, 2011; GONÇALVES, 1998; RAINELLI, 2004)

O comércio intraindústria pode ser entendido a partir da situação, onde dois parceiros comerciais trocam concomitantemente produtos de uma mesma origem industrial, e esse conceito é utilizado em oposição ao de comércio interindustrial, que ocorre quando dois parceiros comerciais trocam produtos origens industriais diferentes.

O comércio internacional intrarramo é uma característica que não pode ser compatível com as teorias apresentadas por Ricardo e pela teoria HOS. A possibilidade que coexistam, em um país determinado e em um mesmo ramo, importações e exportações foi registrada por Ohlin em 1933. Essa ideia não obteve nenhum desenvolvimento de sucesso até a realização de trabalhos aplicados

analisando o impacto do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) na especialização internacional dos Estados membros. (RAINELLI, 2004)

Após essa constatação de Ohlin, Balassa (1966) e Grubel (1967) argumentaram em seus trabalhos desenvolvidos que depois que houve a formação da Comunidade Econômica Europeia (CEE), uma parte do comércio internacional entre as nações que faziam parte desse bloco se desenvolveu a partir de produtos comercializados pelos países e apresentava a mesma origem industrial permitindo observar o aparecimento de um novo padrão de comércio, que ficou conhecido como comércio intraindústria.

Para Rainelli (2004), B. Ballassa, em artigo publicado em 1966, se interessou pelo fenômeno que Ohlin propôs identificar por meio de um indicador simples: $(X_i - M_i)/(X_i + M_i)$, onde X_i era representado pelas exportações de um determinado ramo i e M_i suas determinadas importações do mesmo ramo, i . O resultado que se teria desse indicador dependeria do coeficiente, se o coeficiente fosse igual a 1, o ramo é unicamente exportador, se ele for igual a -1, o ramo é unicamente importador. Se o valor estiver entre -0,33 e +0,33, existe um comércio intrarramo.

Globalmente, podemos considerar que mais da metade do comércio entre os países industrializados decorre de atividades intrarramos e essa parte aumenta de forma constante. As teorias tradicionais que supõem que os bens comercializados são homogêneos, não são capazes de explicar esses fluxos comerciais.

Para Sarquis (2011), o comércio intraindústria foi medido por um índice desenvolvido por Grubel e Lloyd em 1975. Esse índice calcula a proporção da corrente de comércio que corresponde ao comércio intraindústria. O índice mostra que quanto menos concentradas as exportações e as importações em setores ou produtos diferentes, mais elevado é o valor obtido. Seu nível máximo seria 100%, caso que em todo comércio seria praticado entre os mesmos setores produtivos ou mediante uma troca equitativa de bens equivalentes, embora diferenciados.

O índice se eleva com o fortalecimento da capacidade do país importar e exportar bens dentro de um mesmo setor, indistintamente. Já para reduzi-lo, o país passa pela situação de concentração de exportações em conjunto de bens e a importação em outro conjunto de bens. O índice pode ser calculado para diferentes níveis de desagregação. Na prática, ao elevar-se o grau de desagregação, pode acontecer do índice se reduzir. O índice também pode ser aplicado em toda a corrente

de comércio de bens transformados industrialmente e mais restritamente para bens manufaturados.

O comércio intraindústria fortaleceu as relações entre exportações e importações, e os que mais se beneficiavam eram os países mais desenvolvidos industrialmente. Para Sarquis (2014), o tamanho do país, o seu nível de desenvolvimento industrial, a abertura econômica e a integração comercial das cadeias produtivas com o resto dos países determinaram a parcela e progressão do comércio intraindústria.

O autor ainda apresenta que as economias mais avançadas foram mais beneficiadas, pois souberam que lograriam resultados equivalentes aos Países Recentemente Industrializados, conhecidos como *Newly Industrialized Countries* (NICs). Krugman (1995) identifica seis *supertrading economies*, Bélgica, Cingapura, Hong Kong, Irlanda, Malásia e Países Baixos. Entretanto, o Japão possui uma excepcionalidade que não está presente nos NICs, devido ao seu histórico de perfil mercantilista.

O comércio intraindústria passou a representar um padrão econômico chamado Norte-Norte, diferentemente do Norte-Sul que era representado pelo comércio interindustrial, que passou a se associar às teorias tradicionais do comércio de forma marcante, principalmente, às teorias neoclássicas fundamentadas nas diferenças na dotação dos fatores do modelo HOS.

Já a outra geração teórica, chamada Política Comercial Estratégica, trata de recomendações de políticas derivadas das novas teorias do comércio, com o confronto das propostas de livre-comércio das teorias clássicas e neoclássicas, e trata ainda, de uma fundamental intervenção governamental por meio tarifas, barreiras à importação, estímulos e subsídios à exportação, por meio da inovação, da pesquisa e do desenvolvimento.

Novas teorias indicam que certas intervenções governamentais podem capacitar o país a auferir maiores ganhos no comércio internacional. A Política Comercial Estratégica não indica como deve ser formulado o planejamento das intervenções governamentais no tempo e intersetorialmente, com os correspondentes impactos sobre a cadeira de produção a montante e a jusante. Recomenda que as políticas minimizem efeitos discriminatórios entre setores e, se oriente para a agregação de valor e a geração de externalidades capazes de difundir de forma mais ampla a economia.

O autor ainda discorre a respeito da última geração de teorias do comércio internacional, a Nova Geografia Econômica, formulada por Fujita, Krugman e Venables (1999). Esta pode ser entendida como uma extensão das novas teorias do comércio e procura projetar a produção e o comércio na dimensão espacial, conforme sugere o termo “geografia”. Essa teoria passa a promover as novas teorias do comércio para aproximá-las de uma compreensão do comércio como aspecto indissociável de crescimento econômico.

Krugman; Obstfeld; Melitz, (2015) caracterizam a Nova Geografia Econômica por meio da diferenciação entre o comércio inter-regional e o comércio internacional:

A questão que você pode perguntar é se as forças que impulsionam o comércio inter-regional são realmente diferentes daquelas que impulsionam o comércio internacional. A resposta é que elas não são, sobretudo quando olhamos o comércio entre economias intimamente integradas, como aquelas do Leste Europeu. De fato, Londres desempenha o papel de capital financeira da Europa similar ao papel desempenhado por Nova York como capital financeira da América. Nos últimos anos, houve um movimento crescente entre economistas para modelar o comércio inter-regional e internacional, e identificar fenômenos como o surgimento de cidades como diferentes aspectos do mesmo fenômeno — interação econômica através do espaço. Tal abordagem é frequentemente chamada de geografia econômica. (Krugman; Obstfeld; Melitz, 2015)

Para Sarquis (2011), a Nova Geografia Econômica se fundamenta nas mesmas hipóteses essenciais das novas teorias e acrescenta importantes elementos antes negligenciados, principalmente pelas teorias tradicionais do comércio. Os elementos são os custos de transação no espaço, em particular custos de transporte; o tamanho das economias ou a escala dos mercados; e as cadeias verticais de produção, a montante e a jusante.

A Nova Teoria do Comércio Internacional, de forma geral, pode ser avaliada devido à novidade dos argumentos teóricos, entretanto, as publicações que defendem a nova teoria do comércio internacional são muito numerosas. O ponto principal comum das novas teorias do comércio internacional continua a ser a utilização dos instrumentos de análise da concorrência imperfeita.

Desta forma, as TCI possuem uma importância sumária para entendermos o objeto de estudo do trabalho que são as relações comerciais que se delinearam entre Brasil e China, conforme veremos no capítulo seguinte.

3 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS

O presente capítulo tem por objetivo apresentar como se deu a construção das relações sino-brasileiras e quais foram as razões que levaram ao aprofundamento da parceria formal desses dois países. Para isso, algumas proposições precisam ser apresentadas.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e a Embaixada da República Popular da China no Brasil, reconhece-se que as relações bilaterais entre Brasil e China foram, oficialmente, estabelecidas em 1974. Nesse ano, foram inauguradas as embaixadas do Brasil em Pequim e da China em Brasília, sendo que, o Brasil possui uma rede consular em Xangai¹⁰, Cantão¹¹, Pequim¹² e Hong Kong¹³, já a China, os possui no Rio de Janeiro¹⁴, São Paulo¹⁵ e Recife¹⁶.

Adicionalmente, cabe destacar que desde 2009, a China assumiu o papel como o principal parceiro comercial do Brasil, sendo também considerada uma das principais fontes de investimento externos no país. Outro ponto relevante é que o relacionamento entre ambos os países pode ser explicado a partir de algumas fases: em 1993, o Brasil e a China estabeleceram o que ficou conhecido como “Parceria Estratégica”, em 2012, as relações subiram de nível com o estabelecimento de uma “Parceria Estratégica Global”, após isso foi criado o Diálogo Estratégico Global (DEG) e o Plano Decenal de Cooperação (2012-2021). (MRE, 2021)

É importante destacar que em 2004, foi criada a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), sendo ela a mais alta instância permanente de diálogo e cooperação bilateral, é presidida pelos Vice-Presidentes do Brasil e da China, e suas plenárias são fundamentais para o estabelecimento de

10 Site da embaixada do Brasil em Xangai. Disponível em: <http://xangai.itamaraty.gov.br/pt-br/>. Acessado em 14 de Janeiro de 2021.

11 Site da embaixada do Brasil em Cantão. Disponível em: http://cantao.itamaraty.gov.br/pt-br/40_anos_das_relacoes_brasil-china.xml. Acessado em 14 de Janeiro de 2021.

12 Site da embaixada do Brasil em Pequim. Disponível em: <http://pequim.itamaraty.gov.br/pt-br/>. Acessado em 14 de Janeiro de 2021.

13 Site da embaixada do Brasil na China. Disponível em: <http://hongkong.itamaraty.gov.br/pt-br/>. Acessado em 14 de Janeiro de 2021.

14 Embaixada da China no Brasil (Rio de Janeiro). Disponível em: <http://riodejaneiro.china-consulate.org/pot/>. Acessado em 14 de Janeiro de 2021.

15 Embaixada da China no Brasil (São Paulo). Disponível em: <http://saopaulo.china-consulate.org/pl/>. Acessado em 14 de Janeiro de 2021.

16 Embaixada da China no Brasil (Recife). Disponível em: <http://recife.china-consulate.org/por/>. Acessado em 14 de Janeiro de 2021.

acordos entre os dois países, dito isso, elas ocorreram em Pequim (2006), Brasília (2012), Cantão (2013), Brasília (2015) e Pequim (2019). (MRE, 2021)

A cooperação financeira que perpassa pelos dois países se intensificou mais ainda com o decorrer dos anos, de forma bilateral e multilateral. E assim, como diversos bancos chineses atuam no Brasil, como o Banco Industrial e Comercial da China (ICBC), o Banco do Brasil (BB) atua na China, sendo a primeira agência de um banco latino-americano a ser instalada no país, atuando em Xangai desde 2014.

A cooperação espacial também é um ponto muito importante para o estabelecimento da relação bilateral sino-brasileira. Em 1988, foi instituído o Programa CBERS, sigla em inglês para "Satélite de Recursos Terrestres Brasil-China", para construção e lançamento de satélites. Esse projeto ficou conhecido como pioneiro entre países em desenvolvimento no campo da alta tecnologia. Foram lançados, desde então, seis satélites em 1999, 2003, 2007, 2013 e 2019.

Dito isso passamos a apresentar as relações sino-brasileiras anteriores a 1974, a partir de 1974, os acordos comerciais entre ambas economias encontrados na base de dados brasileira, a relação dos dois países nos BRICS e por último, no G20.

3.1 As relações bilaterais entre Brasil e China antes de 1974

Inicialmente, destacam-se a visão que a China teve sobre o Brasil para iniciar as relações bilaterais. Biato Júnior (2010), descreve que existem vários elementos que conformam esse pensamento. Aspectos relacionados à dimensão geográfica, à expressão demográfica e ao avanço industrial brasileiro, fazem do Brasil um país apto a desempenhar um papel importante nas relações internacionais, e um país que assim como a China, se preparou para desempenhar um papel de destaque no cenário internacional no século XXI, considerando que a China enfrentou uma oposição velada dos Estados Unidos da América (EUA) para essa ambição.

O segundo elemento a destacar é que ambos os países partilham da defesa de um sistema político internacional com regras multilaterais determinadas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Nessa análise, Biato Júnior (2010) inclui o desejo chinês de um cenário global onde a hegemonia dos EUA passaria a uma situação de multipolaridade equilibrando polos de poder independentes na Europa, Ásia e até na América do Sul, o que facilitaria a ascensão da China como potência mundial.

O terceiro elemento se deve ao fato do Brasil, até recentemente, partilhar com a China uma política externa “independente” e “autoafirmativa que não se recusaria a confrontar os EUA, quando o interesse nacional assim ditasse”, na visão chinesa, que Biato Júnior (2010) explica ao apresentar um trecho de uma entrevista com o Embaixador Gao Kexiang, diplomata chinês.

Conforme afirma o Embaixador Gao Kexiang, especialista em Brasil na Chancelaria chinesa, “tal parceria requeria também afinidade de pensamento, uma disposição de o país ter uma política própria, não subserviente às grandes potências. E foi isso que verificamos no caso do Brasil. Assistimos, por exemplo, ao Presidente Geisel afrontar o Presidente Jimmy Carter e denunciar o acordo militar com os EUA; vimos esse mesmo presidente assinar um acordo nuclear com a Alemanha, a despeito da oposição dos EUA. Ninguém podia duvidar da independência do Brasil. O Brasil não era como a Argentina, ou até o México; tinha voo próprio”. (BIATO JÚNIOR, 2010, p. 37)

Biato Júnior (2010) identifica o quarto elemento como o grande interesse da China em conhecer a experiência de desenvolvimento econômico brasileiro, principalmente, no decorrer dos anos 1980. Nesse período, a China se encontrava economicamente atrasada em relação ao Brasil em diversos setores, com exceção do espacial e militar, e por isso via o Brasil como um “laboratório” para definir acertos e erros de diferentes alternativas de organização de seu sistema econômico.

Biato Júnior (2010) afirma que nas décadas de 80 e 90 do século XX, foi possível observar o envio em massa de delegações técnicas chinesas ao Brasil, com dois objetivos: observação e informação acerca da área de Hidreletricidade.

Houve a visita de mais de cem missões técnicas chinesas ao Brasil e a presença ao longo dessas duas décadas de mais de 700 engenheiros chineses em Itaipu e outras usinas hidrelétricas brasileiras. O autor nos informa a partir de dados obtidos de um telegrama da Embaixada do Brasil em Pequim, em março de 1982, sobre os esforços chineses para aprender com os processos industriais brasileiros:

Em 1982, durante a visita do Chanceler Ramiro Guerreiro à China, disseram-lhe Deng Xiaoping “que, frequentemente, a China tomava o Brasil como termo de comparação para seus próprios esforços de desenvolvimento”. Durante a mesma visita, no encontro de nosso Chanceler com o então primeiro Ministro Zhao Ziyang, que visitaria mais adiante o Brasil, este lhe explicou que técnicos chineses haviam estudado a legislação brasileira sobre a exploração de petróleo em regime de contratos de risco e normas e padrões de propriedade industrial, quando a legislação chinesa ainda estava por elaborar-se. (BIATO JÚNIOR, 2010, p. 38)

O autor nos aponta que no início das relações bilaterais, a China movia-se com uma visão de longo prazo, efetivamente estratégica, na qual, jamais deixavam de lado o desejo em fortalecimento e intensificação da relação bilateral.

Outro fator que Biato Júnior (2010) destaca é que Roberto Abdenur, Embaixador do Brasil na China entre 1989 e 1993, salientou que o Brasil àquela época não discutiu sobre o caráter estratégico chinês e deixou de perceber que a China era um país importante com amplas possibilidades e progresso e de afirmação internacional.

É preciso considerar que mesmo assim o esforço brasileiro em estabelecer relações diplomáticas com a China era notável não somente naquele período, mas até 2018, conforme podemos observar na tabela abaixo com dados retirados do site do Ministério das Relações Exteriores Brasileiro:

Quadro 07 – Quantidade de Acontecimentos Bilaterais e Visitas de Chefe de Estado

Ano	Relações Bilaterais	Visitas de Chefe de Estado
1974-2007	32	20
2008-2018	81	32

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados extraídos do MRE.

Conforme informado no Quadro 07, no período de 1974-2007 ocorreram um total de 32 acontecimentos bilaterais, esse que deve ser entendido por todo e qualquer fato diplomático ocorrido pelos dois países nesse período, como visitas, lançamentos de satélites, dentre outros que serão abordados mais adiante com outros dados, e desses 32 encontros, 20 foram visitas de chefes de Estado tanto da China ao Brasil, como do Brasil à China. Já no período de 2008-2018, ocorreu um aumento para 81 acontecimentos bilaterais e desse, 32 visitas de chefes de Estado.

De acordo com o Anexo A, podemos perceber e contabilizar as principais visitas de chefes de Estado do Brasil a China, que no período de 1974-2007 totalizaram 9 e no período de 2008-2018 somaram 16. Já com relação às visitas de chefes de Estado da China ao Brasil no período de 1974-2007, somaram 11 e no período de 2008-2018, totalizaram 16. Não se pretende com os dados comparar os esforços diplomáticos de um país ou de outro, e sim, comprovar que o desejo pelo fortalecimento de relações bilaterais era comum aos dois países.

Dito isso, pode-se desenhar as principais relações bilaterais estabelecidas entre os dois países conforme o Anexo B que, de forma mais sintética, onde se pretende resumi-las de acordo com o ano e o acontecimento principal.

Segundo Holanda (2016), o quadro internacional que antecedeu o estabelecimento das relações entre o Brasil e a China, tinha como traço dominante a configuração bipolar que se estruturou após a II Guerra Mundial e a criação de instituições multilaterais de governança mundial, juntamente, com a aplicação da tecnologia nuclear para fins bélicos.

A estrutura da governança mundial criada, que existe até hoje, está assentada em três pilares: a Organização das Nações Unidas (ONU), como instância política; o Acordo Geral de Comércio e Tarifas (GATT); e do lado financeiro, teve-se o Fundo Monetário Internacional (FMI) para a correção de desequilíbrios de balanços de pagamentos e o Banco Mundial (BM) para a reconstrução e desenvolvimento econômico.

Nesse contexto, o autor ainda nos informa que a maneira como esses órgãos foram estruturados refletiu a equação de poder então vigente até hoje. As questões de paz e segurança ficaram sujeitas ao oligopólio dos cinco membros permanentes, EUA, França, Reino Unido, Taiwan e URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) e do Conselho de Segurança da ONU (CSNU), com direito exclusivo de veto. Já o GATT, foi prioritariamente direcionado à desgravação de bens industriais e para a liberalização do comércio agrícola, sendo sucedido pela Organização Mundial de Comércio (OMC). E o FMI e o Banco Mundial tiveram seu alcance em muito superado pelo Plano Marshall¹⁷. (HOLANDA, 2016)

O contexto desse período lidava com o surgimento do regime comunista na China, em 1949, que limitava as suas relações com os regimes comunistas irmãos, a URSS e os países do Leste Europeu. Nesse período os contatos com a América Latina eram escassos, inclusive por razões ideológicas, no entanto, a China só vai estabelecer relações diplomáticas com os principais países latino-americanos, em meados da década de 1980.

Entretanto, alguns autores fornecem dados históricos de que as relações da China com a América Latina, começaram bem antes. Mingde (2003) afirma que em 1810, cerca de cem agricultores originários da província de Hubei se instalaram nos arredores do Rio de Janeiro com o objetivo de iniciar plantações de chá. Em 1880, o imperador Dom Pedro II e a Dinastia Qing na China assinaram o Tratado Sino-

17 O Plano Marshall representou a resposta americana em relação à crise Europeia que se instalou no imediato pós-Guerra, na qual a Europa enfrentou uma situação próxima à ruína econômica. O Plano forneceu o impulso para a reconstrução europeia, abrangendo Países europeus. (MAGNOLI, 2013)

Brasileiro de Amizade, Comércio e Navegação, a partir do qual, ambos os países passaram a estabelecer relações bilaterais de comércio, navegação e paz. Em 1909, o governo Qing enviou ao Rio de Janeiro, na época, capital brasileira, seu comissário imperial e isso nos mostra que já havia interesses da China perante o Brasil, já que, em termos de relações diplomáticas, uma visita é um gesto sugestivo de importância.

Sabe-se que em 1949, a China foi proclamada como República Popular da China (RPC), e a partir desse período, as relações bilaterais entre os dois países continuaram consistindo em intercâmbios culturais e comerciais. Em 1953-54, foram fundadas, no Rio de Janeiro e em São Paulo, a Associação Cultural Sino-Brasileira, o que fez com que a década de 1950 fosse marcada pela visita de diversas delegações chinesas. Em 1959, a China passou a fazer contato com os países latino-americanos a partir de missões de boa vontade, contatos culturais, trocas de delegações, formas que não eram comuns até então na vida internacional da China com os países latinos. (MINGDE, 2003; SHU, 2012)

Mas vários fatores dificultaram o desenvolvimento de uma política sino-latino-americana ao longo das décadas de 1950 e 1960 que contrariaram as ambições chinesas nesse continente, como a distância geográfica, o desconhecimento total da situação das localidades, a escassez de recursos financeiros, e a presença preponderante dos EUA nos países latino americanos. (BECARD, 2008)

Já nos anos de 1960, Shu (2012), afirma que, a China passou a comprar muitos produtos da América Latina, como algodão, trigo, carne congelada, cobre e nitratos. As missões comerciais chinesas se concentravam nos países mais importantes da América Latina daquele período, como México, Brasil, Argentina, Chile e Uruguai.

No Brasil, com o golpe militar de 1964, não houve uma aproximação comercial da China. Entretanto, Shu (2012) afirma que as relações sino-brasileiras existem desde o início do século XIX, quando algumas centenas de camponeses plantadores de chá chegaram ao Brasil, via Macao e também podemos considerar esse fato com o Tratado estabelecido durante o governo de Dom Pedro II, já mencionado.

Biato Júnior (2010), afirma que, nesse contexto, começaram a surgir também as primeiras tentativas de venda de serviços por parte das empresas brasileiras, já que na China era alto o índice de deficiências em matéria de infraestrutura causadas

pelo “Grande Salto Adiante”¹⁸ ou “Grande salto pra frente” que gerou certa desorganização econômica de 1960-1978.

Mingde (2003) nos diz que na primeira metade dos anos 1960, as relações bilaterais sofreram uma nova evolução, quando em 1961, o Vice-Presidente João Goulart foi o primeiro chefe de estado latino-americano no poder a fazer uma visita de estado à RPC. Líderes federais e estaduais chineses, incluindo Mao Tsé Tung¹⁹, o Presidente Liu Shaoqi e o Premier Zhou Enlai receberam o Vice-Presidente brasileiro, sendo que em sua homenagem foi realizada uma grande manifestação popular em Pequim, contando com mais de dez mil pessoas. Após sua posse como presidente, de 1961 a 1964, João Goulart procurou promover relações amistosas com a China. Graças aos seus esforços, a agência de notícias Xinhua abriu escritório no Brasil em dezembro de 1962, o primeiro na América Latina.

Biato Júnior (2010) discorre que o Governo Chinês foi atraído pela abertura política implícita na adoção de uma “política externa independente”, por Jânio Quadros, que governou em 1961 o país, realizando diversos ensaios para culminar na aproximação com a visita do Vice-Presidente João Goulart à China, a convite, para uma missão comercial. Dessa visita resultou um acordo interbancário e a autorização para que o Governo da China pudesse instalar um escritório comercial no Brasil.

Em junho de 1963, o Conselho Chinês para a Promoção do Comércio Internacional (CCPIT), enviou ao Brasil uma equipe para a preparação de uma exposição, sendo bem recebidos pelo Presidente Goulart. No início de 1964, a CCPIT enviou uma nova equipe de trabalho, dessa vez com três membros, a intenção era discutir um projeto de abertura de escritórios comerciais nos dois países. Tais

18 No final da década de 50 na China, o governo decidiu acelerar a produção no campo, bem como a indústria nacional, e essa política ficou conhecida como o “Grande Salto Adiante” (1957-1958), entretanto, mesmo com grande apoio popular, os resultados não apontaram ao progresso acelerado, e uma das consequências foi a extrema salinização do solo, juntamente com problemas climáticas e desastres naturais, que levaram à Grande Fome (1959-1962), ocasionando a morte de 20 a 50 milhões de chineses. A União Soviética colocou-se contra as reformas, o que fez com que a China decidisse cortar relações com o país em 1963. Restauram dois caminhos à China: reconhecer os erros, ceder às reformas de Qishao e Xiaoping ou fortalecer a base ortodoxa punindo e afastando os críticos, com a “Revolução Cultural” de 1966. O culto à personalidade de Mao, campanhas antidireitistas, adesão em massa dos jovens à Guarda Vermelha, foram características marcantes da época. (PINHEIRO-MACHADO, 2013)

19 Segundo Barbosa (2019), Mao Tse-Tung ou Mao Zedong, se tornou famoso por fundar o “maoísmo” que era seu modo específico de pensar a política, a partir das teorias marxistas-leninistas. Foi um dos principais revolucionários do século XX, mas ele não foi apenas o fundador do maoísmo, ele utilizou seu pensamento como uma ferramenta de política para orientar o povo e fundar a República Popular da China. Para Mao o povo era a força motriz e o criador da história universal.

iniciativas foram abortadas com o golpe militar no Brasil no dia 03 de abril de 1964, no Rio de Janeiro. Os militares detiveram os integrantes da missão comercial chinesa. Esse episódio foi seguido pela imediata denúncia do acordo interbancário por parte da China, como represália ao incidente, pôs fim às relações bilaterais de qualquer espécie por dez anos. (MINGDE, 2003; BIATO JÚNIOR, 2010). Entretanto, para o governo brasileiro, antes do golpe militar, tudo indicava a intenção do aprofundamento das relações com a China.

Esse cenário ainda pode ser compreendido com o fato de a China retomar, até então ocupado por Taiwan, seu assento na ONU, com apoio dos EUA, em 1971, mesmo com 34 outros países, incluindo o Brasil, contrários a essa decisão. (HOLANDA, 2016; BIATO JÚNIOR, 2010). Em 1974, Mao Tse-Tung lançou a chamada Teoria dos Três Mundos:

Em 1974, Mao Tsé Tung lançou a teoria estratégica dos Três Mundos e declarou que, pertencendo a China ao Terceiro, jamais buscaria impor sua hegemonia, devendo, ao invés disso, estabelecer como uma das diretrizes de sua política externa o objetivo de reforçar a união e cooperação entre os países daquele grupo. Como consequência dessa nova política, verificou-se uma terceira onda de reatamentos de relações diplomáticas com Pequim. (MINDGE, 2003, p. 71)

Essa teoria fez com que os representantes dos países latino-americanos comesçassem a se identificar com a posição de terceiro mundo, e resultou em uma evolução de interesses com a China e o aprofundamento das relações sino-latino-americanas, inclusive, com os Estados Unidos. (Holanda, 2016) Nesse mesmo ano, o Brasil e China restabelecem as relações diplomáticas, conforme no próximo tópico.

3.2 Estabelecimento das relações diplomáticas a partir de 1974

O estabelecimento das relações diplomáticas sino-brasileiras oficiais ocorreu em 1974. Segundo Biato Júnior (2010), as relações bilaterais nos Governos Geisel e Figueiredo, se estendem no período de 1974 a 1985. Nessa etapa inicial construiu-se um modelo de intercâmbio comercial baseado no aproveitamento pelo Brasil das oportunidades que a China começou a estabelecer, devido às Reformas instituídas por Deng Xiaoping²⁰, com a venda de bens de maior valor agregado de produtos siderúrgicos e petroquímicos brasileiros.

²⁰ Deng Xiaoping, era de origem camponesa, ocupou diversas funções no Partido Comunista Chinês (PCC), assim como Mao Zedong (Mao Tse-Tung), era um antigo líder, e passou a colocar em prática

Com o governo Geisel, a política externa brasileira passou a se basear em um “pragmatismo responsável”, porém, os primeiros anos da relação oficial entre os dois países foram difíceis. Havia muita desconfiança pela cúpula militar brasileira em relação a um cenário onde o Brasil pudesse passar a ser dependente comercial da China, mas o quadro de crise da dívida externa fez com que esse cenário fosse sendo modificado aos poucos. (BIATO JÚNIOR, 2010)

Em 1978, o governo chinês lançou um plano de desenvolvimento decenal que previa investimentos da ordem de US\$ 600 bilhões em cerca de 120 projetos de 1978 a 1985, que incluíam a construção de complexos siderúrgicos, portos, troncos ferroviários, usinas de eletricidade, os quais implicavam na importação de insumos, serviços e tecnologia do exterior. Nesse mesmo ano, o Brasil assinou com a China, um Acordo Comercial, a fim de ampliar as exportações brasileiras para além de *commodities* como açúcar, algodão, soja e óleos vegetais, que caracterizam a sua pauta exportadora até 1977. Em 1979, criaram um Convênio de Transportes Marítimos que incrementaria a oferta de serviços marítimos entre os dois países.

Segundo Mingde (2003), desde 1977, o volume de comércio com a China aumentou anualmente. Em 7 de janeiro de 1978, as duas partes assinaram acordo de comércio, lançando bases para um melhor desenvolvimento das relações comerciais bilaterais. Em maio de 1979, a visita do Vice-Premier Kang Shi'en ao Brasil acelerou enormemente as relações comerciais bilaterais. O volume total de comércio atingiu a cifra de US\$216 milhões em 1979. Desde então, o Brasil tem sido o principal parceiro da China na América Latina.

Porém, após dois anos de superávits para o Brasil, considerando o período de 1978 e 1979, a Balança Comercial passou a registrar saldos deficitários sistemáticos que foram resultantes de um período crescente de importações brasileiras de petróleo chinês. De acordo com Biato Júnior (2010), as exportações chinesas eram inexistentes em 1978, se comparadas com o ano posterior, cerca de US\$ 4 milhões, no entanto, em 1979, ascendem para US\$ 84 milhões, em 1981 para US\$350 milhões, em 1982, US\$ 312 milhões, e em 1983 atingiram US\$505 milhões.

Em contraste, as exportações brasileiras para a China estagnaram. Em 1978, somavam US\$128 milhões, em 1979 caíram para US\$118 milhões, em 1980, foram

US\$104 milhões, e em 1981, US\$92 milhões. Assim, o Brasil passou a apresentar deficit médio anual no seu comércio com o mercado chinês de US\$230 milhões, no período de 1980 a 1983.

É importante mencionar que houve uma visita, em 1982, a convite da China, do Chanceler Ramiro Guerreiro, na qual Deng Xiaoping abriu sua agenda para recebê-lo, e essa visita foi um passo pontual na paulatina aproximação entre os dois países com regimes políticos diferentes, a visita encerrou-se com a assinatura de Acordo de Cooperação Científico-Tecnológico, que possibilitou avanços no setor, como foi o caso do Programa Sino-Brasileiro de Satélites de Recursos Terrestres (CBERS).

Ainda com base no autor, a partir de 1983, já apresentando reflexos no ano seguinte, o Brasil passou a utilizar o mecanismo de comissões mistas, previsto no Acordo Comercial de 1978. Nesse período, a economia chinesa refletia um caráter estatal, e havia forte participação de empresas estatais brasileiras no comércio, como Petrobrás, Siderbrás, e Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Essas comissões tinham a função de dirigir o comércio para produtos e setores específicos de cada área.

Em 1984, o Brasil e não mais a China passou a ter superávits comerciais. Em 1985, a China se comprometeu a comprar do Brasil no período entre 1985 e 1987, aço e ferro-gusa em quantidades de até 1 milhão de toneladas anuais, assim como, minério de ferro em quantidade superior a 4,5 milhões de toneladas, em contrapartida, o Brasil passaria a importar petróleo chinês de 20,5 milhões para 3 milhões de toneladas em 1985. O Brasil passou a ampliar suas exportações para a China de US\$ 453 milhões em 1984, para US\$ 817 milhões em 1985.

É válido dizer que em 1984, ocorreu a visita de João Figueiredo à China. Essa visita foi vista como um gesto brasileiro de reconhecimento que a nação chinesa não era mais vista como uma inimiga ideológica como a URSS, e depois desse encontro, ficou decidido que os dois países passariam a iniciar relações culturais e que seria facultado à China o direito de abrir um consulado em São Paulo.

Segundo Biato Júnior (2010), o embaixador da República Popular da China, Gao Kexiang, afirmou que entre 1974 e 1984 a principal prioridade chinesa era a consolidação das relações bilaterais com o Brasil.

Mingde (2013) afirma que com a visita de Figueiredo, em 1984, os dois países assinaram um acordo referente ao uso da energia nuclear para fins pacíficos, e em

1985, foi assinado um protocolo sobre cooperação na área de geologia e indústria metalúrgica.

De forma geral, na primeira metade dos anos 1980, houve um grande empenho de ambos os Governos com a intensa participação de empresas estatais das duas partes, e o comércio bilateral atingiu proporções consideráveis.

Segundo Pires, Paulino e Cunha (2015), os anos de 1980 marcaram profundas transformações nas estruturas tanto brasileira como chinesa. No Brasil, houve o reestabelecimento da democracia, ao passo, que o país passou a enfrentar a sua maior crise econômica desde a década de 1930, por conta dos efeitos da crise da dívida externa. Já na China, o período foi marcado pelo início das reformas modernizadoras de Deng Xiaoping, que propiciaram maior abertura ao país e sua integração ao processo de globalização econômica.

Ainda segundo os autores, enquanto a trajetória brasileira se deu por um período de estagnação ocasionada pela crise da dívida externa, e pela consequente crise fiscal e pelos conjuntos inadequados advindos de ajustes liberalizantes aplicados entre 1981 e 1994, a China apresentou um crescimento vertiginoso impulsionado pela política de modernização, mercantilização e abertura econômica controlada pelo Estado.

Esse quadro só se modifica com a redemocratização brasileira, iniciada com a chegada ao poder do Presidente José Sarney em 1985, permitindo colocar fim aos obstáculos ideológicos entre as duas nações. Sarney visita à China em 1988 e inicia uma agenda de propostas de cooperação bilateral.

Segundo Mingde (2013), em 1986, quando o Ministro de Ciência e Tecnologia visitou a China, foi explorada a possibilidade de cooperação em áreas de alta tecnologia tais como informática, indústria aeroespacial e biotecnologia.

Ainda segundo o autor, durante a visita de estado do Presidente Sarney à China em 1988, os dois Ministros de Relações Exteriores assinaram seis documentos incluindo um protocolo sobre pesquisa e construção conjunta de satélites, um acordo suplementar sobre cooperação em pesquisa científica e desenvolvimento técnico na área de transporte, um protocolo sobre cooperação em tecnologia industrial e um acordo de cooperação na área eletrônica. Porém, no período brasileiro que se estendeu de 1990 a 1992, o Brasil retornou ao alinhamento com os EUA, devido à mudança do caráter da política externa por Collor de Melo, que governou de 1990 a 1992.

Segundo Vizontini (2003), o Brasil, do mesmo modo que a China, sofreu negativamente o impacto das transformações internacionais da passagem da década de 1980 para a década de 1990. A diferença é que a elite dirigente chinesa reagiu às condições adversas, enquanto que a brasileira adaptou-se às novas tendências, que afetaram toda a América Latina e que incluíam as regras neoliberais do Consenso de Washington²¹. Collor abriu o mercado de maneira abrupta, abandonou o projeto de desenvolvimento, sucateou as indústrias estratégicas como a da aeronáutica e a armamentista nacional, e a crise se instalou, passou a privatizar as empresas estatais mais bem-sucedidas, e o Brasil retrocedeu na produção e no emprego.

Esse governo foi seguido pelo governo de Itamar Franco, vice de Collor à época, que conforme Pires, Paulino e Cunha (2015), reviu a política externa brasileira e o paradigma foi adaptado à conjunta internacional, passando a adotar uma postura crítica e ativa em foros multilaterais, procurando assegurar mecanismos que afastassem os projetos de desenvolvimento. Nesse período, o Brasil passou a aprofundar suas relações com países como Índia, Rússia, África do Sul, e principalmente, a China, percebendo que existiam similaridades em questões comerciais, ambientais e de governança.

Os anos 1990 foram marcados pelo declínio no intercâmbio bilateral, devido à perda de complementaridade entre as duas economias, onde a China promoveu um rápido desenvolvimento econômico e tecnológico, reduzindo as oportunidades brasileiras em suprir a demanda de bens manufaturados pelo país, que se tornou, aos poucos uma economia em competição com o Brasil em setores de consumo, como móveis, sapatos e tecidos. (BIATO JÚNIOR, 2010)

Ainda conforme o autor, a década de 1990 também foi marcada por projetos de cooperação perseguidos pelo Brasil com a China, que se baseavam no reforço financeiro e institucional do CBERS. Esse projeto estratégico liberal, era provido de uma inovadora cooperação em alta tecnologia, porém passou por uma grave crise devido ao desinteresse do Presidente Collor.

21 Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados - FMI, Banco Mundial e BID - especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo *Institute for International Economics*, sob o título "*Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*", era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. Às conclusões dessa reunião é que se daria, subsequentemente, a denominação informal de "Consenso de Washington". (BATISTA, 1994, p.5)

Outro projeto importante, foi o Projeto de Cooperação Estratégica, uma tentativa brasileira de assegurar para as empreiteiras nacionais, importantes contratos de construção civil no ramo de barragens na China, projeto este que demonstrou resultados positivos, como reflexo de um período de forte ativismo empresarial brasileiro na China.

Holanda (2016), afirma que em 1990, o presidente da RPC, Yang Shangkun visitou o Brasil, e em 1993, durante a visita ao Brasil do vice-primeiro-ministro Zhu Rongji, foi cunhada a expressão “Parceria Estratégica²²” para as relações bilaterais, as quais foram elevadas em 2012, durante a visita do ex-primeiro ministro Wen Jiabao, à categoria de Parceria Estratégica Global.

Nesse contexto de orientações difusas da política exterior, entre preservação de parcerias tradicionais e a busca pela diversificação e firmamento de novas parcerias com países em desenvolvimento, o caminho cursado pelo Brasil na década de 1990 foi caracterizado como a “dança dos paradigmas” (Cervo, 2002), que se deu nos governos de Fernando Collor de Melo, de Itamar Franco e de Fernando Henrique Cardoso. (PIRES, PAULINO e CUNHA, 2015, p. 144)

Mingde (2013) nos diz que a partir dos anos 1990, o Brasil continuou a ser um dos maiores parceiros comerciais da China na América Latina. Em 1992, o volume total de comércio entre os dois países foi de US\$584 milhões, representando 19,76% do total do volume de comércio entre a China e a América Latina, que era de US\$2,98 bilhões. Em 1996, o volume de comércio entre a China e a América Latina foi de US\$6,73 bilhões, dos quais 33,28% correspondentes a US\$2,24 bilhões, corresponderam ao Brasil.

A China nesse período foi identificada como uma das prioridades da diplomacia brasileira devido a sua importância como parceiro político dada as similaridades nos fóruns multilaterais, como parceiro econômico, como forte mercado consumidor, fornecedor e investidor, como parceiro na cooperação científico-tecnológica; além da identificação compartilhada de países em desenvolvimento que buscam por maior engajamento e autonomia na arena internacional. (PIRES, PAULINO e CUNHA, 2015)

Já no século XXI, o Presidente Jiang, em 11 de abril de 2001, em nova visita ao Brasil, afirmou que as duas partes haviam feito grande progresso na cooperação

22 Desde o ano de 1993, com a visita de Jiang Zemin e Zhu Rongji, que China e Brasil deram início para a sua “parceria estratégica”, a qual já havia sido antecipada devido as primeiras visitas de altas autoridades brasileiras e chinesas nos anos de 1984, com a visita do Presidente João Baptista Figueiredo à China, 1985, com a Visita do Primeiro-Ministro Zhao Ziyang ao Brasil, 1988, com a visita de Sarney à China e 1990, com a visita do Presidente Yang Shangkun da RPC ao Brasil. (CABRAL, 2009, p. 77)

em várias áreas nos últimos 27 anos, desde o estabelecimento de relações diplomáticas. A manutenção de uma parceria estratégica elevaria o relacionamento a um nível sem precedentes, estreitando a coordenação e cooperação. (MINGDE, 2013)

Nos primeiros anos do século XXI, a tendência histórica de um relacionamento bilateral cooperativo entre a China e o Brasil, começou a se modificar. Segundo Ávila (2009), constatou-se que, desde 2001, existe uma rápida expansão das relações econômicas e políticas, tanto no plano bilateral como no plano multilateral.

Isso seria significativo não apenas para a China e o Brasil, mas também para todos os países em desenvolvimento, aumentando sua força como grupo e contribuindo para o estabelecimento de uma ordem política e econômica internacional mais equilibrada e racional. Para tanto, a China estava disposta a juntar esforços com o Brasil, tendo o Presidente Jiang Zemin dado as seguintes sugestões: manter os contatos e intercâmbios de pessoas em vários níveis; reforçar os laços nas áreas econômica, comercial, científica e tecnológica; prestar apoio recíproco em assuntos regionais e internacionais. (MINGDE, 2013)

Em 1999, em termos de comércio, o Brasil exportou apenas US\$ 676 milhões para China, que ocupava, nesse período o posto de 15º maior comprador das mercadorias brasileiras. Em 2000, a China ainda era superada pelo Japão em relação ao comércio brasileiro, no entanto, em 2003, a China passou a ser o terceiro maior mercado do Brasil, atrás dos EUA e da Argentina. (BIATO JUNIOR, 2010)

Para Pires, Paulino e Cunha (2015), os fatores políticos e diplomáticos foram muito importantes na evolução das relações sino-brasileiras, mas foi o fator econômico-comercial que direcionou os passos dessa relação na primeira década do novo século, principalmente, se considerarmos o fato de que o Brasil é considerado um reservatório de recursos naturais, matérias-primas e alimentos, e isso é muito relevante para o desenvolvimento chinês.

Ainda conforme os autores, ao longo do seu governo, iniciado em 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva reiterou a prioridade dada pela política externa brasileira às relações de perfil Sul-Sul. Como resultado, a dependência dos mercados da Europa e dos Estados Unidos para as exportações brasileiras diminuiu fortemente.

Em 11 anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), ocorreram seis visitas de Estado entre os dois países: Luiz Inácio Lula da Silva, maio de 2004 e abril de 2009, Hu Jintao, novembro de 2004 e abril de 2010, e Dilma Rousseff, em abril de 2011, e Xi Jinping, em julho de 2014.

No ano de 2004, os laços entre Brasil e China foram reforçados devido às visitas dos Chefes de Estado brasileiro e chinês, Luiz Inácio Lula da Silva e Hu Jintao, respectivamente. Os encontros concentraram-se em quatro temas principais: a) colaboração no plano multilateral; b) apoio à candidatura do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU; c) processo de reconhecimento do *status* da China como país de economia de mercado; e d) direitos humanos na China. O saldo foi de nove atos bilaterais e 14 contratos assinados para ampliação do intercâmbio econômico e comercial. (PIRES, PAULINO e CUNHA, 2015)

Segundo Cabral (2009), esse ano representou a retomada do diálogo estratégico sino-brasileiro para o enfrentamento dos desafios do século. Nesse encontro, estabeleceu-se a criação da COSBAN, presidida, nesse período, pelo Vice-Presidente José de Alencar e foi destinada a promover as políticas de desenvolvimento, que englobam o plano econômico, comercial financeiro, científico e técnico, acadêmico e cultural, com o objetivo de aumentar a cooperação entre os dois países.

Desde que foi criada, a COSBAN se reuniu em 2006, 2012, 2013, 2015 e 2019. Ela foi montada com 11 subcomissões que abrangem diferentes aspectos das relações bilaterais entre Brasil e China, como, por exemplo: Econômico-Financeira; de Inspeção e Quarentena; Educacional; Política; de Cooperação Espacial; Econômico-Comercial; de Agricultura; Cultural; de Ciência e Tecnologia; de Energia e Mineração; e de Indústria e Tecnologia da Informação, assim como, possui grupos de trabalhos com temas específicos. (PIRES, PAULINO e CUNHA, 2015)

Em 2007, houve a I Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-China que pode ser interpretada como uma espécie de termômetro de interesses da RPC, servindo como arena menos burocrática para negociação de questões comerciais e/ou como instrumento para inclusão de temas na agenda bilateral e aprimoramento das relações diplomáticas, cujas bases estão no entendimento de que nada substitui o contato direto e constante entre principais líderes do governo. (PIRES, PAULINO e CUNHA, 2015, 152)

Além da COSBAN, foi assinado, em 2009, pelos presidentes o Plano de Ação Conjunta (PAC) 2010-2014, que tinha como objetivo construir espaço de negociações comerciais e investimentos com a China. A versão original do PAC, firmada pelos então presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hu Jintao, em 2010, e constituiu o primeiro documento estratégico sino-brasileiro, com metas de curto, médio e longo

prazo, nas esferas bilateral, multilateral e plurilateral. Nos anos seguintes, o relacionamento entre os dois países se intensificou com visitas de alto nível entre os países e de iniciativas para institucionalização delas.

Além do PAC e da COSBAN, em 2006 iniciou-se, informalmente, o diálogo entre os países do grupo que ficou conhecido como BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), inicialmente. Esse acrônimo, foi criado alguns anos atrás, em 2001, por um diretor da Goldman Sachs, Jill O'Neill, identificando as quatro economias emergentes promissoras. O BRIC passou a constituir um mecanismo de cooperação em áreas afins e com potencial entre os integrantes. Em 2011, a sigla foi modificada para BRICS, sendo que o "S" significa a admissão da África do Sul.

Esse período foi marcado por grandes acordos e muito otimismo em relação à parceria entre a China e o Brasil, no entanto, em termos comerciais, em meados de 2004, já se percebia que as exportações chinesas ao Brasil, principalmente de produtos industriais passaram a crescer em ritmo mais acelerado do que as exportações brasileiras para a China, reacendendo as áreas têxtil, calçadista e de brinquedo, ou seja, a chamada "ameaça chinesa". Essa percepção negativa, foi partilhada e estimulada por uma das maiores entidades patronais do Brasil, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o que gerou pressão sobre o Governo para o emprego de medidas protecionistas contra a China. (BIATO JÚNIOR, 2010)

Em 2006, passou a surgir um quadro mais claro da "primarização" da pauta exportadora brasileira no comércio com a China, em contraste com a participação avassaladora de produtos manufaturados na pauta chinesa. A esse fato, pode-se somar que a economia chinesa se tornou importadora líquida de *commodities* e o Brasil, no mesmo período, se transformou em um expressivo exportador de matérias-primas agroindustriais, minerais e energéticas, como parte do processo de capacitação tecnológica e investimentos setoriais. Biato Júnior (2010) ainda atribui a esse quadro, o aumento da demanda mundial por matérias-primas, processo pelo qual a China é uma das maiores molas propulsoras.

Para Pires, Paulino e Cunha (2015), a evolução comercial entre a economia brasileira e a chinesa pode ser caracterizada na década de 2000 em três períodos distintos, o primeiro é estabelecido de 2000 a 2003, marcado pela intensificação dos resultados favoráveis ao Brasil, o segundo, ocorre de 2004 a 2008, ano no qual a China atinge o superavit de US\$ 3,5 bilhões. O terceiro período ocorreu nos anos de

2009 e 2010, quando o saldo voltou a ser largamente favorável ao Brasil, situação essa que se sustentou até 2013, em resposta à elevação acentuada nas exportações brasileiras para a China diante das importações.

Em 2008, ocorreu a crise financeira internacional que impactou diretamente as relações bilaterais entre Brasil e China. Para Holanda (2016), a crise foi responsável pela reconfiguração da geoeconomia mundial, e esse fator é determinante para os dois países em vários aspectos, o primeiro que se pode citar, é que os países passaram a modificar a sua tomada de decisão, a qual se mostrou de mais curto prazo e por um horizonte temporal mais amplo.

Os dois países também passaram a ter uma agenda bilateral mais diversificada que passou de tópicos mais tradicionais como o intercâmbio comercial, para tópicos mais diversos como investimentos, associações em alta tecnologia, segmento aeronáutico, fármacos, economia verde e cooperação acadêmica, e por último, a agenda dos dois países passou para um plano plurilateral, devido aos dois estarem presentes no BRICS, e em novos mecanismos como o G20.

Em 2009, a China se tornou o principal parceiro comercial do Brasil, o qual, em sua pauta exportadora passaram a predominar de 68% para 83% de produtos básicos. Em 2010, a China se tornou importadora líquida de grãos, e a soja ocupou o primeiro lugar das exportações brasileiras para a China. Em 2013, esse percentual ultrapassou os 90% do total.

Segundo o Conselho Empresarial Brasil China, CEBC (2012) as relações econômico-comerciais entre os dois países continuaram a registrar um notável crescimento em 2011. A China manteve, no ano de 2011, a posição de principal parceiro comercial do Brasil, alcançada em 2009. A partir desse período o Brasil passa a ser governado pela sua primeira presidenta, Dilma Rouseff, e o período das relações bilaterais pode ser considerado como um período de relações mais maduras entre os dois países.

O comércio entre os países movimentou um total de US\$ 77,1 bilhões, refletindo um aumento de 36,8% em comparação ao ano de 2010. O comércio exterior brasileiro encerrou o ano de 2011²³ com excelentes resultados. Vários recordes foram

23 “As estatísticas oficiais também mostram vários produtos cuja exportação teve início em 2011, comprovando a abertura do mercado chinês: máquinas para fabricar papel (US\$ 30 milhões), ligas de níquel (US\$ 15 milhões), dicloroetano (US\$ 11 milhões), propeno (US\$ 7 milhões), billets de ferro/aço (US\$ 7 milhões), ilmenita (US\$ 6 milhões) e trigo (US\$ 5 milhões)”. (CEBC, 2012)

quebrados e em todos o intercâmbio com a China teve papel decisivo. As exportações para a China alcançaram US\$ 44 bilhões (mais 44%), enquanto as importações foram de US\$ 32 bilhões (mais 28%), resultando em um superavit favorável ao Brasil de US\$ 12 bilhões. (CEBC, 2012)

Em consonância com o momento de expansão do comércio bilateral, o ano de 2012 começou com um importante marco para as relações sino-brasileiras – a realização da II Reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), que constitui o mais importante mecanismo de coordenação entre os países, e não se reunia desde 2006. Presidida pelo Vice-Presidente da República, Michel Temer, em conjunto com o Vice-Primeiro-Ministro da República Popular da China, Wang Qishan, a reunião, realizada em fevereiro, suscitou as questões mais relevantes do intercâmbio bilateral e mostrou a disposição dos dois governos em promover o que caminha bem e antecipar eventuais dificuldades de modo a assegurar a sustentabilidade deste importante relacionamento. (CEBC, 2012)

A China, em 2012, foi o maior comprador de produtos brasileiros como: óleo de soja, óleo de amendoim, algodão, pasta de madeira e celulose. A grande demanda chinesa por alimentos foi influenciada pelo crescimento da renda da população e pela migração interna do campo para a cidade, que reconfigura o estilo de vida, antes rural, para agora urbano e o padrão de consumo. (CEBC, 2012)

Segundo o exposto no Anexo B, em 2013, ocorreu a III Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN). A visita se inseriu no quadro do diálogo entre o Brasil e a China, dando seguimento aos dois encontros que ocorreram nesse ano, o pela Presidenta Dilma Rousseff com o Presidente Xi Jinping, à margem das Cúpulas dos BRICS e do G-20. Segundo Pires, Paulino e Cunha (2015), em termos comerciais, em 2013, o fluxo comercial atingiu US\$ 83,3 bilhões, com um superavit em favor do Brasil de US\$ 8,7 bilhões.

Foi também a primeira visita oficial de alto nível após a elevação das relações ao “*status*” de “Parceria Estratégica Global”, acordada durante a visita do então Primeiro-Ministro Wen Jiabao ao Brasil, em junho de 2012, quando foi ainda criado o Diálogo Estratégico Global e celebrado o Plano Decenal de Cooperação.

Segundo Pires, Paulino e Cunha (2015), o Plano Decenal de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China foi lançado em 2012, após o *status* do relacionamento ter sido alterado. Esse fato ocorreu

durante a Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável que ficou conhecido como Rio+20. O Plano possuía várias diretrizes de cooperação.

A primeira dizia respeito à Ciência, Tecnologia, Inovação e Cooperação Espacial; a segunda a Minas, Energia, Infraestrutura e Transportes; a terceira aos Investimentos e à Cooperação Industrial e Financeira; a quarta à Cooperação Econômica e Comercial; e a quinta referia-se à Cooperação Cultural, Educacional e Intercâmbio entre os povos.

Em 2014, a relação diplomática entre os dois países completou 40 anos, e a agenda política sino-brasileira transcendeu a esfera bilateral e assumiu crescente dimensão plurilateral. Brasil e China foram convocados a participar da discussão de questões de governança mundial e, por meio de sua atuação em mecanismos de geometria variável, como BRICS e G-20, ampliaram as oportunidades de progresso para os países em desenvolvimento.

A cooperação em ciência, tecnologia e inovação cruzou as fronteiras nos da biotecnologia, ciências agrárias, entre outros e ambos os países lançaram o quinto satélite, em dezembro de 2014, fruto do Programa CBERS, pioneiro entre os países em desenvolvimento no campo da alta tecnologia. O ano de 2014 também foi marcado pela abertura da primeira agência bancária do Banco do Brasil em Xangai, a primeira de uma instituição financeira latino-americana na China, assim como, pela assinatura de 56 atos e acordos em diversas áreas entre entidades públicas e privadas sino-brasileiras, principalmente na área comercial e de investimentos. (CEBC, 2015)

Brasil e China atravessaram, ao longo do ano de 2015, por um período de transição econômica. Na esteira do fim do último superciclo das *commodities*, o Brasil buscou reajustar sua economia para permitir um novo ciclo de crescimento. (CEBC, 2015a). Parte desse ajuste ocorreu no setor externo, em reação às mudanças do cenário global e das políticas de seus principais parceiros, como China e Estados Unidos. O movimento de ajuste do Balanço de Pagamentos estava em curso e envolveu mudança dos termos de troca, desvalorização do real e busca por novos mercados.

Já a China passou por um período de certa volatilidade no mercado financeiro, derivado a uma bolha no mercado de ações, e por mudanças em sua política cambial, que passou a ser cambial de taxa flutuante administrada conforme a demanda e a oferta de dívidas e com a taxa de câmbio referenciada a uma cesta de moedas. Isso ocorreu em face de uma transformação mais ampla de sua economia em direção a

taxas sustentáveis de crescimento e de aumento do consumo e do setor de serviços, com redução relativa dos investimentos/exportações e da indústria. Ambas as economias apresentaram, em 2015, cenários mais calmos em relação aos anos anteriores. (CEBC, 2015a)

Em 2016, a corrente de comércio Brasil-China totalizou US\$ 58,5 bilhões, indicando uma queda de 12% em relação ao ano anterior. Nesse cenário, as exportações brasileiras apresentaram leve contração de 1%, em grande medida devido à diminuição do ritmo de crescimento da economia chinesa e à queda dos preços das principais *commodities* que compunham a pauta. As importações oriundas do país asiático fecharam o período com uma redução de 24% refletindo a desaceleração da economia brasileira em diversos setores.

Segundo CEBC (2016) com esses resultados, o saldo comercial entre os dois países encerrou o ano de 2016 com superávit de US\$ 11,8 bilhões para o Brasil, constituindo o maior valor da série histórica desde o estabelecimento das relações comerciais sino-brasileiras. Em referência ao histórico das transações bilaterais, é notável a retração nas trocas comerciais entre Brasil e China, visto que, desde 2014, se observava um movimento de queda na corrente de comércio, após o recorde estabelecido em 2013. No Brasil ocorreu golpe parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff e na China, as empresas estatais passaram por reformas desde 2014.

Em 31 de agosto de 2016 assumiu o então Vice-Presidente Michel Temer, que governou até o final de 2018. Em 2016, a China foi considerada o principal parceiro comercial do Brasil e tornou-se também o maior investidor estrangeiro (em termos de fluxo) na economia brasileira. (CEBC, 2017)

Outros aspectos relevantes a serem ressaltados em relação à economia chinesa são, em primeiro lugar, o fato de a China ser um país cada vez mais urbano, já que no ano de 2017, cerca de 55% da população chinesa era urbana; neste ano a renda per capita chinesa ultrapassou a brasileira; em segundo lugar, o aumento da demanda chinesa por alimentos. CEBC (2017)

Ainda em 2017, a China se consolida como potência econômica e energética. Em razão de seu crescimento, se tornou o principal consumidor de energia do mundo, com cerca de 23% do consumo global. Além disso, foi o principal produtor de energia, com cerca de 19% da produção global, liderando as importações de petróleo e as emissões de CO₂. CEBC (2017)

Segundo a CEBC (2018), o ano de 2018 foi marcado pelo acirramento das tensões comerciais entre China e EUA, que ultrapassaram as relações de cunho comercial, e culminam na área de investimentos. Os movimentos começaram unilateralmente por parte dos EUA com políticas de cunho protecionistas marcadas pela gestão do presidente Donald Trump. Essas tensões foram em parte benéficas ao Brasil devido ao aumento do preço da soja brasileira em relação à estadunidense. (CEBC, 2018a)

E, por fim, no ano de 2018, foi celebrado o aniversário de 30 anos do início da cooperação em ciência, tecnologia e inovação com o Programa CBERS. Com a união de recursos financeiros e tecnológicos entre as duas economias, o investimento superior nesse projeto foi de US\$ 300 milhões, com um sistema de responsabilidades divididas (30% brasileiro e 70% chinês), tendo como intuito a implantação de um sistema completo de sensoriamento remoto de nível internacional. (2018a)

A partir dessa visita na história das relações diplomáticas com foco na parte comercial, entre Brasil e China, veremos os principais acordos disponíveis na base de dados brasileira do Ministério das Relações Exteriores, conhecida como Concórdia (concordia.itamaraty.gov.br).

3.3 Acordos Comerciais entre Brasil e China

Conforme a base de dados do MRE, Concórdia, existem três tratados de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e a China que datam desde 1880, onde apenas um está em vigor desde 1943.

Quadro 08 – Tratado Sino-Brasileiro de Amizade, Comércio e Navegação

Data de celebração	Status	Tratado	Outra parte	Assunto
20/08/1943	Em Vigor	Tratado de Amizade entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da China.	China	Paz, Amizade, Comércio e Navegação
03/10/1881	Substituído	Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Império do Brasil e o Império da China.	China	Paz, Amizade, Comércio e Navegação
05/09/1880	Substituído	Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Império do Brasil e o Império da China.	China	Paz, Amizade, Comércio e Navegação

Fonte: elaborado pela autora baseado na Concórdia (<https://concordia.itamaraty.gov.br/>)

O primeiro foi elaborado em 1880 e foi substituído pelo Tratado de 1881, que promulga o tratado de amizade, comércio e navegação celebrado entre Brasil e China, aprovado por Dom Pedro II, em 03/10/1881, em um total de 17 artigos, conforme o decreto nº 8651, de 24 de agosto de 1882.

O terceiro tratado de Amizade, Comércio e Navegação, que está em vigor e firmado desde 1943, foi aprovado pelo decreto-lei nº 1.123, em 1944, aprovado por Getúlio Vargas, com 7 artigos.

Sobre o comércio, os principais acordos que estão disponíveis no banco de dados do Ministério das Relações Exteriores, o Concórdia, são três, o primeiro de 1978, o segundo de 1984 e o terceiro em 1993, sendo que os três se encontram em vigor com a outra parte, a China.

Além desses acordos, existem outros, elencados no quadro 09, que aparecem na plataforma com os assuntos “comércio”, “cooperação econômica”, “comissão mista”, “recursos naturais – cooperação econômica” e “cooperação econômica – energia”.

Quadro 09 – Acordos de comércio, cooperação econômica entre Brasil e China

Data de celebração	Status	Título do Acordo	Parte	Assuntos
28/12/1962	Em Vigor	Acordo de Comércio entre os Estados Unidos do Brasil e a República da China.	China	Comércio
07/01/1978	Em Vigor	Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China.	China	Comércio
29/05/1984	Em Vigor	Protocolo Adicional ao Acordo de Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China.	China	Comércio
30/10/1986	Em Vigor	Ata Final da IV Reunião da Comissão Mista Comercial Brasil-China.	China	Comissão Mista - Comércio
18/05/1990	Em Vigor	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China de Cooperação Econômica e Tecnológica.	China	Cooperação Econômica
18/05/1990	Em Vigor	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Minério de Ferro.	China	Recursos Naturais - Cooperação Econômica
05/03/1993	Em Vigor	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular China.	China	Cooperação Econômica - Energia
23/11/1993	Em Vigor	Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre o Incremento do Comércio Bilateral de Minério de Ferro e a Promoção da Exploração Conjunta de Reservas de Minério de Ferro.	China	Comércio
01/12/1998	Em Vigor	Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China ao Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China para Assegurar a Qualidade de Produtos Importados e Exportados.	China	Cooperação Econômica
01/09/2017	Em Vigor	Memorando de Entendimento entra a Administração Geral de Supervisão de Qualidade, Inspeção e Quarentena da República Popular da China e o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) da República Federativa do Brasil e o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia da República Federativa do Brasil	China	Comércio

Fonte: elaborado pela autora baseado na Concórdia (A)

Esses dez acordos do quadro 09 possuem *status* “em vigor” com ano de celebração que vai de 1962 a 2017.

3.4 BRICS

Em 2001, um estudo da instituição Goldman Sachs, pela Divisão de Pesquisa de Investimentos Globais, publicou o relatório “*Build Better Global Economic Bric*”, enfocava quatro das principais economias de mercado emergente com rápido crescimento e que seriam os principais impulsionadores do futuro crescimento da economia global. O artigo foi de autoria de Jim O’Neill, chefe da divisão de pesquisa, o qual fez uma projeção de que nos próximos 10 anos, o peso dessas economias no PIB mundial cresceria significativamente assim como aumentaria o impacto na política fiscal e monetária, dos primeiros países, até então, a sigla não tinha o “s” que, posteriormente, faria referência à África do Sul²⁴.

No início do relatório de Jim O’Neill, as primeiras informações já introduziam as projeções futuras e já apresentava a sigla:

Em 2001 e 2002, o crescimento real do PIB em grandes economias de mercado emergentes excederá esse do G7²⁵. No final de 2000, o PIB em US\$ com base em PPC no Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC) era cerca de 23,3% do PIB mundial. Com base no PIB atual, a participação do BRIC no PIB mundial é de 8%²⁶. Usando o PIB atual, o PIB da China é maior do que o da Itália²⁷. Nos próximos 10 anos, o peso dos BRICs e principalmente da China no PIB mundial vai crescer, levantando questões importantes sobre o impacto econômico global de fatores fiscais e monetários política nos BRICs²⁸. Em consonância com essas perspectivas, os fóruns mundiais de formulação de políticas devem ser reorganizados e em particular, o G7 deve ser ajustado para incorporar representantes do BRIC. ²⁹(O’NEILL, 2001, p. 1)

Podemos entender que os dados que foram apresentados no relatório respaldavam muito corretamente o que estaria a vir, a articulação de países que exerceriam uma forte força sobre a economia mundial, e que nenhum deles fazia parte do grupo de países mais industrializados do mundo, o Grupo dos Sete (G7).

24 WITH GS RESEARCH REPORT, “BRICS” ARE BORN. Goldman Sachs. 2019. Disponível em: <https://www.goldmansachs.com/our-firm/history/moments/2001-brics.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2021

25 In 2001 and 2002, real GDP growth in large emerging market economies will exceed that of the G7. (Tradução nossa)

26 At end-2000, GDP in US\$ on a PPP basis in Brazil, Russia, India and China (BRIC) was about 23.3% of world GDP. On a current GDP basis, BRIC share of world GDP is 8%. (Tradução nossa)

27 Using current GDP, China’s GDP is bigger than that of Italy. (Tradução nossa)

28 Over the next 10 years, the weight of the BRICs and especially China in world GDP will grow, raising important issues about the global economic impact of fiscal and monetary policy in the BRICs. (Tradução nossa)

29 In line with these prospects, world policymaking forums should be re-organised and in particular, the G7 should be adjusted to incorporate BRIC representatives. (Tradução nossa)

Outras pesquisas surgiram após essa publicação, o que fez com que a sigla BRIC fosse usada amplamente dos círculos econômicos, principalmente, quando as projeções foram confirmadas.

O grupo dos quatro países reuniu-se oficialmente em 2009 em Yekaterinburg, na Rússia, com o objetivo de discutir questões políticas e desafios comuns aos países membros. No ano de 2011, o grupo votou pela adesão da África do Sul, e consolidaram a sigla BRICS³⁰.

No tocante às relações inter-regionais apresentadas no site do Ministério das Relações Exteriores (MRE), os principais esforços despendidos por Brasil e China se deram através das estruturas dos BRICS. Com reuniões anuais dos líderes dos países, além de reuniões periódicas de ministros de estados em áreas específicas.

Desde 2009, o BRICS se tornou um dos principais espaços de negociações entre os países do grupo. Desta forma, faz-se importante destacar os principais encontros e decisões referentes ao comércio internacional entre os países-membros.

O comércio internacional figura de forma suplementar em todas as reuniões de líderes, sempre reforçando o multilateralismo no sistema comercial.

A primeira reunião da cúpula foi realizada na cidade de Ecaterimburgo, na Rússia, em 16 de junho de 2009. Frente aos desdobramentos da crise financeira, iniciada em 2007, os líderes dos países (Brasil, Rússia, Índia e China), reforçaram as decisões adotadas pela cúpula dos países do G-20, em total consonância as medidas relativas ao combate aos efeitos da crise mundial. Destaca-se, no entanto, a defesa de se estabelecerem reformas nas instituições financeiras internacionais, além de uma maior promoção do diálogo e cooperação entre os membros para se estabelecer um maior fluxo comercial e de investimentos entre os países³¹.

A segunda cúpula foi realizada em Brasília no ano de 2010, na qual o grupo sugeriu um novo sistema de votação no Banco Mundial, assim como, uma reforma no Fundo Monetário Internacional, dentre outros diversos acordos de cooperação a fim de facilitar o financiamento de suas obras e projetos.

30 WITH GS RESEARCH REPORT, "BRICS" ARE BORN. Goldman Sachs. 2019. Disponível em: <https://www.goldmansachs.com/our-firm/history/moments/2001-brics.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2021

31 DECLARAÇÃO conjunta de Ecaterimburgo. 2009. Disponível em: <http://www.brics2018.org.za/sites/default/files/documents/Joint%20statement%20of%20the%20BRIC%20Leaders,%20Russia,%202009.pdf>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

Nesta segunda reunião também se destaca a defesa do reforço do papel do G-20 na mitigação dos impactos da crise financeira, além da necessidade de se estabelecer um plano pós-crise, tomando como base o tratamento da crise pelas economias emergentes. Assim como na reunião anterior, reforçou-se uma reforma na arquitetura financeira internacional. No que diz respeito ao comércio internacional, destacou-se a importância do combate ao protecionismo e o fortalecimento do sistema multilateral e da OMC³².

A terceira cúpula ocorreu em Sanya, na China, em 2011, o tema foi “Visão ampla, prosperidade compartilhada”. Esta terceira reunião, que marca o ingresso da África do Sul no BRICS, é marcada também pelo reforço das políticas de cooperação em consonância com outros organismos internacionais. No tocante ao comércio, a reunião da cúpula somente reforça os esforços de se fortalecer o sistema multilateral de comércio³³.

A partir da terceira cúpula, o comércio internacional passa a ser discutido nas reuniões dos ministros do comércio dos estados partes, que ocorrem anualmente. No entanto, a tônica das reuniões segue no entorno do fortalecimento desse sistema multilateral de comércio, com destaque aos esforços da Rússia e com o fortalecimento da representatividade dos países na Organização Mundial do Comércio.

A primeira reunião dos ministros do comércio aconteceu no Brasil, no Rio de Janeiro, em 2010. A segunda em 2011, em Genebra, Suíça, antes da oitava Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, dando sequência à reunião realizada em Sanya, na China, no mesmo ano.

Um dos pontos importantes que podemos destacar da Declaração Ministerial dos Ministros de Comércio do BRICS dessa reunião é relativa ao reconhecimento do enorme potencial de crescimento dos fluxos de comércio entre os países em desenvolvimento e da cooperação em investimentos nos próximos anos. Ainda nessa declaração, há a felicitação pela adesão da Rússia à OMC, o que levaria a fortalecer ainda mais o sistema multilateral de comércio. Outro ponto de destaque é com relação ao papel da OMC em manter as forças protecionistas sob controle e criticaram os

32 DECLARAÇÃO de Brasília. 2010. Disponível em: <http://www.brics2018.org.za/sites/default/files/documents/BRIC%20Grouping%20Joint%20Statement%20II%20Summit,%20Brasilia.pdf>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

33 DECLARAÇÃO e plano de ação de Sanya. Disponível em: <http://www.brics2018.org.za/sites/default/files/documents/Sanya%20Declaration.pdf>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

subsídios que as economias desenvolvidas ofertavam, principalmente na agricultura, pois eles geram insegurança alimentar e negam o potencial de desenvolvimento desse setor-chave em países que já passam por esses desafios de participar dos fluxos globais³⁴.

A segunda reunião dos Ministros do Comércio e da Economia do BRICS ocorreu em Nova Delhi, em 2012. Nessa reunião os ministros enfatizaram a necessidade de resistir às tendências protecionistas e mantiveram a ideia de resistir às tendências protecionistas e de promoção do comércio internacional como motor de crescimento e desenvolvimento econômico. Os ministros mais uma vez criticaram os subsídios à agricultura por países desenvolvidos que continuavam a distorcer o comércio e que instalavam o protecionismo.

Os ministros também estabeleceram discussões sobre a importância da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento ou em inglês *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD), sobre o Grupo de Contato sobre Assuntos Econômicos e Comerciais (CGETI) em relação a uma proposta da Rússia em estabelecer Plataformas de Projetos, sobre o aumento da cooperação intra-BRICS e sobre a cooperação das autoridades para garantir que os membros do BRICS aumentem seu comércio incluindo produtos manufaturados de maior valor agregado para apoiar a industrialização e o emprego em seus países³⁵.

No mesmo ano, os ministros voltaram a se encontrar no México, enfatizando o compromisso com o fortalecimento do sistema multilateral do comércio e externaram preocupações acerca do papel crescente das cadeias de valor globais no comércio. Observaram que muitos setores, indústrias e mesmo países não estavam interagindo com foco em ganhos socioeconômicos de longo prazo³⁶.

Em 2013, a reunião ministerial foi em Durban, na África do Sul, às vésperas da Quinta Cúpula do BRICS, e externaram preocupações sobre o crescimento global que se enfraqueceu consideravelmente em 2012, com recessão, crescimento frágil e condições deflacionárias em algumas economias avançadas, esse impacto se deveu a uma baixa demanda de consumo, desaceleração significativa no crescimento do

34 MINISTERIAL DECLARATION OF THE BRICS TRADE MINISTERS. 2011. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/111214-trade.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

35 MINISTERIAL DECLARATION OF THE BRICS TRADE MINISTERS. 2012. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/120328-trade.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

36 MINISTERIAL DECLARATION OF THE BRICS TRADE MINISTERS. 2012b. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/120419-trade.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

comércio internacional e maior volatilidade nos fluxos de capital e nos preços das *commodities*, mesmo assim observaram um crescimento no grupo de países. Adicionalmente destacaram mais uma vez o papel da OMC, juntamente ao processo de seleção para um novo Diretor-Geral da OMC em 2013, para mostrar um maior compromisso com a multilateralismo.

Outro fator apresentado foi o compromisso com os Fóruns Multilaterais onde surgissem questões de comércio e investimentos como G20, UNCTAD, entre outros. Outro ponto foi o aumento dos mecanismos para fortalecer a cooperação intra-BRICS através da Estrutura de Cooperação de Comércio e Investimentos desenvolvido pelo CGETI. E por último, a parceria do BRICS para apoiar a Agenda de Desenvolvimento da África, fortalecendo sua cooperação na busca de sinergias para investimento nos setores de infraestrutura, agricultura e manufatura da África³⁷.

Na 4ª reunião ministerial, ocorrida em Fortaleza, no Brasil, às vésperas da Sexta Cúpula dos BRICS, os ministros voltaram a externar preocupações acerca do ritmo lento de recuperação dos fluxos de comércio e investimento. O CGETI fez um estudo sobre o comércio conjunto e fez recomendações para promoção das exportações de valor agregado entre os países e garantir um comércio mais sustentável entre os países-membros. Os ministros também endossaram o Plano de Ação de Facilitação de Comércio e Investimento do BRICS desenvolvido também pelo CGETI, assim como enfatizaram a importância dos BRICS para o comércio eletrônico e destacaram o potencial para o estabelecimento de vínculos mais profundos com as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs)³⁸.

O maior esforço dentro do BRICS para o fortalecimento do comércio internacional se dá em 2015, com o estabelecimento de uma estratégia de parceria econômica entre os países partes, na 5ª Reunião de Ministros de Comércio do BRICS. Como parte de uma das áreas de cooperação prioritárias, o comércio e investimento figuram como estratégicos no sentido de complementariedade industrial dos países do BRICS. Outras áreas também são inseridas nessa Estratégia para a Parceria Econômica dos BRICS, como indústria e processamento de minerais, energia sustentável, cooperação agrícola, ciência, tecnologia e inovação, cooperação

37 MINISTERIAL DECLARATION OF THE BRICS TRADE MINISTERS. 2013. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/130326-trade.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

38 MINISTERIAL DECLARATION OF THE BRICS TRADE MINISTERS. 2014. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/140714-trade.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

financeira, conectividade institucional e física, e pessoa a pessoa, e por fim, em cooperação em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

Os princípios básicos da Estratégia para a Parceria Econômica foram: pleno respeito pela soberania dos Estados-Membros; compromisso com o direito internacional e reconhecimento do papel central das Nações Unidas na paz, segurança e desenvolvimento; ter em conta os interesses, prioridades, estratégias de crescimento e desenvolvimento nacionais dos Estados-Membros; abertura, compartilhamento de informações e consenso na tomada de decisões; compromisso com as regras e princípios do sistema multilateral de comércio conforme consubstanciado na Organização Mundial do Comércio (OMC); reconhecimento da natureza multipolar do sistema econômico e financeiro global; apoio para maior intercâmbio de melhores práticas na melhoria do ambiente de negócios; transparência e previsibilidade no ambiente de investimento em linha com as políticas e prioridades nacionais; compromisso de apoiar o desenvolvimento sustentável, o crescimento forte, equilibrado e inclusivo, a estabilidade financeira e a combinação equilibrada de medidas que garantam o desenvolvimento social e econômico e a proteção do meio ambiente; compromisso de cooperação mutuamente benéfica com outros países; inadmissibilidade de sanções econômicas unilaterais em violação das normas universalmente reconhecidas de relações internacionais.

A expansão comercial se daria através de uma cooperação em diversas subáreas, como no setor manufatureiro, através do incremento da produtividade e do aumento da participação dos produtos de maior valor agregado no PIB dos países. Destaca-se, também, a complementariedade e padronização da produção nos países e um fortalecimento do comércio eletrônico. Os objetivos seriam alcançados através da cooperação mútua em compartilhamento de informações e coordenação das autoridades aduaneiras³⁹.

A 6ª reunião dos Ministros do Comércio do BRICS foi realizada em 2016, em Nova Delhi, no limiar da 8ª Cúpula do BRICS, em Goa, Índia. O Encontro foi precedido pela 13ª reunião do Grupo de Contato do BRICS sobre Assuntos Econômicos e Comerciais (CGETI), também em 2016.

39 RELEASED at the Ufa Summit. 2015. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/150709-partnership-strategy-en.html#ii1>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

A reunião de Ministros do Comércio fez um balanço do cenário econômico do BRICS em relação às áreas de cooperação sobre comércio e investimento. Os Ministros apreciaram o trabalho realizado pelos membros do BRICS durante 2016 e instaram a que esse impulso fosse mantido. Porém voltaram a expressar preocupações com o desenvolvimento econômico mundial. O contexto que o comércio se encontrava em 2016, era de desaceleração contínua do crescimento global, demanda global reprimida, preços baixos das *commodities* e do petróleo, choques para economia global como o BREXIT⁴⁰, volatilidade nos mercados de ações e moedas, tensões no setor bancário, turbulência política em alguns países, entre outros.

Os ministros também discutiram uma estratégia para uma Parceira Econômica do BRICS, a importância das MPMEs, a importância de um Conselho Empresarial do BRICS, sobre o aumento das Medidas Não Tarifárias (MNTs) que restringe a participação de países em desenvolvimento no comércio global, endossaram a padronização, o setor de serviços, o comércio eletrônico, a cooperação em direitos de propriedade intelectual e elogiaram o trabalho realizado pela China que se encontrava na presidência do G20, e por fim, saudaram a Cúpula do G20 em Hangzhou⁴¹.

Segundo um anexo da Declaração produzida nessa reunião, chamado “Termos de Referência (ToR) do BRICS Model E-Port Network”⁴², temos que em 2015, a Estratégia de Parceria Econômica do BRICS foi aprovada pelos líderes do BRICS, em que se destacou a troca de ideias e experiências sobre o desenvolvimento de uma Janela Única.

Em 2016, os ministros do comércio do BRICS endossaram a Estrutura para Cooperação em Janela Única do BRICS, e assim, se iniciou o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (as “TICs”). O E-port surgiu como uma forma particular de plataforma eletrônica integrada para processar e monitorar o movimento transfronteiriço de mercadorias e navios de transporte a nível portuário.

Esta forma de janela única requeria uma cooperação mais estreita entre todas as autoridades e agências governamentais relacionadas ao comércio em relação aos

40 Palavra que vem do inglês, e significa Britain (Bretanha) e Exit (saída), isto é, a saída do Reino Unido da União Europeia.

41 MINISTERIAL DECLARATION OF THE BRICS TRADE MINISTERS. 2016. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/161013-trade.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

42 Termos de Referência da Rede Modelo de E-Port do BRICS. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/170831-eport.html>. Acessado em 14 de Janeiro de 2021.

portos. Essa etapa seria para implementar os documentos acima mencionados e para realizar e fortalecer a colaboração em janela única. Os objetivos da Rede Modelo de E-Port do BRICS objetivava explorar um mecanismo para melhorar a conectividade da cadeia de suprimentos e facilitação do comércio entre os membros do BRICS.

Os ministros também discutiram Esboços para a Facilitação de Investimentos do BRICS⁴³, Iniciativa de Cooperação de Comércio Eletrônico⁴⁴, Diretrizes de Cooperação para a Propriedade Intelectual⁴⁵, e uma Estrutura de Fortalecimento da Cooperação Econômica e Técnica para os países-membros⁴⁶.

A 7ª reunião, ocorreu em Xangai, na China, em 2017, sob a presidência do Ministro do Comércio da República Popular da China, Zhong Shan, e assim como a de 2015, foi muito importante para o fortalecimento do comércio internacional. Nessa reunião foi feita uma revisão acerca do progresso na cooperação econômica, comercial e de investimentos, assim como em áreas-chaves. Os sinais positivos na recuperação da economia global foram observados, mas os desafios ainda eram profundos, pois a partir de 2017, o protecionismo voltou a ascender, segundo a declaração dos Ministros⁴⁷.

No sentido de averiguar os rumos do comércio entre os países-membros do BRICS, com destaque para a participação desse grupo, da China e do Brasil, podemos destacar que até 2017, ano até o qual se pode elaborar um levantamento de dados mais preciso, as formas de fortalecimento e ampliação do comércio foram se desenvolvendo gradualmente e de forma a modernizar o sistema de aperfeiçoamento na cooperação entre os países. É importante destacar que até o ano de 2020, ainda temos atividades nas Cúpulas dos BRICS.

43 Esboços para Facilitação de Investimentos do BRICS. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/170802-investment-outlines.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

44 Iniciativa de Cooperação de Comércio Eletrônico do BRICS. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/170802-investment-outlines.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

45 Diretrizes de Cooperação de DPI do BRICS. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/170831-ipr.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

46 Estrutura de Fortalecimento da Cooperação Econômica e Técnica para os Países do BRICS. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/170831-ipr.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

47 MINISTERIAL DECLARATION OF THE BRICS TRADE MINISTERS. 2017. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/170802-trade.html>. Acessada em 14 de Janeiro de 2021.

3.5 G20

O Grupo dos Vinte (G20) é o principal fórum para cooperação econômica internacional para tomada de decisões de seus países-membros, os quais são compostos por 19 países mais a União Europeia, com representantes no Fundo Monetária Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM).

Os ministros das finanças e governadores dos bancos centrais, no ano de 1999, começaram a se reunir como sugestão dos ministros das finanças do G7, em consequência da crise financeira global que ocorreu entre 1997 e 1999, desde então, ocorre uma reunião ministerial de finanças a cada outono, com o grupo que foi, formalmente, criado em 25 de setembro de 1999.

Porém, apenas em 2008, quando o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, convidou os países do G20 para Washington (DC), que foi criada a primeira cúpula do G20, também como consequência e como um ato para coordenação de uma resposta global à crise financeira que se iniciou nos Estados Unidos em meados de 2007. A partir de então, começaram a ocorrer cúpulas do G20.

O G20 foi criado visando ser um novo mecanismo para diálogo informal no quadro do sistema institucional de Bretton Wood e assim ampliar as discussões acerca da política econômica e financeira entre as economias que eram significativas ou sistematicamente importantes de regiões ao redor do mundo e para promover uma cooperação para alcançar um crescimento mundial estável e sustentável que beneficie a todos⁴⁸.

O G20 teve como formulação inicial “GX” e foi resultado de diferentes abordagens entre os membros do G7. Os franceses que foram apoiados pelos italianos, se opuseram à criação do G20 por medo de que isso prejudicasse a autoridade do FMI e do novo Comitê Financeiro Monetário e Internacional (CFMI). Os Estados Unidos e o Japão foram favoráveis ao novo órgão, e a Grã-Bretanha, que embora apoiasse a criação, apresentou reservas por medo de que o G20 pudesse minar na prática a proeminência do novo CFMI, cuja presidência se daria pelo ministro das finanças britânico, Gordon Brown.

48 O que é o G20? Disponível em: <http://www.g20.utoronto.ca/g20whatisit.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

O G20, nos primeiros anos, era consistido por 18 países membros, além do G7 (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido), por Argentina, Austrália, Brasil, China, Índia, México, Rússia, Arábia Saudita, Coreia e Turquia. O G20 possui um amplo equilíbrio regional com China, Austrália, Índia e Coreia na região asiática.

Um dos dois cargos de países não preenchidos foi reservado para a Indonésia, que o receberia se sua transição democrática estável fosse concluída, já que naquela época havia preocupações do G7 Sobre seus abusos políticos e de direitos humanos. Enquanto outros países asiáticos, notadamente a Malásia, estavam reivindicando um lugar, alguns países entre o G7 achavam que países asiáticos como a Tailândia seriam, devido ao tamanho e à ausência de controles de moeda, mais adequados.

A China teve um lugar de destaque na diplomacia que desenhou a nova instituição, já que durante as reuniões nunca houve qualquer consideração sobre excluí-la do grupo, e foi vista com uma classificação acima de alguns países como Argentina, México, Coreia e Turquia, e como um país que ultrapassaria o Canadá (foi anfitrião na reunião de 2010) e a Itália. Embora tenha havido algumas discussões acerca da remoção de alguns países como Austrália, Coreia, Turquia e Arábia Saudita, o financiamento financeiro desse último mostrou a decisão no final.

O G20 possui algumas discussões acerca da sua institucionalização, se é um G7 ampliado ou se nasceu para legitimar as iniciativas do G7 para o mundo mais amplo, sempre garantindo consenso de ideias geradas pelo próprio G7. Entretanto, o G20 não quer deixar que a reforma do sistema financeiro internacional seja feita “pelas mãos” do FMI ou do Banco Mundial, haja vista, é onde os países em desenvolvimento ou desenvolvidos têm um papel institucionalizado⁴⁹.

A primeira cúpula ocorreu em 15 de novembro de 2008, em Washington, DC (Distrito de Colúmbia), nos EUA. A principal lista de compromissos possuía como principais pontos: as causas raízes da crise de 2008, as ações a serem tomadas, princípios comuns para uma reforma dos mercados financeiros, compromisso com um plano de ação para uma economia global aberta e implementação de princípios para reforma, melhoria da regulamentação sólida, supervisão prudencial, gestão de riscos,

49 O que é o G20? Disponível em: <http://www.g20.utoronto.ca/g20whatisit.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

reforço da cooperação internacional, reforma das instituições financeiras internacionais, entre outros⁵⁰.

A segunda cúpula ocorreu em Londres, em 2 de abril de 2009. Primeiramente, os países-membros assumiram o compromisso de fazer tudo o que for necessário para ter uma solução global frente a crise, como: restaurar a confiança, o crescimento e os empregos; reparar o sistema financeiro a fim de restaurar o crédito; fortalecer a regulação financeira a fim de reconstruir a confiança; capitalizar e reformar nossas instituições financeiras internacionais para superar esta crise e prevenir outras no futuro; promover o comércio e investimentos globais e rejeitar o protecionismo para garantir a prosperidade; promover uma retomada do crescimento que seja inclusiva, verde e sustentável.

Nessa reunião, alguns acordos para constituir um plano global de retomada do crescimento em escala. Sendo assim, foram firmados com o objetivo de triplicar os recursos disponíveis do FMI para US\$750 bilhões; apoiar a alocação de Direitos Especiais de Saque no valor de US\$250 bilhões; assegurar pelo menos US\$100 bilhões de crédito adicional via Bancos Multilaterais de Desenvolvimento; garantir US\$250 bilhões de apoio ao financiamento ao comércio, e de usar recursos adicionais da venda acordada do ouro do FMI para financiamentos concessionais aos países mais pobres, que juntas, essas medidas, constituem um programa adicional de apoio no valor de US\$1,1 trilhões para restaurar o crédito, o crescimento e os empregos na economia mundial.

Com relação ao comércio, na declaração da cúpula, reafirmou-se a importância do crescimento do comércio mundial, afirmando que foi ele que alicerçou a crescente prosperidade do mundo, mas que com a queda na demanda exacerbada por pressões protecionistas e uma retração das linhas de crédito para o comércio, a revitalização do comércio e dos investimentos eram medidas cruciais a serem tomadas, por isso: reafirmaram o compromisso de evitar elevar barreiras ao investimento e ao comércio de bens e serviços, assim como, evitar de impor novas restrições à exportação ou à implementação de medidas inconsistentes com a OMC para estimular as exportações.

Outros pontos, dizem respeito à não adoção do protecionismo financeiro, particularmente, medidas para limitar o fluxo internacional de capitais para os países

50 Declaração da Cúpula sobre Mercados Financeiros e Economia mundial. Disponível em: <http://www.g20.utoronto.ca/2008/2008declaration1115.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

em desenvolvimento; se comprometeram a notificar a OMC quanto a tais medidas e estimular a OMC, juntamente com outras organizações internacionais relevantes, de acordo com os respectivos mandatos, a monitorar e reportar publicamente, em base trimestral, nossa adesão a esses compromissos; tomar todos os passos possíveis para promover e facilitar o comércio e o investimento; e mobilizar ao menos US\$ 250 bilhões nos próximos dois anos para apoiar o financiamento ao comércio via nossas agências de créditos à exportação e investimento e os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento; por fim, solicitar aos reguladores atrelados ao G20, que tornem flexíveis as exigências de capital para o financiamento ao comércio⁵¹.

A terceira cúpula, ocorreu em Pittsburgh, nos Estados Unidos, em 24 a 25 de setembro de 2009. Em 2008, a produção global contraiu-se em um ritmo nunca visto desde 1930, o comércio exterior estava em queda, os empregos desapareceram, e os povos tinham a percepção de que o mundo estivesse à beira de uma depressão, mas depois das medidas tomadas, já observaram que em 2009, o comércio internacional começou a se recuperar, as instituições financeiras estavam levantando o capital necessário, os mercados financeiros demonstraram disposição em investir e conceder empréstimos e a confiança aumentou.

Outros pontos foram discutidos como a redução de barreiras ao comércio e ao investimento na área de segurança energética e mudança climática; reafirmaram o compromisso de atingir Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e as respectivas promessas da Assistência de Desenvolvimento Oficial (ODA), inclusive os compromissos de Ajuda para o Comércio, alívio da dívida e os que foram feitos em Gleneagles, especialmente para a África subsaariana, para 2010 e além.

Na reunião, os países-membros do G20, reforçaram a importância de os mercados manterem-se abertos e liberalizados e que os compromissos firmados em Washington e em Londres deveriam continuar a ser postos em prática, como se abster de elevar barreiras ou impor novas barreiras a investimentos e ao comércio de bens e serviços; impor novas restrições à exportação ou adotar medidas incompatíveis com a Organização Mundial do Comércio (OMC) para estimular exportações e se comprometeram a retificar essas medidas, caso sejam adotadas.

51 Declaração dos líderes do G20 em Londres. Disponível em: <http://www.g20.utoronto.ca/2009/2009communique0402-br.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

Outro objetivo importante era diminuir qualquer impacto negativo das ações dos países-membros de políticas domésticas ao comércio e a investimentos, inclusive de políticas fiscais e de ações de apoio ao setor financeiro. Mas um dos principais pontos era não retornar ao protecionismo financeiro, principalmente adotar medidas que restringissem os fluxos mundiais de capitais, em especial os direcionados para países em desenvolvimento, assim como, os países-membros deveriam notificar rapidamente a OMC sobre qualquer medida comercial relevante⁵².

A quarta cúpula, ocorreu em Toronto, Canadá, em junho de 2010 e a quinta cúpula ocorreu em Seul, Coreia do Sul, em novembro, do mesmo ano. Em Toronto, a Cúpula do G-20 reafirmou a necessidade de uma reforma no setor financeiro, com uma estrutura regulatória sólida, com uma supervisão eficaz, uma resolução e abordagem das instituições sistêmicas, e uma avaliação internacional transparente. Sobre o comércio, reafirmaram, a necessidade de um mercado aberto que atendesse às oportunidades que o comércio e os investimentos oferecem⁵³.

Já quinta cúpula em Seul, demonstrou mais preocupações com o comércio internacional e os investimentos. Os países-membros lançaram o Plano de Ação de Seul que apresentavam o compromisso com cinco áreas específicas: políticas monetária e cambial; políticas de comércio e desenvolvimento; políticas fiscais; reformas financeiras; e reformas estruturais.

Especificamente na área do comércio, reafirmaram o comprometimento com o comércio livre e com investimentos, mostrando oposição a ações protecionistas de qualquer natureza, a fim de aumentar a crescente participação dos países em desenvolvimento na produção e no comércio mundial, e principalmente, desenvolver ações para os países de baixa renda em: infraestrutura, desenvolvimento de recursos humanos, comércio, investimento privado e criação de empregos, segurança alimentar, crescimento com resiliência, inclusão financeira, mobilização de recursos internos e compartilhamento de conhecimento⁵⁴.

52 Declaração dos Líderes da Cúpula de Pittsburgh. Disponível em: <http://www.g20.utoronto.ca/2009/2009communique0925-br.html>. Acessado em: 14 de janeiro de 2021.

53 Projeto de Declaração da Cúpula do G20 em Toronto. Disponível em: <http://www.g20.utoronto.ca/2010/to-leakedcommunique.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

54 Documento da Cúpula de Seul. Disponível em: <http://www.g20.utoronto.ca/2010/g20seoul-doc.html#trade>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

A sexta cúpula ocorreu em Cannes, França, em novembro de 2011. Foi firmada uma Ação Coletiva Renovada para Benefício de Todos, cujo objetivo principal foi tratar questões relacionadas ao emprego, com foco no emprego jovem.

Sinais de vulnerabilidade nos mercados emergentes também foram uma preocupação, com o aumento dos preços das *commodities*, prejudicando o crescimento e atingindo os mais vulneráveis. As tensões do mercado financeiro aumentaram devido aos riscos soberanos na Europa. E a outra preocupação que também norteou a declaração relacionava-se ao fortalecimento do Sistema Monetário e Financeiro Internacional, fortalecimento da vigilância do FMI, melhorar a regulamentação e a supervisão do setor financeiro e proteger as finanças públicas e o sistema financeiro global dos riscos representados por paraísos fiscais e jurisdições não cooperativas⁵⁵.

A sétima cúpula aconteceu em Los Cabos, no México, em junho de 2012. Na declaração dos Líderes do G20, foi externada uma preocupação com a economia global, que segundo eles, permanecia vulnerável, afetando empregos, comércio, desenvolvimento e meio ambiente.

Sobre o comércio exterior, os países-membros apresentaram preocupação com o aumento dos casos de protecionismo em todo mundo, reafirmam a abertura do comércio e do investimento, ressaltando a importância de um sistema comercial multilateral aberto, previsível, baseado em regras transparentes, e que eles precisam garantir a centralidade da OMC⁵⁶.

A oitava cúpula foi realizada em São Petersburgo, na Rússia, em setembro de 2013. Muitas pautas foram discutidas nessa reunião, as principais relacionadas com os temas: Economia Global e Estrutura do G20 para Crescimento Forte, Sustentável e Equilibrado por meio de Empregos de Qualidade; Financiamento para Investimento; Melhoria do Comércio Multilateral; Abordando Base de Erosão e Transferência de Lucros, Combatendo a Evasão Fiscal e Promovendo Transparência Tributária e Troca Automática de Informações.

Um ponto importante sobre o comércio levantado na cúpula relacionava-se com a importância dos Acordos Comerciais Regionais (RTAs) e sua contribuição para

55 Declaração Final da Cúpula de Cannes. Disponível em: <http://www.g20.utoronto.ca/2011/2011-cannes-declaration-111104-en.html>. Acessado em: 14 de janeiro de 2021.

56 Declaração dos Líderes do G20. Disponível em: <http://www.g20.utoronto.ca/2012/2012-0619-loscabos.html>. Acessado em: 14 de janeiro de 2021.

a liberalização do comércio e do investimento. Os países-membros se comprometeram a garantir que os RTAs apoiassem o sistema comercial multilateral. Para tanto, decidiram continuar o trabalho em RTAs na OMC e compartilhar a abordagem para Promover a Transparência em Acordos Comerciais Regionais⁵⁷.

A nona cúpula ocorreu em Brisbane, na Austrália, em novembro de 2014. Um dos principais pontos discutidos nessa reunião foi a meta de elevar o PIB do G20 em pelo menos de 2% até 2018. A análise do FMI-OCDE indicou na época que os compromissos, se totalmente implementados, renderiam 2,1%. Isso adicionaria mais de US \$ 2 trilhões à economia global e criaria milhões de empregos.

Outro ponto enfatizado era a necessidade de políticas que aproveitassem ao máximo as cadeias de valor globais e incentivassem uma maior participação e agregação de valor por parte dos países em desenvolvimento, naquele ano. As estratégias de crescimento incluíam reformas para facilitar o comércio, reduzindo custos, agilizando procedimentos alfandegários, reduzindo encargos regulatórios e fortalecendo serviços que possibilitam o comércio⁵⁸.

A décima cúpula aconteceu em Antalya, Turquia, em novembro de 2015. Sobre o comércio, especificamente, os países-membros reafirmaram o compromisso de melhorar os esforços por meio de uma Estratégia de Crescimento Ajustado, assim como destacaram a importância das Cadeias de valor globais, solicitam relatórios sobre as medidas restritivas ao comércio e investimentos à OMC, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD).

É importante mencionar que nessa declaração ainda há o reforço ao compromisso de paralisação e reversão das medidas protecionistas, assim como, para a permanência de um comércio multilateral mais forte sob as regras da OMC⁵⁹.

A décima primeira cúpula foi realizada em Hangzhou, na China, em setembro de 2016. No contexto dessa reunião, os riscos de queda da economia permaneciam devido à volatilidade nos mercados financeiros, assim como, às flutuações dos preços das *commodities*, comércio e investimentos lentos, aumento do fluxo de refugiados, e

57 Declaração dos Líderes do G20. Disponível em: <http://www.g20.utoronto.ca/2013/2013-0906-declaration.html#trade>. Acessado em 14 de janeiro de 2020.

58 Comunicado dos líderes do G20. Disponível em: <http://www.g20.utoronto.ca/2014/2014-1116-communicue.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2020.

59 Comunicado dos líderes do G20. Disponível em: <http://www.g20.utoronto.ca/2015/151116-communicue.html#conclusion>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

do terrorismo. Devido a esse contexto, adotam um pacote de políticas e ações, o chamado Consenso de Hangzhou, com base na visão, integração, abertura e inclusão.

A Visão dizia respeito a uma agenda de crescimento do G20, a Integração, sobre a busca de conceitos e políticas inovadoras de crescimento, a Abertura, à construção de uma economia aberta, rejeitando o protecionismo, promovendo o comércio e os investimentos globais, fortalecimento do sistema multilateral de comércio, já sobre a Inclusão, a ideia era garantir que o crescimento econômico atendesse às necessidades de todos, a fim de gerar mais empregos de qualidade, enfrentamento das desigualdades e erradicação da pobreza⁶⁰.

A décima segunda cúpula ocorreu em Hamburgo na Alemanha, em julho de 2017. A reunião procurou direcionar as discussões contextualizando as mudanças no mundo por meio da globalização e da mudança tecnológica. Sobre o comércio exterior, reforçaram todos os pontos da reunião anterior e acrescentaram o papel crucial do sistema de comércio baseado em regras, em acordos bilaterais, regionais, plurilaterais, e reforçaram que as cadeias de suprimentos globais sustentáveis, poderiam ser uma fonte importante de criação de empregos e crescimento econômico equilibrado⁶¹.

A décima terceira cúpula foi realizada em Buenos Aires, na Argentina, em novembro de 2018, em comemoração aos dez anos desde a primeira Cúpula de Líderes do G20. Nesse ano, a reunião focou em alguns pontos como o futuro do trabalho, infraestrutura para o desenvolvimento, um futuro alimentar sustentável e uma estratégia de integração de gênero.

Como ponto de destaque da reunião inauguram o Repositório de Políticas Digitais do G20 para compartilhar e promover a adoção de modelos de negócios de economia digital inovadores. E reconheceram a importância da interface entre o comércio e a economia digital, com o uso da inteligência artificial, tecnologias emergentes e novas plataformas de negócios⁶².

60 Comunicado dos líderes do G20: Cúpula de Hangzhou. Disponível: <http://www.g20.utoronto.ca/2016/160905-communicate.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

61 Declaração dos líderes do G20: Moldando um mundo interconectado. Disponível em: <http://www.g20.utoronto.ca/2017/2017-G20-leaders-declaration.html#fr1>. Acessado em 14 de Janeiro de 2021.

62 Declaração dos Líderes do G20: Construindo Consenso para o Desenvolvimento Justo e Sustentável. Disponível em: <http://www.g20.utoronto.ca/2018/2018-leaders-declaration.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

Outras reuniões com ministros específicos de determinadas áreas aconteciam no mesmo período das cúpulas ou posteriormente. Essas reuniões se davam em várias áreas como na agricultura, anticorrupção, cultura, desenvolvimento, economia digital, educação, energia, meio ambiente, finanças, bancos centrais, chanceleres, saúde, trabalho e emprego, pesquisa, turismo e comércio, e reforçavam as declarações finais de cada Cúpula, entretanto, não achamos dados concretos de reuniões que ocorreram de 2008 a 2010.

Após todos os apontamentos apresentados com relação ao estabelecimento dos vínculos diplomáticos entre Brasil e China, e destacada a importância dessa parceria no decorrer dos anos, apresentaremos no próximo capítulo os dados empíricos que corroboram para demonstrar a relevância do comércio entre os dois países, mas principalmente, para a economia brasileira.

4 AS RELAÇÕES COMERCIAIS SINO-BRASILEIRAS, 2008-2018

Com vistas a destacar as relações comerciais entre Brasil e China no período de 2008 a 2018, o presente capítulo tem como objetivo apresentar os aspectos gerais e específicos desse comércio e sua importância para a economia brasileira.

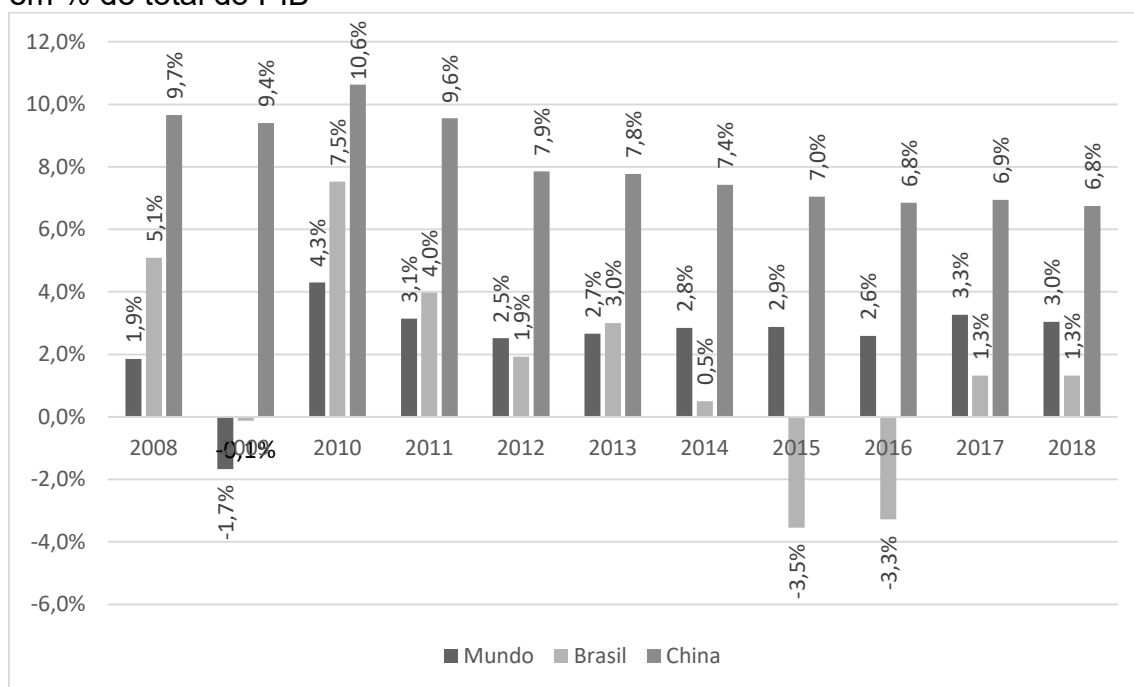
As informações analisadas foram coletadas em bases de dados oficiais como a do Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio (OMC), a base de dados do Comércio Exterior do Brasil (COMEXSTAT)⁶³ e Atlas da Complexidade Econômica (ACE)⁶⁴. As informações referentes ao Produto Interno Bruto (PIB), pauta comercial e importância relativa da relação bilateral na economia de cada parceiro comercial serão dispostas em gráficos, figuras e tabelas para uma melhor visualização.

Sob uma perspectiva mais geral, o primeiro gráfico, apresenta a evolução do Produto Interno Bruto do Brasil, China e a comparação com o PIB mundial, em variação anual, no período de 2008-2018.

63 A base de dados COMEXSTAT condensa os dados extraídos do Sistema de Comércio Exterior (SISCOMEX) do Governo Federal do Brasil, que constitui uma unidade de centralização da autorização, regulamentação e registro das importações e exportações brasileiras.

64 O Atlas da Complexidade Econômica é uma base de dados organizada pelo Growth Lab do Center for International Development at Harvard University, que apresenta os dados do comércio internacional e os fluxos comerciais de diversos países, ainda utiliza a metodologia da complexidade econômica, que mede a ubiquidade e diversidade da pauta exportadora, para apresentar alguns indicadores acerca do Comércio Exterior dos países. Disponível em: <<https://atlas.cid.harvard.edu/>>

Gráfico 01 – Mundo, Brasil e China, evolução do Produto Interno Bruto, 2008-2018, em % do total do PIB



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do Banco Mundial.

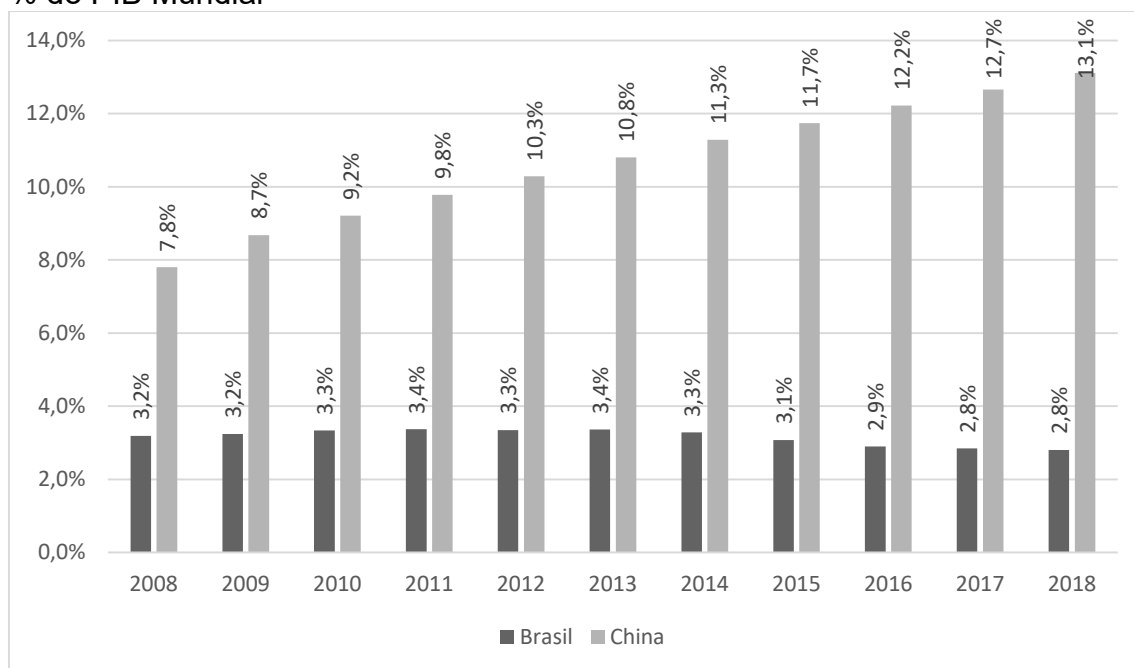
De acordo com o gráfico 01, observa-se que a economia mundial absorveu os impactos da crise financeira de 2007-2008 no ano de 2009 com uma variação negativa do PIB mundial de 1,7% e a recuperação que se segue foi de 4,3% em 2010. No entanto, o PIB mundial mantém uma média de crescimento em torno de 3% no seguir do período.

A economia brasileira, por outro lado, não apresentou uma queda tão acentuada do PIB, como o registrado na média global. Em 2009, a variação foi de -0,1%, com um crescimento de 7,1% em 2010, 3,2 p.p. acima da média mundial no ano. No entanto, o desempenho do produto brasileiro foi inferior ao da média mundial após 2013, acumulando, inclusive, uma queda de 3,5% em 2015, 3,3% em 2016 e uma fraca recuperação posteriormente.

O caso do crescimento da economia chinesa, não encontra paralelo no período. Enquanto as principais economias mundiais sofriam os impactos da crise financeira, a China apresentava um crescimento de 9,4% em 2009 e chegou a 10,6% de crescimento em 2010, 6,3 p.p. acima da média global. A média de crescimento do PIB chinês a partir de então é de 7,5% pois conta com uma desaceleração a partir de 2011.

Ainda sobre o Produto, mas sob outra perspectiva, o gráfico 02 apresenta a participação do PIB brasileiro e chinês no PIB mundial anualmente, de 2008 a 2018.

Gráfico 02 – Brasil e China, Evolução da Participação no PIB Mundial, 2008-2018, em % do PIB Mundial

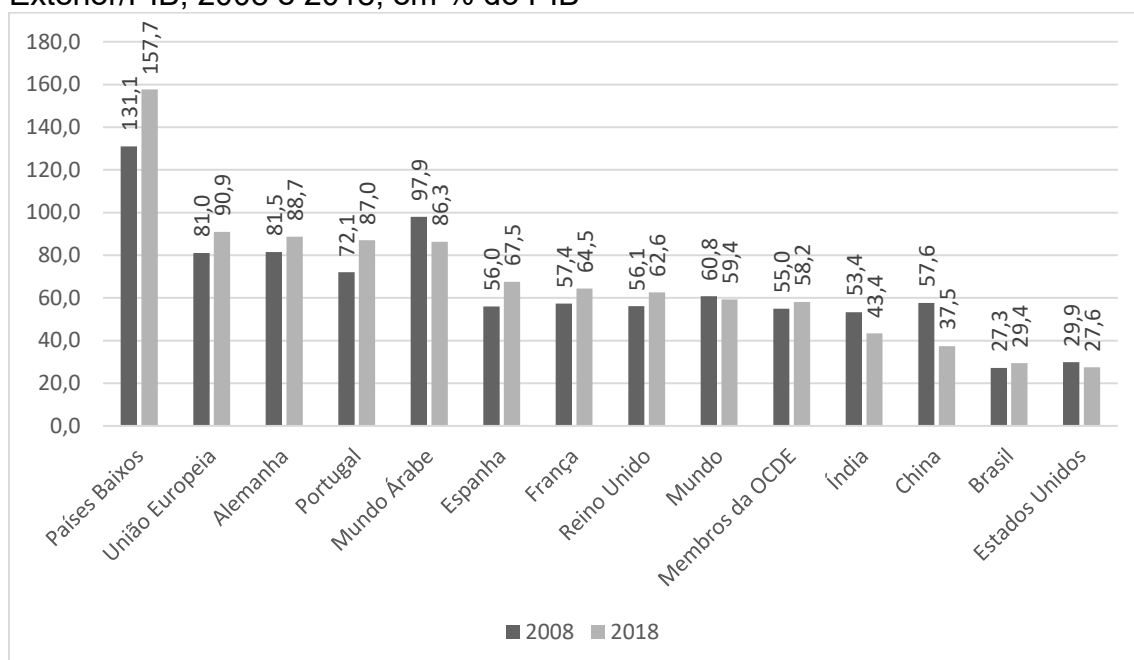


Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do Banco Mundial

O gráfico 02 aponta uma leve tendência de queda da participação relativa do PIB brasileiro ao longo do período a partir de 2014 onde a produção brasileira correspondia a 3,4% da produção mundial passando para 2,8% em 2018. No caso da economia chinesa, o cenário é de crescimento na participação relativa. Ao todo, a participação relativa cresceu 5,3 p.p entre 2008 e 2018. Mesmo em desaceleração, a economia chinesa cresceu relativamente ao longo do período.

O Comércio Exterior exerce uma contribuição significativa no crescimento econômico das nações. O gráfico 03 apresenta a participação relativa do volume comercial (exportações e importações) em relação ao PIB de alguns países e grupos de países selecionados como exercício comparativo. Destaca-se que o gráfico apresenta apenas os valores de 2008 e 2018, o desempenho anual constará na tabela do Anexo C, conforme comentado posteriormente.

Gráfico 03 – Países e Grupo de Países selecionados, proporção Comércio Exterior/PIB, 2008 e 2018, em % do PIB



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do Banco Mundial

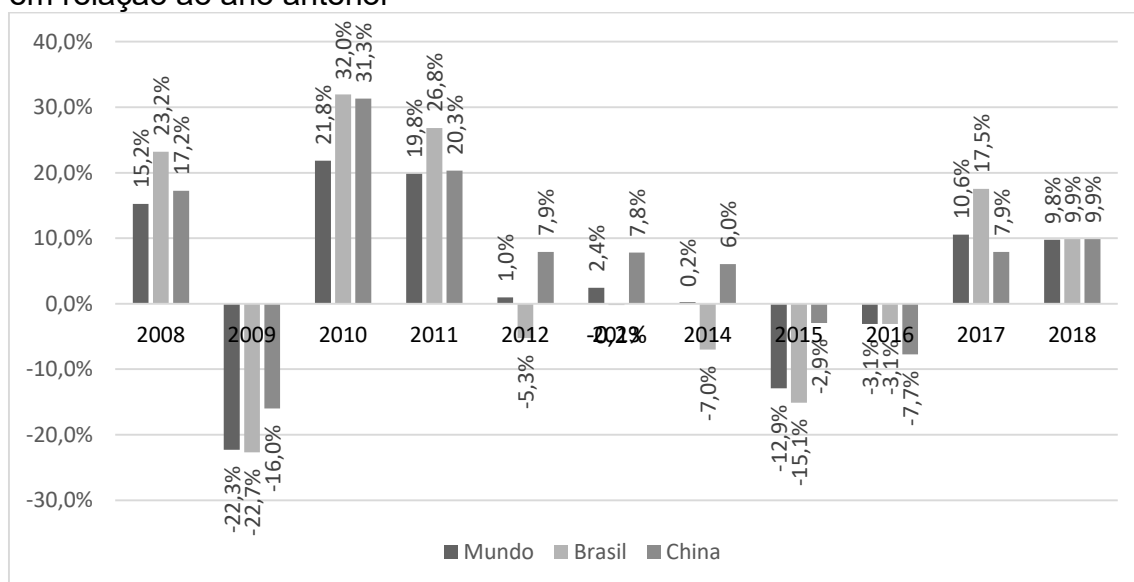
O gráfico 03 mostra que a média mundial da relação COMEX/PIB diminuiu entre os dois períodos, mas não foi uma redução significativa. Nove das outras treze observações apresentaram um crescimento, alguns mais significativos, como é o caso dos Países Baixos, União Europeia, Portugal e Espanha. Os Países Baixos apresentam a maior proporção e maior crescimento dessa participação no período, ao passo que os Estados Unidos apresentam a menor participação e a China a maior redução ao longo do período.

Se usarmos a média mundial e a média da OCDE como parâmetros, observaremos que Índia, China e Brasil (três dos cinco BRICS) apresentam uma participação inferior a tais médias. A China passou de 57,6% para 37,5% e o Brasil teve um leve aumento, de 27,3% para 29,4%. De acordo com o Anexo C, observa-se que o Comércio Exterior brasileiro sofreu com um fraco desempenho pós-crise financeira de 2008, se recuperando ao longo do tempo. A diminuição da proporção COMEX/PIB da China significa um maior crescimento do PIB que uma redução do volume comercializado com o resto do mundo, o que podemos observar melhor a seguir.

Para um melhor entendimento do desempenho do Comércio Exterior do Brasil e da China no período que está sendo destacado, observemos algumas variáveis

isoladas, como exportações, importações e relação das duas variáveis (EXP/IMP). No gráfico a seguir estão as variações anuais das exportações brasileiras e chinesas, comparadas com a variação observada na média global.

Gráfico 04 – Mundo, Brasil e China, evolução das exportações, 2008-2018, variação em relação ao ano anterior

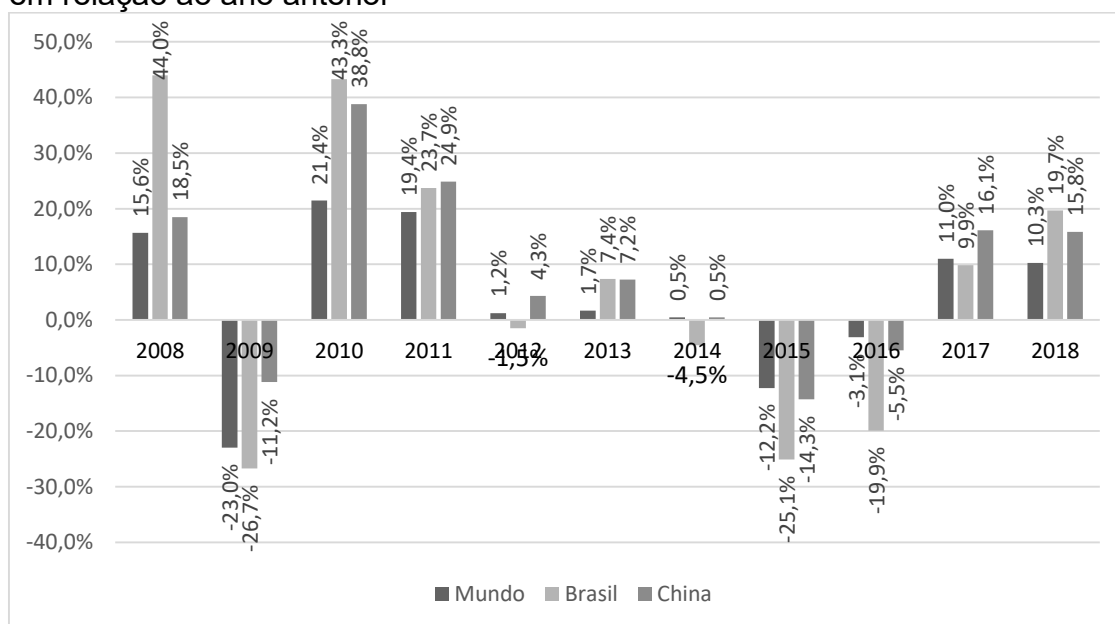


Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da Organização Mundial do Comércio

As exportações brasileiras e chinesas, salvo em alguns momentos para o primeiro, mantiveram o mesmo movimento observado na média mundial. Observa-se que, em 2009, as exportações sofreram uma drástica retração causada pelos efeitos da crise financeira, mesmo a China que teve uma redução menor registrou uma queda de 16% nas suas exportações.

De forma geral, as exportações mantiveram-se em crescimento em 2010 e 2011, mas destaca-se as retrações das exportações brasileiras no período de 2012 a 2016. O ano de 2015 foi o segundo de pior desempenho no período analisado e o Brasil apresenta um recuo de mais de 15% de suas exportações. Somente a partir de 2017 as exportações voltaram a crescer, mas a um nível mais baixo que o observado no início da década. No gráfico 05 se observa a variação anual das importações para o mesmo período.

Gráfico 05 – Mundo, Brasil e China, evolução das importações, 2008-2018, variação em relação ao ano anterior



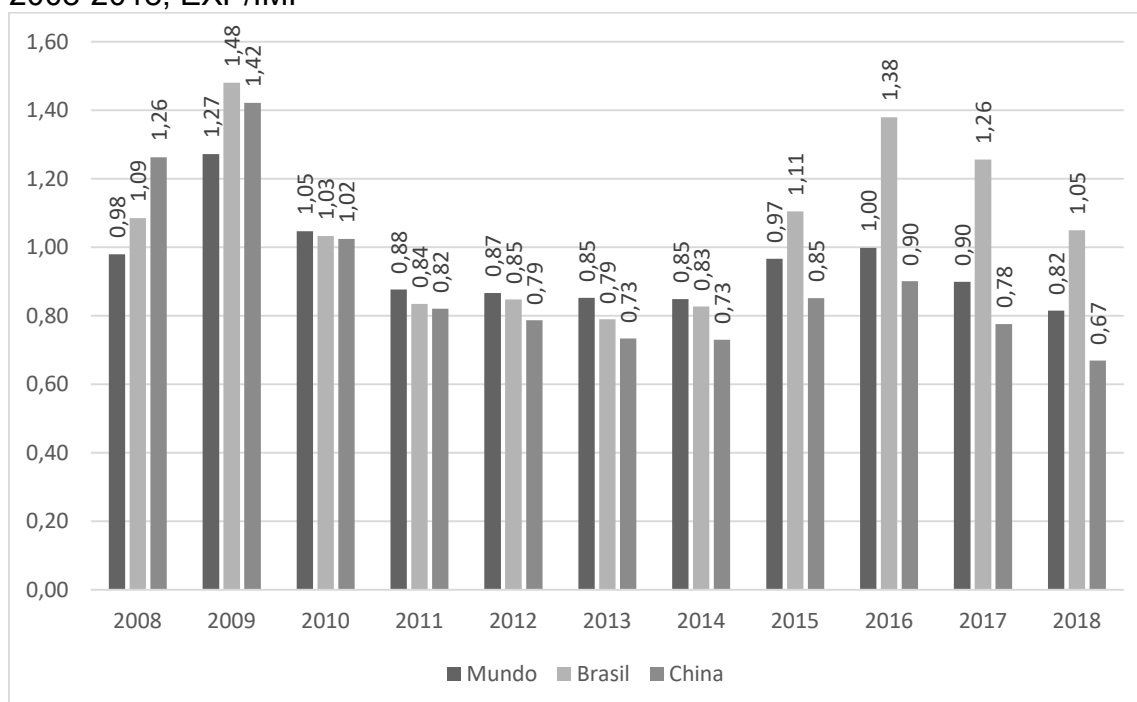
Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da Organização Mundial do Comércio

O gráfico 05 mostra que a variação anual das importações da variação das importações das três observações (Mundo, Brasil e China) segue o mesmo caminho das exportações destacadas anteriormente, só que com uma intensidade maior. As importações brasileiras cresceram cerca de 43,3% em 2010 e a partir de 2012 teve um período de oscilação, principalmente com a queda das importações em 2015 e fraco reestabelecimento em 2016.

É possível destacar também que é na inter-relação entre o comércio sino-brasileiro – que ficará mais evidente no decorrer da apresentação dos demais dados –, que conseguimos verificar que existe um certo grau de dependência das exportações brasileiras em relação às importações chinesas. Para isso, ressaltamos que o coeficiente de correlação das exportações brasileiras comparado às importações chinesas é de 95,2.

O gráfico 06 trata da relação exportações/importações em cada ano do período analisado para o total mundial, chinês e brasileiro.

Gráfico 06 – Mundo, Brasil e China, evolução da relação Exportação/Importação, 2008-2018, EXP/IMP



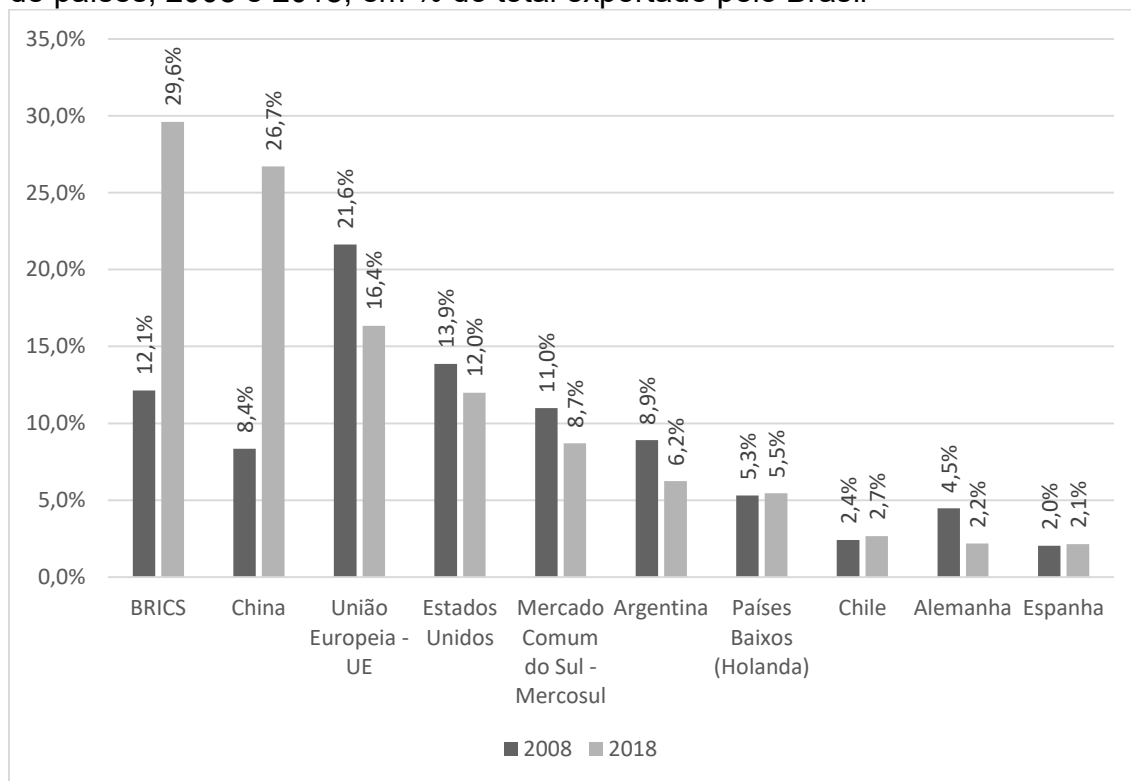
Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da Organização Mundial do Comércio

A relação apresentada no gráfico 06 demonstra a situação da Balança Comercial da parte observada. Uma situação maior que 1 significa que as exportações superam as importações, isto é, apresenta um saldo da Balança Comercial positivo (*superávit*). No caso de uma relação menor que 1, tem-se que as importações superam as exportações, isto é, há um saldo da Balança Comercial negativo (*déficit*). O saldo da Balança Comercial gera um impacto no Produto Interno Bruto, uma vez que seu resultado influenciará o Balanço de Pagamentos através das alterações na conta de transações correntes.

No caso brasileiro, a relação só apresenta um resultado desfavorável (*déficit*), o qual se dá devido ao fato de as importações serem superiores às exportações, durante o período de 2011 a 2014. Esse desempenho pode ser justificado pelo maior impacto das oscilações econômicas nas exportações que nas importações, conforme já exposto. Podemos ainda evidenciar sobre esse gráfico que, a partir de 2015, o Brasil retorna ao nível de *superávit* no comércio com o resto do mundo. A China, por sua vez, apresenta uma Balança Comercial deficitária a partir de 2011, chegando ao menor nível da série em 2018.

De forma mais detalhada, os dados a seguir apresentam as especificidades das exportações e importações brasileiras, com destaque ao comércio com a China. Assim, o gráfico 07 apresenta os principais destinos das exportações brasileiras durante o período de 2008 a 2018.

Gráfico 07 – Brasil, exportações brasileiras em países, Blocos Econômicos e grupo de países, 2008 e 2018, em % do total exportado pelo Brasil



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do COMEXSTAT

O gráfico 07 apresenta os principais compradores das mercadorias brasileiras em países ou grupos de países. As exportações para a China foram as que mais cresceram em termos relativos durante o período estudado, 18,3 p.p. e, consequentemente, o BRICS segue em segundo, com crescimento de 17,5 p.p. Nenhum outro parceiro comercial apresentou um crescimento tão expressivo como o caso chinês ao longo do período.

Dos principais compradores de produtos brasileiros em 2018 em comparação com 2008, destaca-se a maior diminuição das exportações para a União Europeia e para os Estados Unidos. A China se tornou ao longo do tempo o principal destino das exportações brasileiras. Observando o Anexo D, podemos notar um crescimento relativo sustentado das exportações para a China ao longo do período.

Ainda sobre as exportações brasileiras, a tabela 01 apresenta os principais grupos de produtos exportados pelo Brasil nos dois períodos. Os produtos estão agrupados de acordo com o Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias (SH) no nível 2.

Tabela 01 – Brasil, principais produtos exportados, 2008 e 2018, em % do total exportado

SH2	Descrição	2008	2018
12	Sementes e frutos oleaginosos;	5,6%	14,0%
27	Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação;	9,4%	12,4%
26	Minérios, escórias e cinzas	9,5%	9,9%
84	Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	6,3%	6,2%
02	Carnes e miudezas, comestíveis	6,2%	5,5%
87	Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios	7,4%	5,3%
72	Ferro fundido, ferro e aço	6,5%	4,9%
47	Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas;	2,0%	3,5%
23	Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares;	2,4%	3,0%
17	Açúcares e produtos de confeitaria	2,9%	2,8%
89	Embarcações e estruturas flutuantes	0,8%	2,4%
09	Café, chá, mate e especiarias	2,2%	2,0%
10	Cereais	1,0%	1,9%
28	Produtos químicos inorgânicos;	1,3%	1,7%
88	Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	3,0%	1,7%
--	Outros	33,5%	23,0%

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados do COMEXSTAT

De acordo com a tabela 01, o grupo de produtos com maior fatia das exportações brasileiras em 2008 era o de “Minérios, Escórias e Cinzas” que corresponde a 9,5% das exportações. “Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação...” representa 9,4% das exportações. Os produtos que compõem esses grupos são de baixo valor agregado. Com 7,4% das exportações brasileiras, os “Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres” figuram na terceira colocação de produtos mais exportados, sendo o com maior valor agregado dentre os listados no gráfico.

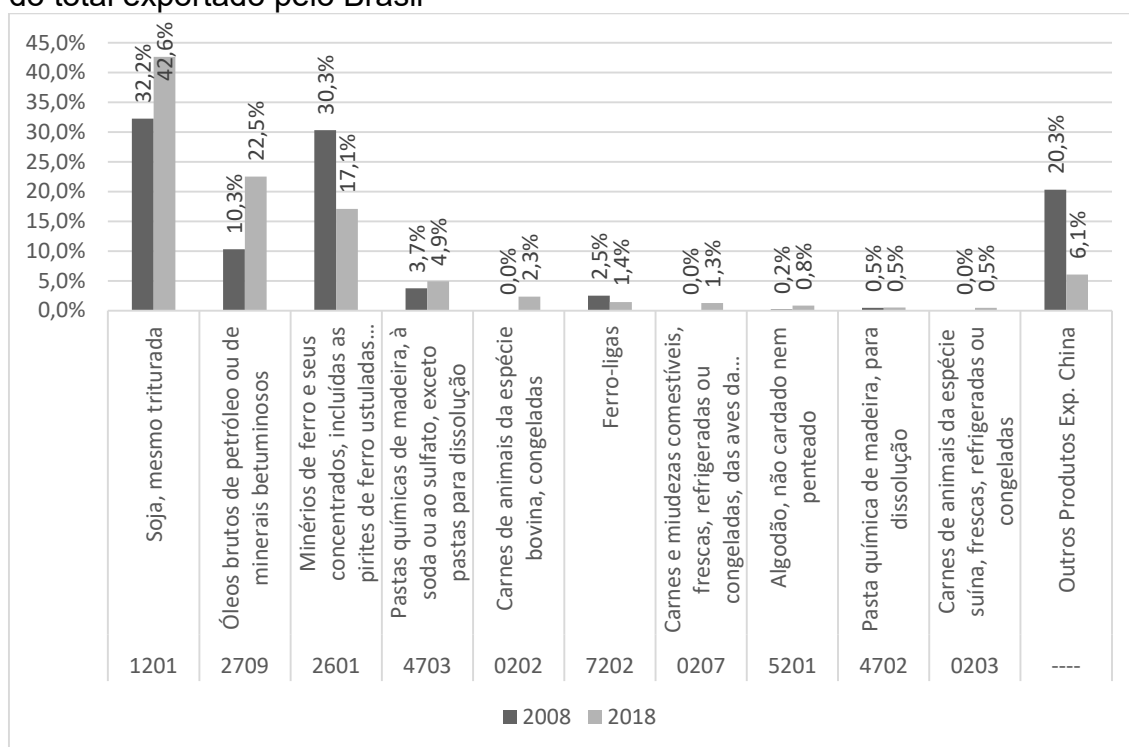
Outro ponto que podemos destacar é que os 15 grupos de produtos apresentados no gráfico correspondem a 66,5% da pauta exportadora brasileira. No que se refere às exportações em 2018, o primeiro destaque a ser pontuado é que os mesmos 15 grupos de produtos passaram a equivaler a 77% da pauta exportadora brasileira. Isto é, de 2008 a 2018 a pauta de exportação brasileira passou a ser mais

concentrada. Destaca-se, ainda, o crescimento do grupo de produtos “Sementes e frutos oleaginosos” que passou de 5,6% em 2008 para 14% em 2018, maior parcela das exportações brasileiras.

O grupo “Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação...” ocupou a segunda maior fatia das exportações em 2018, crescendo 3 p.p. Os grupos com maior valor agregado apresentaram uma redução ao longo do período. “Reatores nucleares...” diminuiu 0,2 p.p. e “Veículos automóveis...” diminuiu 2,1 p.p. Com o Anexo E podemos observar o crescimento anual sustentado dos grupos citados anteriormente, principalmente, no período de fraco desempenho das exportações em 2015 e 2016.

Observando as exportações do Brasil para a China, o gráfico 08 apresenta os principais produtos desse comércio nos anos de 2008 e 2018 em SH nível 4.

Gráfico 08 – Brasil, produtos exportados pelo Brasil para a China, 2008 e 2018, em % do total exportado pelo Brasil



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do COMEXSTAT

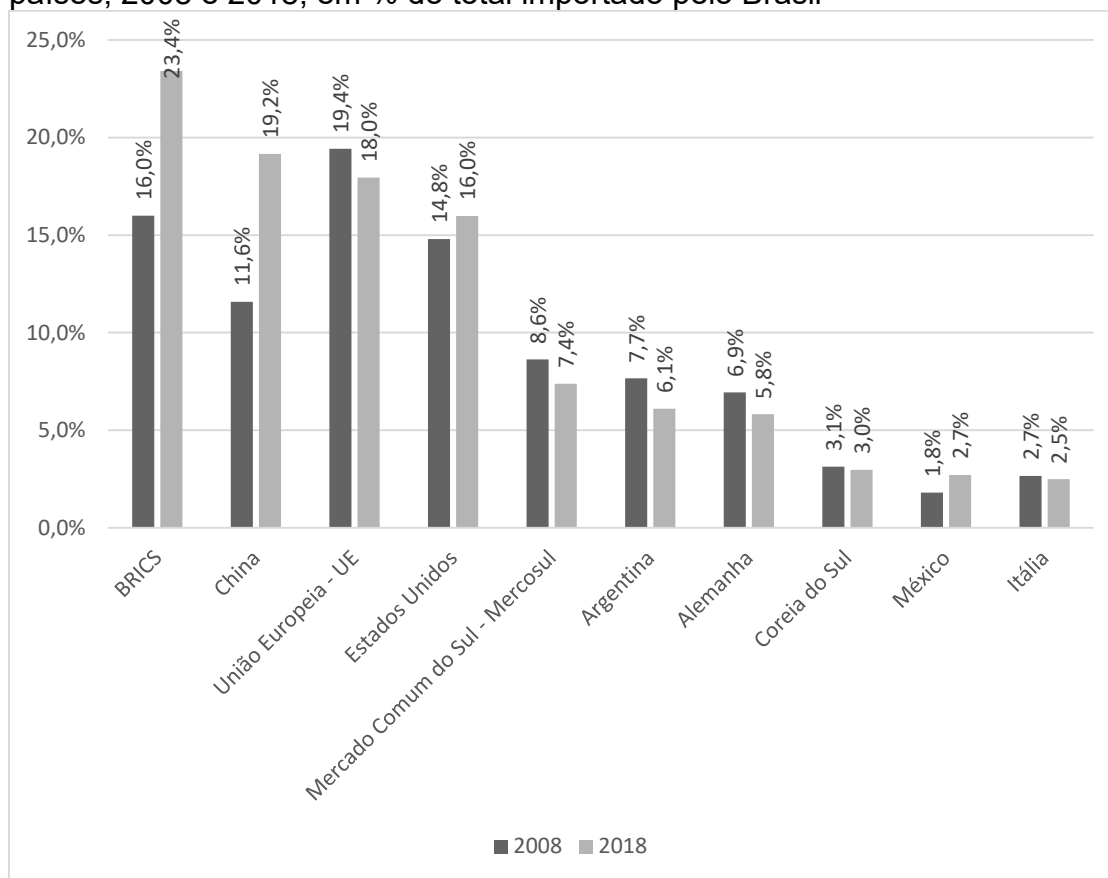
Os dados dispostos no gráfico 08 representam a proporção de cada produto na pauta de exportação Brasil-China. O maior crescimento proporcional se deu no item “Óleos brutos de petróleo o de minerais betuminosos”, que cresceu 12,2 p.p. no período, ocupando a segunda colocação em 2018. O segundo maior crescimento de

10,2 p.p. do item “Soja, mesmo triturada”, passando a ser o principal produto exportado para a China em 2018.

O item “minérios de ferro e seus concentrados, incluídas as pirites de ferro...” diminuiu cerca de 13,2 p.p. no período e caiu da segunda para a terceira posição de produto mais comercializado. Outro destaque é a concentração da pauta exportadora para a China, em 2008 os 10 grupos de produtos equivaliam a 79,7% da pauta de exportação, passando para 93,9% em 2018.

No que diz respeito às importações, o gráfico 09 apresenta a distribuição do total importado pelo Brasil nos anos de 2008 e 2018.

Gráfico 09 – Brasil, importações brasileiras em países, blocos econômicos e grupo de países, 2008 e 2018, em % do total importado pelo Brasil



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do COMEXSTAT

Os parceiros comerciais brasileiros se assemelham nas exportações e importações. De acordo com o gráfico 09, a principal origem das importações do Brasil são os países do BRICS, com parte significativa de produtos chineses que consomem 19,2% do comercializado.

Dos principais parceiros comerciais, a União Europeia e MERCOSUL figuram como maiores reduções proporcionais no período. De acordo com o Anexo G pode-se perceber a diminuição desses parceiros ao longo do tempo e o sólido crescimento das aquisições de produtos chineses ao longo do período analisado.

A tabela 02 apresenta as importações brasileiras por grupo de produtos através do Sistema Harmonizado em nível 2 para os anos de 2008 e 2018.

Tabela 02 – Brasil, importações brasileiras por produto (SH2), 2008 e 2018, em % do total importado

SH2	Descrição	2008	2018
27	Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação;	19,9%	14,5%
85	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes;	11,5%	12,0%
84	Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	14,8%	10,5%
87	Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios	7,4%	7,7%
29	Produtos químicos orgânicos	4,9%	5,8%
89	Embarcações e estruturas flutuantes	0,0%	5,4%
31	Adbos (fertilizantes)	5,4%	4,8%
39	Plásticos e suas obras	3,3%	4,0%
30	Produtos farmacêuticos	2,5%	4,0%
90	Instrumentos e aparelhos de óptica, de fotografia, de cinematografia;	3,5%	3,0%
38	Produtos diversos das indústrias químicas	1,5%	2,7%
--	Outros	25,3%	25,5%

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados do COMEXSTAT

Com a tabela 02, observa-se os 9 primeiros grupos de produtos que concentram cerca de 73,2% da pauta de importação do país. Os principais produtos importados em 2008 integram o grupo de “Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação...” com 19,9%. Em segundo lugar está o grupo composto por “Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos...” com 14,8%.

Quanto a esse segundo grupo que figura como parte significativa nas exportações e importações, pontua-se que os produtos exportados possuem menor valor agregado que os importados, isto é, o Brasil exporta produtos mais básicos desse grupo e os importa transformados em produtos mais trabalhados. O mesmo ocorre com diversos grupos que figuram nas pautas de exportação e importação de forma concomitante.

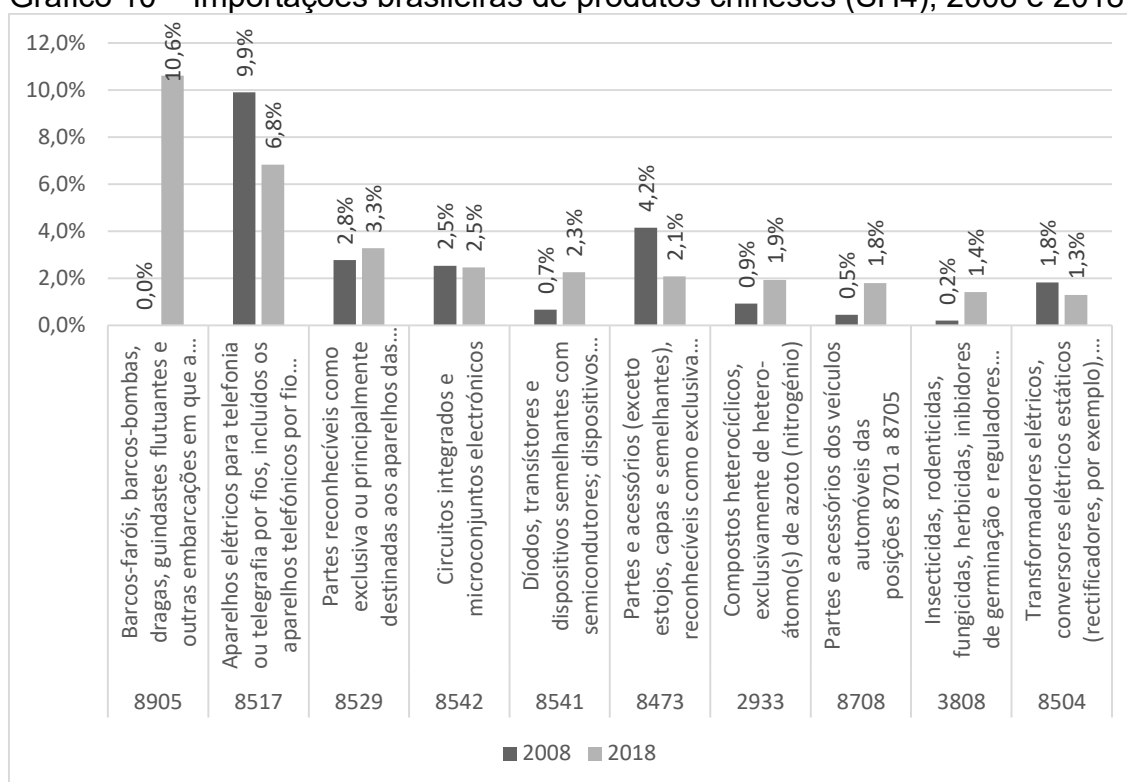
Ainda observando a tabela 02, observa-se uma diminuição relativa dos produtos importados, refletindo uma maior diversificação da pauta de exportação. O grupo de produtos “Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua

destilação...” diminuiu cerca de 5,4 p.p. no período, mas ainda é o principal grupo de produtos importados pelo país.

“Reatores nucleares, caldeiras, máquinas aparelhos e instrumentos...” decresceu 4,3 p.p. no período e saiu da 2ª para a 3ª posição nas importações brasileiras. O grupo “Máquinas, aparelhos e materiais elétricos e suas partes ...” cresceram cerca de 0,5 p.p. no período. No Anexo H encontra-se a evolução anual ao longo do período e que mostra uma diversificação dos produtos importados, mas dentro dos 10 grupos de produtos comercializados no período.

Sendo a China o principal país de origem dos produtos importados pelo Brasil em 2018, merece destacar algumas questões acerca desse comércio. Os dados a seguir refletem essas considerações. No gráfico a seguir estão as importações brasileiras advindas da China por nível 4 do Sistema Harmonizado de classificação, nos anos de 2008 e 2018.

Gráfico 10 – Importações brasileiras de produtos chineses (SH4), 2008 e 2018



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do COMEXSTAT

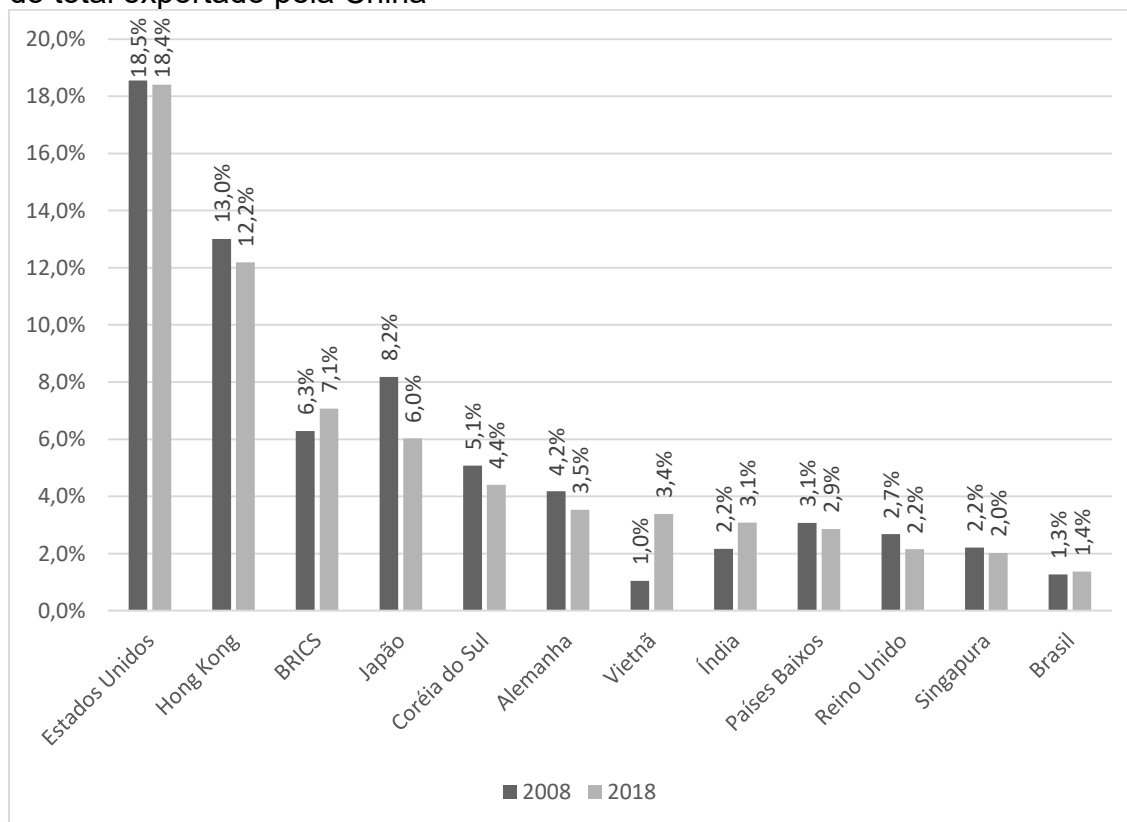
No que diz respeito às importações analisadas no gráfico 10, o primeiro ponto a se destacar é, conforme já pontuado no quadro geral, a diversificação da pauta

comercial nesse quesito. Ao contrário das exportações, o nível de concentração em produtos comprados da China é menor. Com o auxílio do Anexo I, observa-se que os dez primeiros grupos de produtos equivalem somente a 24% do total importado da China em 2018.

O grupo de produtos mais importados da China é o de “Barcos-faróis, barcos-bombas, dragas...” com 10,6% em 2018, destacando que esse grupo não possuía nenhuma participação em 2008. O grupo “Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia por fios...” ocupa a segunda posição em 2018, com 6,8% das importações. Em termos gerais, os dez primeiros grupos de produtos importados são de mercadorias com maior valor agregado se comparado com os dez primeiros grupos de produtos exportados.

A China é a principal parceira comercial brasileira, mas o Brasil não constitui o principal parceiro comercial chinês em termos absolutos. Os gráficos a seguir visam situar a posição brasileira dentro do Comércio Exterior da China.

Gráfico 11 – China, destino das exportações chinesas por países, 2008 e 2018, em % do total exportado pela China

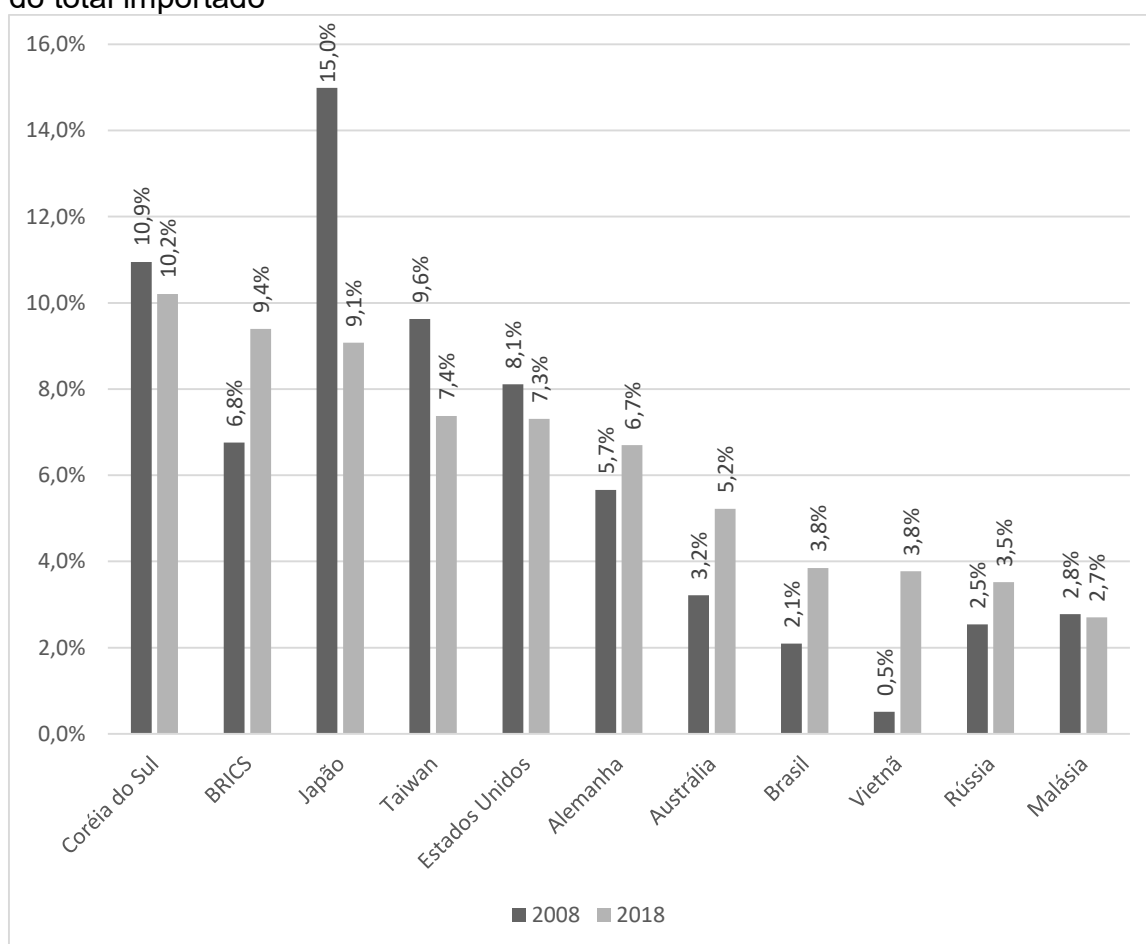


Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do Atlas da Complexidade Econômica

Com o gráfico 11 destaca-se a posição brasileira nas exportações chinesas. O principal parceiro comercial da China são os Estados Unidos, seguido de Hong Kong e Japão. Se levarmos em consideração o BRICS, estes figuram em terceiro lugar. As compras brasileiras representam somente 1,4% do total vendido pela China para o resto do mundo.

O Anexo J apresenta a evolução durante todo o período, onde se destaca a constância no comércio, com oscilações baixas, principalmente se comparado com o caso brasileiro no mesmo período. O gráfico 12 apresenta a origem das importações chinesas no mesmo período.

Gráfico 12 – China, origem das importações chinesas por países, 2008 e 2018, em % do total importado



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do Atlas da Complexidade Econômica

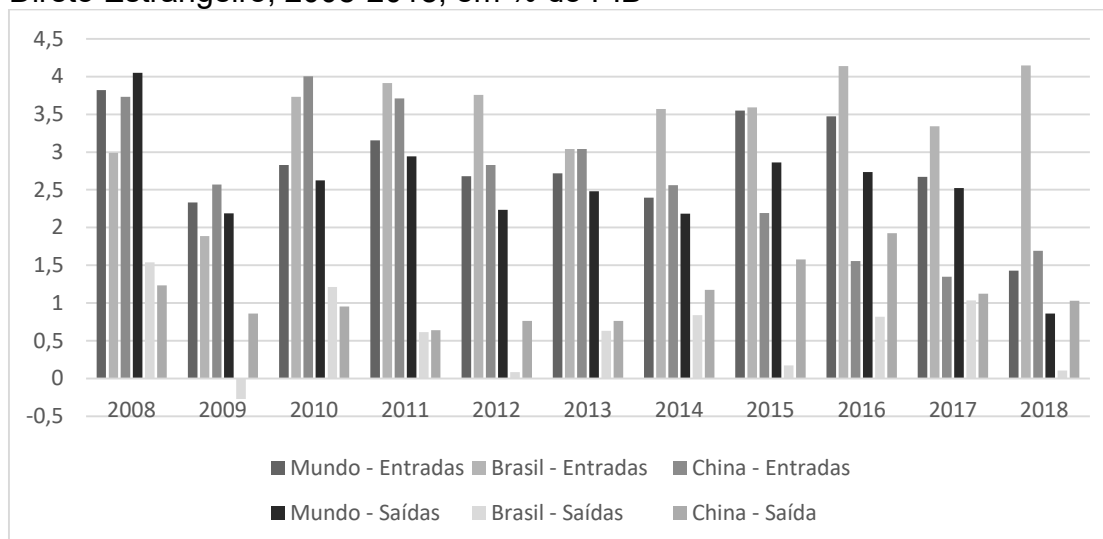
A posição brasileira como vendedor para a China encontra uma posição mais favorável do que no que se refere às importações brasileiras. O Brasil representa

cerca de 3,8% do total comprado pela China em 2018, participação esta que vem crescendo ao longo do período, conforme se pode detalhar no Anexo L.

Os Estados Unidos, que figuram como principal comprador da China, figuram na quarta colocação. O principal vendedor para a China em 2018 foi a Coreia do Sul, posto ocupado pelo Japão em 2008, que diminuiu 5,9% no período.

O último quesito a ser analisado diz respeito às entradas e saídas do Investimento Direto Estrangeiro. O gráfico 13 traz estes valores para o Mundo, Brasil e China em proporção ao Produto Interno Bruto.

Gráfico 13 – Mundo, Brasil e China, evolução das entradas e saídas do Investimento Direto Estrangeiro, 2008-2018, em % do PIB



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do Banco Mundial

O gráfico 13 apresenta a evolução das entradas e saídas do IDE em proporção ao PIB. A entrada de investimentos estrangeiros no Brasil cresceu ao longo do tempo analisado, mesmo com um período de diminuição em 2013. As saídas de investimento estrangeiro por parte da China se mantiveram em um patamar abaixo de 1% na maior parte do tempo, mas isso tem a ver com maior crescimento do PIB e não com uma redução do fluxo de investimento.

Neste capítulo pudemos analisar um panorama das relações comerciais entre Brasil e China de 2008 a 2018 onde se pode destacar a menor importância do Brasil enquanto cliente e fornecedor da China, bem como se consolida o papel brasileiro de vendedor de produtos de menor valor agregado ao mercado chinês e comprador de

produtos de maior valor agregado nesse mercado o que prova a maior dependência brasileira no que se refere ao cenário comercial estudado.

5 CONCLUSÃO

Como forma de conclusão do presente estudo, algumas considerações precisam ser pontuadas para um melhor esclarecimento acerca da pesquisa. O primeiro ponto é a comprovação da hipótese levantada, onde, de acordo com as relações bilaterais de comércio intensificadas durante o período, pode-se observar uma maior vulnerabilidade do comércio exterior brasileiro frente à demanda por produtos primários por parte da China.

Para além disso, apresentou-se que as relações estabelecidas, de qualquer natureza, entre Brasil e China, se destacam como um dos diversos fenômenos que podem ser explicados ou que englobam as relações internacionais, e como consequência, podemos inferir que o estreitamento dessas relações gerou frutos como o surgimento de um aglomerado de países como é o caso dos BRICS. Países que possuem interesses em comum enquanto economias em crescimento, com destaque para a participação de ambas as economias que são os objetos dessa pesquisa, a brasileira e chinesa, as quais também possuem poder considerável em fóruns multilaterais, como é o caso do G20.

No âmbito das teorias das Relações Internacionais, podemos destacar o papel da Economia Política Internacional para este presente estudo. Esta teoria considera que as relações internacionais podem ser melhor compreendidas a partir do pressuposto de mundo socioeconômico, enfatizando, elementos significativos como a economia e a política.

Dessa forma, podemos entender o papel da Economia Política Internacional na compreensão da inserção brasileira na Nova Divisão Internacional do Trabalho e na nova ordem mundial que se estabeleceu com a ascensão da economia chinesa. Podemos ainda dizer, que dentro da EPI, a partir do ponto de vista de Wallerstein, esses dois países estão alocados no conceito de economia-mundo, isto quer dizer que, são economias que possuem limitados vínculos comerciais entre si e ao somar essas interações tem-se a economia internacional.

Portanto, a essência da Economia Política Internacional, conforme apresentada no capítulo 02, diz respeito à complexa influência mútua da política com a economia, entre Estados e mercados, no contexto internacional, e esse é o cerne das relações internacionais e comerciais que foram apresentadas entre Brasil e China no decorrer do período estudado.

Entretanto, as Teorias das Relações Internacionais não abarcam em sua totalidade essa ordem mundial, na qual, se destaca a ascensão da China, um país oriental, com um planejamento a longo prazo, com uma cultura milenar e com novas interações políticas com outros países de vários continentes, além do Brasil. É importante dizer, que os referenciais ocidentais não são suficientes para explicar os procedimentos, as práticas, os hábitos, isto é, as idiossincrasias chinesas.

A partir dos referenciais ocidentais não há como mensurarmos como está o atual estágio da teorização das Relações Internacionais sob a ótica chinesa. A China se expressou de uma forma diferente com relação ao seu planejamento econômico, já que é considerável que o país foi meticuloso para dar início às relações diplomáticas com o Brasil, já que diversos fatores foram adversos para esse acontecimento até 1974, assim como muito mudou de 2008 a 2018.

É possível constatar que, constantemente, os dois países estão equilibrando a economia e a política como duas esferas para, a partir de suas relações internacionais com uma diplomacia sólida, realizar as trocas comerciais e pôr em andamento os outros acordos como os que envolvem tecnologia, representado, por exemplo, pelo projeto de lançamento de satélites, o CBERS.

Outro ponto importante acerca das Teorias das Relações Internacionais é que assim como as teorias encontradas no ocidente são representadas por teorias clássicas cujos autores renomados podem ser exemplificados com Maquiavel, Hobbes e Tucídides, outros autores foram cruciais para o pensamento asiático, como Sun Tzu, Confúcio e Kautilya, conforme foi apresentado no capítulo 02.

Todavia, há muito o que se considerar a partir do pensamento dos principais líderes chineses que se dividem de acordo com os períodos nos quais a China estabeleceu sua história, como a China Antiga, a China Imperial até chegar à China Moderna, com o surgimento da República Popular da China. Assim, pode-se destacar nomes como Mao Tse-Tung e Deng Xiaoping.

Após salientarmos as relações internacionais entre os dois países, revisitamos as Teorias do Comércio Internacional como a de Adam Smith e David Ricardo, e Heckscher-Ohlin. Inicialmente, apresentamos as teorias tradicionais, que explicaram por muito tempo como se deu o comércio entre os países ocidentais, sob os regimes mercantilistas e capitalistas, os instrumentos que foram utilizados para tanto, e a maneira como ocorria o comércio entre os países.

Porém, as trocas comerciais estabelecidas entre Brasil e China podem ser melhor explicadas a partir das Novas Teorias do Comércio, também apresentadas no capítulo 02. Podemos inferir essa constatação, uma vez que, as Teorias Tradicionais do Comércio consideram apenas o conceito de concorrência perfeita, com o objetivo de fornecer um modelo geral, no qual os produtos ou bens são homogêneos, sem considerar, por exemplo, o custo de transporte expressados por uma das vertentes das Novas Teorias, a Nova Geografia Econômica, e por isso, as teorias mais tradicionais, não se mostram capazes de explicar de forma completa os novos fluxos comerciais, especificamente, os que são foco desse estudo, no período após a crise financeira de 2007-2008, entre Brasil e China.

As Novas Teorias do Comércio, têm como um dos principais objetivos apresentar que a distância importa, mas as formas de se estabelecer o comércio através de acordos comerciais podem trazer benefícios maiores que os expressados pelos ganhos de comércio, como, por exemplo, a cooperação tecnológica. Isto quer dizer que, a Nova Teoria considera os mercados que estão em concorrência imperfeita, com produtos diferenciados, como é o caso do Brasil e da China, e com economias de escala, capazes de reduzir custos, a partir de aumentos com fatores tecnológicos, processos de automação, organização e especialização do trabalho, mas, no caso estudado, ambos em graus diferentes.

Podemos constatar que as Novas Teorias apresentam explicações específicas segundo as diferenças de desenvolvimento entre os países que estabelecem parcerias comerciais. Elas também estabelecem as particularidades no processo de produção e o grau de diferenciação entre os produtos. Porém, não abrangem em seu conjunto a natureza diferente das relações comerciais chinesas, uma vez que, aos poucos, essas relações foram ganhando notoriedade e após a crise financeira mundial a China passou a importar produtos com menor valor agregado do Brasil ao passo que passou a exportar produtos com maior valor agregado para o Brasil e outros países como Estados Unidos, conforme anexos I e J.

Conforme verificamos com os dados apresentados no capítulo 04, o Brasil demonstra produzir e exportar produtos com baixo valor agregado, e por isso, sem grandes investimentos em fatores tecnológicos, enquanto que a China exporta para o Brasil produtos com maior valor agregado. E isso nos influencia a verificar que o Brasil e China trocam produtos de mesma origem industrial, mas com distintos níveis de valor agregado, já que o Brasil exporta matérias primas ou produtos *in natura* que são

transformados pela China e importados de volta pelo Brasil, configurando o comércio intra-indústria, uma das vertentes explicadas pelas Novas Teorias do Comércio.

É importante ressaltar também que a parceria entre Brasil e China se entendeu por um período muito além daquele que foi formalizado em 1974. Ambas economias conquistaram muito nesse ínterim que se estende até 2018, com muitos frutos em relação aos seus acordos de cooperação. Dito isso, podemos entender que é de grande valia não somente para o Brasil ter a China como parceira econômica e em outras áreas afins, como é importante para o governo chinês ter o Brasil, no âmbito comercial, como um mercado abundante em matérias-primas, no mercado tecnológico, como parceiro na produção de satélites e como país amigo com diplomacia estabelecida e apoio nos fóruns multilaterais.

Outro ponto importante diz respeito às bases de dados. A principal fonte utilizada foi a do Ministério das Relações Exteriores, que com a mudança governamental (2018-2019), passou suas informações institucionais do site do Itamaraty para o endereço eletrônico do MRE, causando um sem-número de problemas como a instabilidade do servidor e quebra de hiperlinks, o que dificultou o levantamento dos dados em questão e diminuiu a transparência das ações governamentais.

Com relação aos acordos sino-brasileiros de comércio levantados pela plataforma oficial Concórdia, é válido dizer, que a plataforma não supre as necessidades da pesquisa, uma vez que ela não reflete os dados reais. Coletamos, por exemplo, informações apresentadas pelo relatório da Conselho Empresarial Brasil e China (CEBC) de 2015, no seu capítulo três, de que outros acordos foram assinados em 2014, totalizando 56, os quais foram estabelecidos, principalmente, na área comercial, e esses acordos não estão presentes na plataforma Concórdia. Sendo assim, podemos entender que a base está passando por instabilidades no período em que os dados foram coletados ou que há inconsistências de dados.

Com os dados apresentados, algumas considerações precisam ser pontuadas para entendermos as relações comerciais sino-brasileiras nesse período de 2008 a 2018. A primeira consideração é o desempenho da economia brasileira ao longo do período onde, para além da instabilidade política interna, sofre com a desaceleração da economia chinesa, principalmente em um ponto que é caro para o Brasil, o Comércio Exterior.

A pauta de exportação brasileira que ainda preserva seu caráter primário-exportador seguiu da mesma forma na sua relação com a China. O Brasil exporta produtos primários e importa produtos com maior valor agregado e, em muitos casos, são mercadorias dentro de um mesmo grupo de produtos (semelhantes). Desta forma, o segundo ponto a se destacar é a deterioração dos termos de intercâmbio que se apresenta de forma geral no comércio externo brasileiro assim como de forma específica no caso do comércio com a China.

O último ponto é a importância dessa relação comercial para ambas as partes. Ao passo que a China é o principal parceiro comercial brasileiro, em uma relação que vem ganhando cada vez mais importância ao longo do tempo, o Brasil não ocupa posição equiparável no comércio externo chinês. Essa situação atrelada ao fato da composição da pauta exportadora feita de produtos primários, pode acarretar em uma maior vulnerabilidade econômica para o Brasil.

As relações sino-brasileiras se fortaleceram ao longo do tempo e foram estabelecidas mediante esforços governamentais e impessoais. Faz-se importante destacar que o comércio exterior constitui uma variável importante, mas não é determinante dessa relação. Os esforços de cooperação econômica e o grupamento de países no BRICS são outros exemplos de fortalecimento destas relações. Desta forma, faz-se necessário um estudo mais aprofundado que contemple outras variáveis que possam dimensionar melhor esta relação.

REFERÊNCIAS

a) Referências Bibliográficas

AVILA, C. F. D. O dragão e o Jaguar: um estudo das relações sino-brasileiras em perspectiva. In: PAULINO, L. A.; PIRES, M. C. (org.). **Nós e a China: o impacto da presença chinesa no Brasil e na América do Sul**. São Paulo: LCTE Editora, 2009. p. 1-317

BARBOSA, Wilson do Nascimento. **Escritos Estratégicos**. São Paulo: Maria Antonia Edições, 2019.

BATISTA, P. N. **O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. 2. ed. São Paulo: PEDEX, 1994. (Caderno Dívida Externa, n. 6.)

BECARD, Danielly Silva Ramos. **O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004)**. Brasília: FUNAG, 2008.

BIATO JÚNIOR, Oswaldo. **A Parceria Estratégica Sino-Brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006)**. Brasília: Funag, 2010.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII (vol. II)**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BULL, Hedley. **A sociedade anárquica: um estudo da ordem na política mundial**. São Paulo, IPRI/unB, 2002. p. 13.

CABRAL, S. As relações Brasil-China e os Desafios do século XXI. In: PAULINO, L. A.; PIRES, M. C. (org.). **Nós e a China: o impacto da presença chinesa no Brasil e na América do Sul**. São Paulo: LCTE Editora, 2009. p. 1-317

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.

CARCANHOLO, R. **Capital: essência e aparência**, vol. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CARCANHOLO, Reinaldo A.; NAKATANI, Paulo. O Capital Especulativo Parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. In: GOMES, Helder. **Especulação e lucros fictícios**. São Paulo: Outras Expressões, 2015. p. 31-61.

GONÇALVES, Reinaldo. **Economia Política Internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GONÇALVES, Reinaldo et al. **A Nova Economia Internacional: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

HOLANDA, Francisco Mauro Brasil de. 40 anos das relações Brasil-China: de onde viemos, onde estamos, para onde vamos. In: SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA.

BRASIL E CHINA: 40 anos de relações diplomáticas análises e documentos. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2016. p. 1-484.

HECKSCHER, E. F. **Mercantilism.** Vol. 1. London and New York: Routledge: 1994.

IANNI, O. **A era do globalismo.** 12ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

JACKSON, R.; SØRENSEN, G. **Introdução às relações internacionais: teorias e abordagens.** Tradução: Bárbara Duarte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ED., 2007.

JATOBÁ, D.; LESSA, A. C.; OLIVEIRA, H. A. (Coord.). **Teoria das Relações Internacionais.** São Paulo: Saraiva, 2013.

KINDLEBERGER, C. P. **Economia Internacional.** Tomo 1. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice; MELITZ, Marc J.; **Economia Internacional.** 10ª ed. [tradução Ana Julia Perrotti-Garcia]. – São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do Capitalismo: ensaio popular.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MAGNOLI, Demétrio. **Relações Internacionais: teoria e história.** 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MINGDE, Li. As relações sino-brasileiras: passado, presente e futuro. In: FUJITA, Edmundo S. (org.). **O Brasil e a Ásia no Século XXI: ao encontro de novos horizontes.** Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais - IPRI, 2003. p. 1-247.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates.** Rio de Janeiro : Elsevier, 2005.

PAULA, R. Z. A. de. **Capitalismo: definições.** 1. Ed. São Luís: EDUFMA, 2020.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **China, passado e presente: um guia para compreender a sociedade chinesa.** 1. Ed. – Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios, 2013.

PIRES, M. C., PAULINO, L. A., CUNHA, A. T. In: RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; AYERBE, Luis Fernando (org.). **Política externa brasileira: cooperação sul-sul e negociações internacionais.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 1-317.

RAINELLI, Michel. **Comércio Internacional.** Tradução de Sonia Augusto. Barueri, São Paulo: Manole, 2004.

RAINELLI, Michel. **Nova Teoria do Comércio Internacional.** Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

SARQUIS, Sarquis José Buainain. **Comércio internacional e crescimento econômico no Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

SERAPIÃO, J.; MAGNOLI, D. **Comércio Exterior e negócios internacionais: teoria e prática**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SÖDERSTEN, Bo. **Economia internacional**. Tradução de Flávio Wanderley Lara. Rio de Janeiro: Interciência, 1979.

SOUZA, Luiz Eduardo Simões de. Economia Política Internacional: considerações iniciais. In: PAULINO, Luis Antonio; SOUZA, Luiz Eduardo Simões de; PIRES, Marcos Cordeiro (org.). **Economia Política Internacional: os desafios para o século xxi**. São Paulo: Saraiva, 2014. Cap. 1. p. 3-19.

SHU, Sheng. **A história da China Popular no século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. As Nações Unidas na visão brasileira e chinesa: políticas externas comparadas (1945-2000). In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). **Brasil e China: multipolaridade**. Brasília: Funag, 2003. p. 1-489.

b) Referências documentais

Comunicado dos líderes do G20. 2014. Disponível em: <http://www.g20.utoronto.ca/2014/2014-1116-communicue.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2020.

Comunicado dos líderes do G20. 2015. Disponível em: <http://www.g20.utoronto.ca/2015/151116-communicue.html#conclusion>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

Comunicado dos líderes do G20: Cúpula de Hangzhou. 2016. Disponível: <http://www.g20.utoronto.ca/2016/160905-communicue.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. Carta Brasil-China. 4ª Edição. 2012. Disponível em: <http://cebc.org.br/2012/03/29/4a-edicao-a-presenca-das-empresas-brasileiras-na-china/> . Acessado em 14 de Janeiro de 2021.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. Carta Brasil-China. 10ª ed. Visão do futuro. Janeiro. 2015. Disponível em: <http://cebc.org.br/2015/01/27/10a-edicao-visao-de-futuro/>. Acessado em 14 de Janeiro de 2021.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. Carta Brasil-China. 12ª edição. Novembro. 2015a. Disponível em: <http://cebc.org.br/2015/11/29/12a-edicao-a-atual-situacao-politico-economica-da-china-e-os-impactos-para-o-brasil/> . Acessado em 14 de Janeiro de 2021.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. Carta Brasil-China. 15ª edição. Dezembro. 2016. Disponível em: <http://cebc.org.br/2016/12/29/15a-edicao-carta-brasil-china/>. Acessado em 14 de Janeiro de 2021.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. Carta Brasil-China. 18ª edição. Dezembro 2017. Disponível em: <https://cebc.org.br/2017/12/18/18a-edicao-perspectivas-para-a-china-no-setor-energetico/>. Acessado em 14 de Janeiro de 2021.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. Carta Brasil-China. 19ª edição. Abril 2018. Disponível em: <https://cebc.org.br/2018/04/12/19a-edicao-o-novo-cenario-politico-da-china-e-a-ascensao-de-xi-jinping-abril-de-2018/>. Acessado em 14 de Janeiro de 2021.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. Carta Brasil-China. 20ª edição. Agosto 2018. Disponível em: <https://cebc.org.br/2018/08/04/20a-edicao-um-balanco-atual-das-relacoes-bilaterais-entrevista-exclusiva-com-o-embaixador-do-brasil-na-china-marcos-caramuru-de-paiva/>. Acessado em 14 de Janeiro de 2021.

DECLARAÇÃO CONJUNTA DE ECATERIMBURGO. 2009. Disponível em: <http://www.brics2018.org.za/sites/default/files/documents/Joint%20statement%20of%20the%20BRIC%20Leaders,%20Russia,%202009.pdf>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA. 2010. Disponível em: <http://www.brics2018.org.za/sites/default/files/documents/BRIC%20Grouping%20Joint%20Statement%20II%20Summit,%20Brasilia.pdf>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

DECLARAÇÃO E PLANO DE AÇÃO DE SANYA. Disponível em: <http://www.brics2018.org.za/sites/default/files/documents/Sanya%20Declaration.pdf>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

DECLARAÇÃO DA CÚPULA SOBRE MERCADOS FINANCEIROS E ECONOMIA MUNDIAL. 2008. Disponível em: <http://www.g20.utoronto.ca/2008/2008declaration1115.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

DECLARAÇÃO DOS LÍDERES DO G20 EM LONDRES. 2009. Disponível em: <http://www.g20.utoronto.ca/2009/2009communique0402-br.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

DECLARAÇÃO DOS LÍDERES DA CÚPULA DE PITSSBURGH. 2010. Disponível em: <http://www.g20.utoronto.ca/2009/2009communique0925-br.html>. Acessado em: 14 de janeiro de 2021.

DECLARAÇÃO FINAL DA CÚPULA DE CANNES. 2011. Disponível em: <http://www.g20.utoronto.ca/2011/2011-cannes-declaration-111104-en.html>. Acessado em: 14 de janeiro de 2021.

DECLARAÇÃO DOS LÍDERES DO G20. 2012. Disponível em: <http://www.g20.utoronto.ca/2012/2012-0619-loscabos.html>. Acessado em: 14 de janeiro de 2021.

DECLARAÇÃO DOS LÍDERES DO G20. 2013. Disponível em: <http://www.g20.utoronto.ca/2013/2013-0906-declaration.html#trade>. Acessado em 14 de janeiro de 2020.

DECLARAÇÃO DOS LÍDERES DO G20: Moldando um mundo interconectado. 2017. Disponível em: <http://www.g20.utoronto.ca/2017/2017-G20-leaders-declaration.html#fr1>. Acessado em 14 de Janeiro de 2021.

DECLARAÇÃO DOS LÍDERES DO G20: Construindo Consenso para o Desenvolvimento Justo e Sustentável. 2018. Disponível em: <http://www.g20.utoronto.ca/2018/2018-leaders-declaration.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

DOCUMENTO DA CÚPULA DE SEUL. 2010. Disponível em: <http://www.g20.utoronto.ca/2010/g20seoul-doc.html#trade>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

DIRETRIZES DE COOPERAÇÃO DE DPI DO BRICS. 2017. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/170831-ipr.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

ESBOÇOS PARA FACILITAÇÃO DE INVESTIMENTOS DO BRICS. 2017. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/170802-investment-outlines.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

ESTRUTURA DE FORTALECIMENTO DA COOPERAÇÃO ECONÔMICA E TÉCNICA PARA OS PAÍSES DO BRICS. 2017. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/170831-ipr.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

INICIATIVA DE COOPERAÇÃO DE COMÉRCIO ELETRÔNICO DO BRICS. 2017. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/170802-investment-outlines.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

MINISTERIAL DECLARATION OF THE BRICS TRADE MINISTERS. 2011. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/111214-trade.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

MINISTERIAL DECLARATION OF THE BRICS TRADE MINISTERS. 2012. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/120328-trade.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

MINISTERIAL DECLARATION OF THE BRICS TRADE MINISTERS. 2012b. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/120419-trade.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

MINISTERIAL DECLARATION OF THE BRICS TRADE MINISTERS. 2013. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/130326-trade.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

MINISTERIAL DECLARATION OF THE BRICS TRADE MINISTERS. 2014. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/140714-trade.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

MINISTERIAL DECLARATION OF THE BRICS TRADE MINISTERS. 2016. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/161013-trade.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

MINISTERIAL DECLARATION OF THE BRICS TRADE MINISTERS. 2017. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/170802-trade.html>. Acessada em 14 de Janeiro de 2021.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Relações Bilaterais com a República Popular da China. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-popular-da-china>. Acessado em 14 de Janeiro de 2021.

O'NEILL, J. Building Better Global Economic BRICs. **Global Economics Paper**. New York. No: 66. 2001. Disponível em: <https://www.goldmansachs.com/insights/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

O QUE É O G20?. 2010. Disponível em: <http://www.g20.utoronto.ca/g20whatisit.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

PROJETO DE DECLARAÇÃO DA CÚPULA DO G20 EM TORONTO. 2010. Disponível em: <http://www.g20.utoronto.ca/2010/to-leakedcommuniqué.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

RELEASED AT THE UFA SUMMIT. 2015. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/150709-partnership-strategy-en.html#ii1>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

RELEASED AT THE UFA SUMMIT. 2015. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/150709-partnership-strategy-en.html#ii1>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

TERMOS DE REFERÊNCIA DA REDE MODELO DE E-PORT DO BRICS. 2017. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/170831-eport.html>. Acessado em 14 de Janeiro de 2021.

WITH GS RESEARCH REPORT, "BRICS" ARE BORN. Goldman Sachs. 2019. Disponível em: <https://www.goldmansachs.com/our-firm/history/moments/2001-brics.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

ANEXOS

Anexo A - Visitas de Chefes de Estado (Brasil e China), de 1982-2018

ANO	VISITAS DE CHEFES DE ESTADO DO BRASIL À CHINA	ANO	VISITAS DE CHEFES DE ESTADO DA CHINA AO BRASIL
1982	Visita do Ministro de Estado das Relações Exteriores Ramiro Saraiva Guerreiro à China	1984	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros Wu Xueqian ao Brasil
1984	Visita do Presidente João Baptista Figueiredo à China	1985	Visita do Primeiro-Ministro Zhao Ziyang ao Brasil
1988	Visita do Presidente José Sarney à China	1990	Visita do Presidente Yang Shangkun ao Brasil
1995	Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à China	1992	Visita do Primeiro-Ministro Li Peng ao Brasil
1998	Visita do Ministro de Estado das Relações Exteriores Luiz Felipe Lampreia	1993	Visita do Primeiro-Ministro Zhou Rongji ao Brasil
1999	Visita do Vice-Presidente Marco Maciel à China	1993	Visita do Presidente Jiang Zemin ao Brasil
2001	Visita do Presidente Jiang Zemin ao Brasil	1993	Visita do Conselheiro de Estado e Ministro dos Negócios Estrangeiros Qian Qichen ao Brasil
2004	Visita do Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim à China	1996	Visita do Primeiro-Ministro Li Peng ao Brasil
2004	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China	2000	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros Tang Jiaxuan ao Brasil
2008	Visita do Presidente Lula da Silva à China, para participar da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de Pequim	2004	Visita do Presidente Hu Jintao ao Brasil.
2009	Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China	2006	Visita do Presidente da Assembleia Nacional da China, Wu Bangguo
2009	Visita do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes, à China	2008	Visita do Membro do Comitê Permanente do Birô Político do Comitê Central do Partido Comunista da China, He Guoqiang
2010	Visita de Estado do Presidente Hu Jintao ao Brasil, participação na II Cúpula do BRICS, em Brasília	2009	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros Yang Jiechi ao Brasil
2010	Visita do Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, General Jorge Félix, à China	2009	Visita do Vice-Presidente Xi Jinping ao Brasil
2011	Visita do Ministro das Relações Exteriores Antônio Patriota à China	2009	Visita do Vice-Ministro do Supremo Tribunal Popular, Hao Chiyong, ao Brasil
2011	Visita de Estado da Presidenta Dilma Rousseff à China	2009	Visita do Presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC), Jia Qinglin, ao Brasil
2012	Visita do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia, à China	2010	Visita do Ministro da Defesa, General Liang Guanglie, ao Brasil
2013	Visita do Vice-Presidente Michel Temer à China: participação na cerimônia de abertura da IV Conferência Ministerial do Fórum de Macau	2011	Visita ao Brasil do Ministro do Comércio da República Popular da China, Chen Deming
2014	Visita oficial do Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves, à China	2012	Visita do Vice-Presidente do Comitê Permanente da Assembleia Nacional Popular, Wang Zhaoguo, ao Brasil
2015	Visita do Ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira à China para participar da I Reunião Ministerial do Foro CELAC-China, em Pequim	2012	Visita do Primeiro-Ministro da China Wen Jiabao ao Brasil, conjuntamente à Conferência Rio+20
2015	Visita do Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministro Ricardo Lewandowski, à China	2012	Visita da Vice-Presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC), Zhang Meiyang, ao Brasil
2015	Visita do Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ministro Francisco Falcão, à China	2013	Visita do Membro do Birô Político do Partido Comunista da China e Secretário do Comitê

			Municipal do Partido em Pequim, Guo Jinlong, ao Brasil
2016	Visita do Ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, à China	2014	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Wang Yi, ao Brasil
2017	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, à China em Pequim	2014	Visita de Estado do Presidente Xi Jinping ao Brasil e participação na VI Cúpula do BRICS
2017	Visita de Estado do Presidente Michel Temer à China	2015	Visita do Vice-Presidente Li Yuanchao ao Brasil, para participação nas cerimônias de posse da Presidente da República
		2015	Visita do Primeiro-Ministro da República Popular da China, Li Keqiang, ao Brasil
		2015	Visita do Vice-Primeiro-Ministro Wang Yang ao Brasil

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados extraídos do MRE

Anexo B - Relações Bilaterais entre Brasil-China, de 1974-2018

Ano	Relação Bilateral	Ano	Relação Bilateral
1974	Estabelecimento de relações diplomáticas	2013	XVI Reunião de Ministros do Brasil, África do Sul, Índia e China (BASIC) sobre Mudança do Clima
1988	Início do Programa CBERS - China-Brazil Earth Resource Satellites	2013	Encontro entre a Presidente Dilma Rousseff e o Presidente Xi Jinping à margem da 8ª Cúpula do G-20, em São Petersburgo, Rússia
1993	Estabelecimento da Parceria Estratégica Brasil-China	2013	Mês do Brasil na China (setembro) e da China no Brasil (outubro)
1995	Brasil declara apoio à entrada da China na Organização Mundial do Comércio	2013	III Reunião da COSBAN em Cantão e encontros com o Presidente Xi Jinping e Vice-Presidente Li Yuanchao
1999	Lançamento do satélite CBERS-1	2013	Lançamento do satélite CBERS 3
2000	China torna-se o maior parceiro comercial do Brasil na Ásia	2014	Realização da I Reunião do Diálogo Estratégico Global
2003	Lançamento do satélite CBERS-2	2014	Encontro entre a Presidente Dilma Rousseff e o Presidente Xi Jinping à margem da 9ª Cúpula do G20, em Brisbane, Austrália
2004	Criação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação - COSBAN	2014	Lançamento do satélite CBERS 4
2006	I Reunião da COSBAN, em Pequim	2015	II Diálogo de Alto Nível Brasil-China em Ciência, Tecnologia & Inovação
2007	Criação do Diálogo Estratégico entre as Chancelarias	2015	Realização da IV Sessão Plenária da COSBAN
2007	Lançamento do satélite CBERS-2B	2015	20ª Reunião Ministerial do BASIC sobre Mudança do Clima
2007	I Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-China, Pequim	2015	Encontro entre a Presidente Dilma Rousseff e o Presidente Xi Jinping à margem da VII Cúpula do BRICS
2009	China torna-se o principal parceiro comercial do Brasil	2015	Reunião dos Ministros das Relações Exteriores do BRICS em Nova York, à margem da 70ª Sessão Anual da Assembleia Geral das Nações Unidas
2010	Assinatura do Plano de Ação Conjunto Brasil-China 2010-2014	2015	Reunião dos Mandatários do BRICS em Antália, Turquia, à Margem da Cúpula do G20
2011	Seminário Empresarial Brasil-China	2015	Encontro entre a Presidente Dilma Rousseff e o Presidente Xi Jinping à margem da COP 21
2011	Diálogo de Alto Nível Brasil-China em Ciência, Tecnologia & Inovação	2016	22ª Reunião Ministerial do BASIC sobre Mudança do Clima
2011	III Cúpula dos BRICS	2016	O Presidente da República, Michel Temer, realiza viagem à Xangai para participar do Seminário Empresarial de Alto Nível Brasil-China
2011	Reunião de Ministros do Brasil, África do Sul, Índia e China (BASIC) Sobre Mudança do Clima	2016	XI Cúpula de Líderes do G20 em Hangzhou
2011	Assinatura do Plano de Ação Conjunta Brasil-China em Saúde 2011-2014	2016	23ª Reunião Ministerial do BASIC sobre Mudança do Clima
2011	Encontro entre a Presidente Dilma Rousseff e o Presidente Hu Jintao à margem da 6ª Cúpula do G-20	2017	24ª Reunião Ministerial do BASIC sobre Mudança do Clima
2012	II Reunião da COSBAN	2017	Reunião dos Chanceleres do BRICS em Pequim
2012	Encontro entre a Presidente Dilma Rousseff e o Presidente Hu Jintao à margem da IV Cúpula dos BRICS, em Nova Délhi	2017	Reunião informal dos líderes do BRICS por ocasião da Cúpula do G20
2012	Assinatura do Plano Decenal de Cooperação 2012-2021	2017	IX Cúpula de Líderes do BRICS na China
2012	Elevação das relações ao nível de Parceria Estratégica Global	2017	IV Reunião da Subcomissão de Ciência, Tecnologia & Inovação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação

2012	Criação do Diálogo Estratégico Global entre Chanceleres	2017	Reunião de Ministros das Relações Exteriores do BRICS à margem da AGNU
2012	Encontro entre a Presidente Dilma Rousseff e o Presidente Hu Jintao à margem da 7ª Cúpula do G-20	2017	25ª Reunião Ministerial do BASIC sobre Mudança do Clima
2012	Reunião de Ministros do Brasil, África do Sul, Índia e China (BASIC) sobre Mudança do Clima	2018	O secretário-geral das Relações Exteriores, embaixador Marcos Galvão, participa da II Reunião Ministerial do Foro Celac-China
2012	A China tornou-se o principal importador de produtos brasileiros	2018	Assinatura de acordo para estabelecimento do Escritório Regional das Américas do NDB em São Paulo
2013	Encontro entre a Presidente Dilma Rousseff e o Presidente Xi Jinping à margem da V Cúpula dos BRICS, em Durban, África do Sul	2018	Reunião de Ministros das Relações Exteriores/Relações Internacionais do BRICS
2013	III Reunião de Consultas Brasil-China sobre Temas Migratórios e Consulares	2018	Participação do Brasil na Feira de Importações de Xangai
2013	Missão da Ministra-Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, à China		

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados extraídos do MRE

Anexo C – Evolução do Comércio Exterior de países e grupos de países, 2008-2018, Variação Anual

Países e Grupos/Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Países Baixos	131,1	116,9	131,5	142,5	149,3	149,5	150,1	157,8	148,9	156,0	157,7
União Europeia	81,0	70,7	78,5	84,0	85,6	85,2	86,1	87,4	86,3	89,5	90,9
Alemanha	81,5	71,2	79,9	85,2	86,5	85,1	84,6	86,1	84,7	87,7	88,7
Portugal	72,1	61,5	67,8	73,1	76,1	78,1	80,3	80,5	79,3	84,4	87,0
Mundo Árabe	97,9	89,9	89,0	92,2	94,0	94,3	93,3	88,9	82,7	86,1	86,3
Espanha	56,0	47,0	52,9	58,8	60,8	62,0	63,9	64,2	63,8	66,8	67,5
França	57,4	50,5	54,9	58,8	59,7	59,8	60,5	61,8	61,1	63,0	64,5
Reino Unido	56,1	54,4	58,5	62,3	61,1	61,2	58,4	56,7	58,5	61,9	62,6
Mundo	60,8	52,3	57,0	60,4	60,5	60,0	59,6	57,7	56,0	57,9	59,4
Membros da OCDE	55,0	47,6	52,5	56,3	56,8	56,6	57,0	56,1	54,9	56,9	58,2
Índia	53,4	46,3	49,3	55,6	55,8	53,8	48,9	41,9	40,1	40,7	43,4
China	57,6	45,2	50,7	50,7	48,3	46,7	44,9	39,5	36,9	37,6	37,5
Brasil	27,3	22,1	22,8	23,9	25,1	25,8	24,7	27,0	24,5	24,3	29,4
Estados Unidos	29,9	24,6	28,1	30,8	30,6	30,0	30,0	27,7	26,5	27,1	27,6

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados

Anexo D – Principais destinos das exportações brasileiras, 2008 – 2018, em% do total exportado pelo Brasil

Parceiros Comerciais	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
BRICS	12,1	18,7	19,7	20,9	21,3	22,3	22,4	22,5	22,7	25,9	29,6
China	8,4	13,7	15,2	17,3	17	19	18,1	18,6	19	21,8	26,7
União Europeia - UE	21,6	19,9	19,2	18,7	18,4	18,1	17	16,3	16,5	14,7	16,4
Estados Unidos	13,9	10,2	9,6	10,1	11	10,2	12	12,6	12,5	12,3	12
Mercosul	11	10,3	11,2	10,9	9,4	10,2	9,1	9,4	9,9	10,4	8,7
Argentina	8,9	8,4	9,2	8,9	7,4	8,1	6,3	6,7	7,2	8,1	6,2
Países Baixos (Holanda)	5,3	5,3	5,1	5,3	6,2	7,2	5,8	5,3	5,6	4,2	5,5
Chile	2,4	1,7	2,1	2,1	1,9	1,9	2,2	2,1	2,2	2,3	2,7
Alemanha	4,5	4	4	3,5	3	2,7	2,9	2,7	2,6	2,3	2,2
Espanha	2	1,7	1,9	1,8	1,5	1,5	1,4	1,5	1,4	1,8	2,1
México	2,2	1,7	1,8	1,5	1,7	1,7	1,6	1,9	2,1	2,1	1,9
Japão	3,1	2,8	3,5	3,7	3,3	3,3	3	2,5	2,5	2,4	1,8
Índia	0,6	2,2	1,7	1,3	2,3	1,3	2,1	1,9	1,7	2,1	1,6

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do COMEXSTAT

Anexo E – Principais produtos exportados pelo Brasil em SH2, 2008 a 2018, em% do total exportado pelo Brasil

SH2	Descrição	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
12	Sementes e frutos oleaginosos;	5,60	7,60	5,50	6,50	7,30	9,50	10,40	11,10	10,60	11,90	14,00
27	Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação;	9,40	8,90	9,80	10,50	10,90	7,40	9,20	7,20	6,30	8,60	12,40
26	Minérios, escórias e cinzas	9,50	9,40	15,30	17,30	13,70	14,50	12,60	8,70	8,50	10,30	9,90
84	Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	6,30	5,30	5,50	5,50	5,70	5,30	5,70	5,90	6,30	6,40	6,20
2	Carnes e miudezas, comestíveis	6,20	6,50	5,90	5,40	5,60	6,10	6,80	6,80	6,80	6,40	5,50
87	Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios	7,40	5,50	6,00	5,40	5,20	5,80	4,40	5,00	5,90	6,80	5,30
72	Ferro fundido, ferro e aço	6,50	4,40	4,20	4,70	4,40	3,50	4,30	4,70	4,30	4,90	4,90
47	Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas;	2,00	2,20	2,40	2,00	1,90	2,10	2,40	2,90	3,00	2,90	3,50
23	Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares;	2,40	3,20	2,50	2,30	2,80	3,00	3,30	3,20	3,00	2,50	3,00
17	Açúcares e produtos de confeitaria	2,90	5,60	6,40	5,90	5,40	5,00	4,30	4,10	5,70	5,30	2,80
89	Embarcações e estruturas flutuantes	0,80	0,10	0,10	0,50	0,60	3,30	1,00	1,00	2,10	0,40	2,40
9	Café, chá, mate e especiarias	2,20	2,60	2,70	3,30	2,50	2,00	2,90	3,20	2,80	2,30	2,00
10	Cereais	1,00	1,10	1,30	1,60	2,70	2,90	2,00	3,00	2,20	2,30	1,90
28	Produtos químicos inorgânicos;	1,30	1,40	1,40	1,40	1,30	1,20	1,50	1,80	1,80	1,80	1,70
88	Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	3,00	2,70	2,20	1,70	2,20	1,80	1,80	2,40	2,60	1,90	1,70
0	Outros	33,50	33,60	29,00	26,30	27,70	26,60	27,60	28,90	28,10	25,30	23,00

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do COMEXSTAT

Anexo F – Produtos exportados pelo Brasil para a China, 2008 a 2018, em% do total exportado para o destino

SH4	Descrição	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1201	Soja, mesmo triturada	32,20	30,20	23,20	24,70	29,20	37,30	40,90	44,40	40,90	42,80	42,60
2709	Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos	10,30	6,40	13,20	11,00	11,70	8,80	8,60	11,60	11,10	15,50	22,50
2601	Minérios de ferro e seus concentrados, incluídas as pirites de ferro ustuladas (cinzas de pirites)	30,30	37,30	43,30	44,70	36,20	34,60	30,30	18,00	20,80	21,90	17,10
4703	Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato, exceto pastas para dissolução	3,70	4,20	3,00	2,40	2,50	2,90	3,50	4,60	5,20	4,50	4,90
202	Carnes de animais da espécie bovina, congeladas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,20	0,00	0,00	1,30	2,00	2,00	2,30
7202	Ferro-ligas	2,50	1,80	1,10	1,00	1,40	1,10	1,20	1,60	1,40	1,20	1,40
207	Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, das aves da posição 0105	0,00	0,20	0,70	1,00	1,20	1,00	1,30	1,70	2,40	1,60	1,30
5201	Algodão, não cardado nem penteado	0,20	0,30	0,50	1,30	1,70	0,40	0,80	0,50	0,20	0,30	0,80
4702	Pasta química de madeira, para dissolução	0,50	1,00	0,70	0,50	0,50	0,50	0,70	0,60	1,00	0,90	0,50
203	Carnes de animais da espécie suína, frescas, refrigeradas ou congeladas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	0,20	0,50
----	Outros Produtos Exp. China	20,30	18,60	14,40	13,40	15,40	13,50	12,70	15,60	14,40	9,20	6,10

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do COMEXSTAT

Anexo G – Importações brasileiras por países e grupo de países, 2008 a 2018, em % do total importado pelo Brasil

Parceiro Comercial	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
BRICS	16,00	15,60	17,90	18,90	19,20	19,60	20,80	22,10	20,50	22,20	23,40
China	11,60	12,40	14,10	14,50	15,30	15,60	16,30	17,90	17,00	18,10	19,20
União Europeia - UE	19,40	21,00	19,80	19,00	19,80	19,70	19,00	19,70	20,90	19,70	18,00
Estados Unidos	14,80	15,70	14,90	15,00	14,50	15,00	15,30	15,40	17,30	16,50	16,00
Mercado Comum do Sul - Mercosul	8,60	10,30	9,10	8,60	8,60	8,00	7,50	7,20	8,40	7,90	7,40
Argentina	7,70	8,80	7,90	7,50	7,40	6,90	6,20	6,00	6,60	6,30	6,10
Alemanha	6,90	7,70	6,90	6,70	6,40	6,30	6,00	6,10	6,60	6,10	5,80
Coreia do Sul	3,10	3,80	4,60	4,50	4,10	4,00	3,70	3,20	4,00	3,50	3,00
México	1,80	2,20	2,10	2,30	2,70	2,40	2,30	2,60	2,60	2,80	2,70
Itália	2,70	2,90	2,70	2,80	2,80	2,80	2,80	2,70	2,70	2,60	2,50
Japão	3,90	4,20	3,80	3,50	3,50	3,00	2,60	2,80	2,60	2,50	2,40

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do COMEXSTAT

Anexo H – Principais produtos importados pelo Brasil em SH2, 2008 a 2018, em % do total importado pelo Brasil

SH2	Descrição	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
27	Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação;	19,90	14,80	16,50	18,60	18,00	19,10	19,70	14,50	11,00	14,30	14,50
85	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes;	11,50	12,20	12,20	11,70	11,40	11,80	11,80	11,90	12,30	13,70	12,00
84	Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	14,80	16,40	15,70	14,90	15,50	14,90	13,90	14,50	15,40	11,50	10,50
87	Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios	7,40	9,00	9,50	10,00	9,50	9,40	8,50	7,90	7,20	7,50	7,70
29	Produtos químicos orgânicos	4,90	5,50	4,60	4,20	4,40	4,50	4,70	5,40	6,10	5,60	5,80
89	Embarcações e estruturas flutuantes	0,00	0,20	0,10	0,10	0,10	0,30	0,40	0,90	0,70	0,10	5,40
31	Adubos (fertilizantes)	5,40	3,10	2,70	4,00	3,80	3,70	3,70	3,90	4,40	4,90	4,80
39	Plásticos e suas obras	3,30	3,70	3,60	3,60	3,60	3,70	3,90	4,20	4,30	4,30	4,00
30	Produtos farmacêuticos	2,50	3,50	3,40	2,90	3,10	3,10	3,20	3,80	4,60	4,30	4,00
90	Instrumentos e aparelhos de óptica, de fotografia, de cinematografia;	3,50	3,80	3,40	2,80	2,90	3,00	3,00	3,20	3,50	3,20	3,00
38	Produtos diversos das indústrias químicas	1,50	1,90	1,70	1,70	1,80	2,10	2,40	2,70	2,80	2,70	2,70
--	Outros	25,30	25,90	26,60	25,60	25,80	24,50	25,00	27,20	27,80	27,70	25,50

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do COMEXSTAT

Anexo I – Principais produtos importados pelo Brasil da China em SH4, 2008 a 2018, em% do total importado pelo Brasil

SH4	Descrição	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
8905	Barcos-faróis, barcos-bombas, dragas, guindastes flutuantes e outras embarcações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	3,10	2,70	0,00	10,60
8517	Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia por fios, incluídos os aparelhos telefônicos	9,90	7,70	5,90	7,10	5,90	6,70	8,10	7,60	8,80	8,70	6,80
8529	Partes reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas aos aparelhos das posições 8525 a 8528	2,80	3,70	5,30	4,90	5,60	5,10	4,10	4,10	3,20	4,00	3,30
8542	Circuitos integrados e microconjuntos electrónicos	2,50	4,10	3,50	2,40	2,30	2,70	2,60	1,80	2,60	2,80	2,50
8541	Díodos, transístores e dispositivos semelhantes com semicondutores;	0,70	0,80	0,80	0,60	0,50	0,50	0,50	0,50	1,60	2,30	2,30
8473	Partes e acessórios (exceto estojos, capas e semelhantes),	4,20	4,70	4,10	3,40	4,80	4,10	3,50	3,10	2,60	2,50	2,10
2933	Compostos heterocíclicos, exclusivamente de hetero-átomo(s) de azoto (nitrogénio)	0,90	1,10	0,90	0,80	0,90	1,00	1,10	1,20	2,10	1,90	1,90
8708	Partes e acessórios dos veículos automóveis das posições 8701 a 8705	0,50	0,60	0,70	0,90	1,00	1,10	1,20	1,30	1,60	2,10	1,80
3808	Insecticidas, rodenticidas, fungicidas, herbicidas, inibidores de germinação	0,20	0,30	0,30	0,30	0,40	0,60	0,70	0,60	1,10	1,30	1,40
8504	Transformadores elétricos, conversores elétricos estáticos	1,80	1,80	1,70	1,50	1,50	1,40	1,50	1,30	1,40	1,40	1,30
----	Outros	76,60	75,20	76,90	78,00	77,10	76,50	75,70	75,30	72,40	73,10	66,00

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do COMEXSTAT

Anexo J – Destino das exportações chinesas em países e grupo de países, 2008 a 2018, em% do total exportado pela China

Parceiros/Anos	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Estados Unidos	18,50	19,30	18,60	17,30	17,30	16,70	16,80	17,90	18,40	18,70	18,40
Hong Kong	13,00	13,40	13,40	13,70	15,40	16,70	15,10	14,30	13,50	12,30	12,20
BRICS	6,30	5,60	6,60	7,10	6,90	6,90	6,80	6,00	6,30	6,90	7,10
Japão	8,20	8,10	7,70	8,00	7,60	7,10	6,60	6,10	6,30	6,20	6,00
Coréia do Sul	5,10	4,30	4,30	4,30	4,20	4,10	4,30	4,40	4,40	4,50	4,40
Alemanha	4,20	4,30	4,50	4,20	3,60	3,30	3,30	3,30	3,60	3,60	3,50
Vietnã	1,00	1,30	1,40	1,50	1,60	2,20	2,70	2,90	2,90	3,10	3,40
Índia	2,20	2,40	2,50	2,70	2,40	2,20	2,40	2,60	2,80	3,00	3,10
Países Baixos	3,10	2,90	3,00	3,00	2,70	2,60	2,60	2,50	2,50	2,80	2,90
Reino Unido	2,70	3,00	2,70	2,60	2,20	2,20	2,30	2,40	2,40	2,30	2,20
Singapura	2,20	2,40	2,00	1,80	2,00	2,10	2,10	2,30	2,10	2,00	2,00
Brasil	1,30	1,10	1,50	1,70	1,60	1,70	1,50	1,20	1,00	1,30	1,40

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do Atlas da Complexidade Econômica

Anexo L – Origem das importações chinesas em países e grupo de países, 2008 a 2018, em% do total importando pela China

Parceiro Comercial	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Coréia do Sul	10,90	11,50	11,20	10,30	10,10	10,20	10,20	11,40	10,60	10,30	10,20
BRICS	6,80	7,30	7,50	8,70	8,80	8,60	8,10	7,40	7,20	8,10	9,40
Japão	15,00	14,80	14,00	12,30	11,00	9,30	9,20	9,50	10,10	9,90	9,10
Taiwan	9,60	9,20	8,90	7,70	7,40	7,50	7,60	7,30	8,80	8,00	7,40
Estados Unidos	8,10	8,50	8,10	7,40	7,90	8,20	8,40	9,40	9,40	9,00	7,30
Alemanha	5,70	6,30	6,30	6,50	6,20	6,00	6,70	6,40	6,90	6,80	6,70
Austrália	3,20	3,90	4,50	4,90	5,10	5,60	5,30	4,80	4,70	5,30	5,20
Brasil	2,10	2,70	2,70	3,10	3,00	3,00	2,80	2,90	2,90	3,30	3,80
Vietnã	0,50	0,60	0,60	0,80	1,10	1,10	1,30	2,10	2,90	3,40	3,80
Rússia	2,50	2,40	2,10	2,70	2,90	2,50	2,70	2,50	2,50	2,90	3,50
Malásia	2,80	3,20	3,40	3,20	2,80	2,90	2,60	2,80	3,00	2,80	2,70

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do Atlas da Complexidade Econômica